



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TALES LEON BIAZÃO SANCHES

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
E O PODER EXTRAPARLAMENTAR:
FINAPOP E A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA**

TALES LEON BIAZÃO SANCHES

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
E O PODER EXTRAPARLAMENTAR:
FINAPOP E A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Paulo Marcelo Ferrarese Pegino

Co-Orientador: Prof. Fabio Lanza

Londrina
2024

TALES LEON BIAZÃO SANCHES

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

SANCHES, TALES LEON BIAZÃO.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E O PODER EXTRAPARLAMENTAR: : FINAPOP E A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA / TALES LEON BIAZÃO SANCHES. - Londrina, 2024.
169 f.

Orientador: Paulo Marcelo Ferrarese Pegino.

Coorientador: Fabio Lanza.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Reforma agrária - Tese. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - Tese. 3. Economia política - Tese. 4. Mercado de Capitais - Tese. I. Pegino, Paulo Marcelo Ferrarese. II. Lanza, Fabio. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. IV. Título.

CDU 658

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E O PODER EXTRAPARLAMENTAR: FINAPOP E A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Paulo Marcelo Ferrarese Pegino

Co-Orientador: Prof. Fabio Lanza

Prof. Orientador: Paulo Marcelo Ferrarese Pegino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Luís Miguel Luzio-dos-Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Fernando Ramalho Martins
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Profa. Dra Priscilla Borgonhoni Chagas
Universidade Estadual de Maringá - UEM

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais são direcionados aos trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, estes são os verdadeiros financiadores da educação do Brasil, seja via trabalho ou impostos. Os trabalhadores provavelmente não terão acesso aos resultados deste trabalho não por conta de uma baixa publicização, mas sim por causa de um processo exclusão dos espaços de construção do pensamento crítico e reflexivo. O sistema impõe aos trabalhadores e trabalhadoras apenas a condição de trabalho de segunda a sábado, sem nenhum momento para refletir sobre qualquer aleatoriedade necessária para a sobrevivência do espírito. Assim, agradeço aqui a cada trabalhador e trabalhadora e espero que um dia, o acesso a esse espaço se consolide como realmente público e universal.

Preciso agradecer imensamente à minha companheira de vida, Michele, que, com certeza, ouviu mais lamentações sobre este percurso de pesquisa do que os meus orientadores. Michele sempre foi extremamente importante em qualquer decisão que eu tomei na minha vida adulta e, aprovando ou não a decisão, ela sempre me apoiou. Fazia ressalvas: “Como você vai conciliar seu Trabalho de Conclusão de Curso e a Dissertação com as atividades na UEL ao mesmo tempo?”, mas sempre esteve por perto, mesmo quando o plano da noite era assistir a uma série e eu optei por terminar a dissertação.

Agradeço ao Professor Paulo Pegino, meu orientador, que me apresentou um mundo de opções teóricas e perspectivas de análises que não teriam surgido sem uma conversa, mesmo que rápida, via mensagens instantâneas, entre uma mensagem e outra sobre James Rodriguez e seu desempenho no São Paulo Futebol Clube. O Professor Paulo também foi o responsável pela disciplina mais amedrontadora do currículo, Teoria das Organizações, que ele conseguiu tornar prazerosa. Aprendi muito durante essa jornada no mestrado, e encontrar o Professor Paulo nesse percurso foi muito reconfortante. Tenho convicção de que não teria nem mesmo coragem de escrever como e sobre o que escrevi se não fosse pelo Professor Paulo, afinal, estamos em um programa de Administração.

Preciso agradecer imensamente ao Professor Fabio Lanza do Departamento de Ciências Sociais, que foi o meu apoio como Coorientador. Conheci o Professor Fabio na graduação e por muito pouco ele não me convenceu a fazer o mestrado em Ciências Sociais, felizmente consegui trazer ele para ser um dos meus orientadores. O Professor Fabio foi quem viabilizou o meu acesso ao campo. Se não fosse por ele que eu teria que mudar de tema, e eu tenho certeza que não teria sido tão feliz quanto fui se eu tivesse modificado a minha temática. Além disso, o Professor Fabio me convidou para as festividades do MST, o que por si só já

valeria os agradecimentos.

Outra pessoa muito importante para o acesso ao campo foi a pesquisadora Lenir de Assis. Ela foi uma grande parceira nesse processo. Assim como o Professor Fabio, sem a Lenir eu não teria tido sucesso em acessar os atores da pesquisa. Essa relação foi extremamente importante. Foi muito enriquecedor compartilhar esse momento com uma pesquisadora que conhece o movimento de tão perto. Muito Obrigado por essa parceria.

A Professora Maria José é outra pessoa que eu devo imensos agradecimentos. Ela foi a última professora que me deu aula no curso de Ciências Sociais. Foi daquela última disciplina que eu tirei muitos dos textos clássicos que estão aqui nesse trabalho. Além disso, a professora Maria José foi a minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso, e o seu cuidado com a qualidade do conteúdo é admirável. Mesmo depois de concluído o meu curso, ela continuou a me indicar textos, sendo que as indicações que ela me fez fortaleceram a estrutura deste trabalho. Os livros sugeridos apresentaram uma versão histórica do MST que foi essencial para o resultado final.

A professora Vera Suguihiro é uma parceira de longa data, e devo muito a ela por possibilitar a minha continuidade no ambiente acadêmico. Se não fosse pela professora Vera, provavelmente eu não teria dado continuidade ao meu caminho científico, provavelmente estaria atuando como comunicador em alguma empresa, criando jornal mural com a fotografia do funcionário do mês. O professor Saulo também teve papel importante na minha permanência no ambiente acadêmico. Suas incessantes tentativas de me levar para a administração quantitativa foram importantes para conhecer esse universo de maneira prática, mas também foram essenciais para a construção das minhas convicções epistemológicas.

Ainda é necessário destacar nomes de colegas e amigos que viveram essa experiência comigo. A primeira da lista é Maria Gorett, que passa a tarde inteira querendo que eu discorde dela, e eu passo a tarde toda querendo que ela discorde de mim, e a gente nunca se decepciona. Esse processo quase que ‘dialético’, me ajudou muito na construção do conhecimento. Pode parecer que não, mas foi muito importante. Além dela, é preciso citar Vania, Daniela, Claudia e Lucas. Nomes que me marcaram ao longo dessa trajetória.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Eu fiz parte desde o começo e eu sei o que eu tenho sofrido, e quando eu vejo o seu João com a caixa de Cebolinha dele e falo: Olha a força aqui! É produto da vossa luta, vão entregar na nossa cooperativa. Olha que orgulho.

Entrevistada Flávia (2024)

SANCHES, Tales Leon Biazão. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e o poder extraparlamentar: FINAPOP e a contradição capitalista.** 2024. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

RESUMO GERAL

O Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo (FAO, 2022), é também um país marcado por profundas desigualdades na distribuição de terras produtivas. Essa condição histórica que, persiste desde a formação do Estado-nação até os dias atuais (IBGE, 2020), evidencia a manutenção das estruturas de poder e concentração de riqueza. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge em 1984 como ator social que tem como pauta principal a reforma agrária. Em 2020, o movimento aderiu ao mercado de capitais por meio da criação de um título de crédito, com o objetivo de financiar a estruturação de cooperativas vinculadas ao movimento. Essa estratégia motivou esta pesquisa, cujo objetivo geral é investigar os motivos e as implicações da criação de um fundo de investimento pelo MST no mercado de capitais, analisando se essa iniciativa representa uma estratégia de adesão às ferramentas do capital financeiro como forma de promover um modelo econômico alternativo ao sistema vigente, com foco na Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon). Como posicionamento epistemológico e metodológico, adotou-se a Economia Política do Poder (Faria, 2004). Para alcançar os objetivos traçados, foram utilizados métodos qualitativos, incluindo levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas em profundidade. As entrevistas foram conduzidas entre os meses de março e abril de 2024 com sete atores integrantes do MST. Sendo, três representantes da cúpula nacional, dois representantes políticos do Assentamento Eli Vive e dois assentados vinculados diretamente à estrutura da COPACON. A partir de aproximações sucessivas, foi possível nomear as ‘práxis’ do MST ao longo de sua história, destacando o papel ativo do movimento na condução de suas estratégias e decisões. Durante as décadas de 2000 e 2010, observa-se que o movimento adotou a práxis estruturativa como seu principal modo de atuação, o que evidencia uma continuidade no trabalho do movimento ao longo da história, posicionando-o como um possível ator extraparlamentar do trabalho e ressaltando a necessidade de autonomia em relação ao Estado, algo que a organização tem buscado construir ao longo de sua trajetória. Por fim, é necessário destacar que o MST é agente vivo em um mundo gerido pelas contradições em um sistema capitalista, e o que se pode confirmar até esse momento da história é que a criação do fundo de investimento tem como objetivo a construção de autonomia, a fim de se transformar em uma ferramenta importante na construção de modelo alternativo ao sistema econômico vigente. Este trabalho reconhece suas limitações, especialmente no que se refere à construção teórica a partir de uma análise materialista histórica dialética. Além disso, categorias importantes, como ‘hegemonia’, ‘processos de trabalho no campo’ e ‘cooperativismo e contra-hegemonia’, não foram plenamente exploradas, abrindo espaço para investigações em pesquisas futuras.

Palavras-chave: Reforma agrária; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Economia política; Agente extraparlamentar; Mercado de Capitais;

SANCHES, Tales Leon Biazão. **Landless Rural Workers' Movement and Extraparliamentary Power: FINAPOP and Capitalist Contradiction.** 2024. 169 pp. Dissertation (Master's degree in Administration) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

ABSTRACT

Brazil, one of the world's largest food producers (FAO, 2022), is also a country marked by deep inequalities in the distribution of productive land. This historical condition, persisting from the formation of the nation-state to the present day (IBGE, 2020), highlights the maintenance of power structures and wealth concentration. In this context, the Landless Workers' Movement (MST) emerged in 1984 as a social actor with agrarian reform as its main agenda. In 2020, the movement entered the capital market by creating a credit title to finance the structuring of cooperatives linked to the movement. This strategy inspired this research, whose general objective is to investigate the reasons and implications of the MST's creation of an investment fund in the capital market, analyzing whether this initiative represents a strategy of adherence to financial capital tools as a way to promote an alternative economic model to the current system, focusing on the Agroindustrial Production and Marketing Cooperative Conquista (Copacon). As an epistemological and methodological stance, the Political Economy of Power (Faria, 2004) was adopted. To achieve the outlined objectives, qualitative methods were used, including bibliographic review, documental analysis, and in-depth interviews. The interviews were conducted between March and April 2024 with seven MST members, including three representatives from the national leadership, two political representatives from the Eli Vive Settlement, and two settlers directly linked to Copacon's structure. Through successive approximations, it was possible to name the MST's 'praxis' throughout its history, highlighting the movement's active role in guiding its strategies and decisions. During the 2000s and 2010s, the movement adopted the structuring praxis as its main mode of operation, evidencing continuity in its work throughout history, positioning it as a potential extra-parliamentary labor actor, and emphasizing the need for autonomy from the State, a goal the organization has pursued throughout its trajectory. Finally, it is necessary to emphasize that the MST is a living agent in a world managed by contradictions within a capitalist system, and what can be confirmed at this point in history is that the creation of the investment fund aims to build autonomy, seeking to become an important tool in constructing an alternative model to the current economic system. This work acknowledges its limitations, particularly regarding the theoretical construction based on a historical-dialectical materialist analysis. Moreover, important categories such as 'hegemony,' 'work processes in the countryside,' and 'cooperativism and counter-hegemony' were not fully explored, leaving room for investigations in future research.

Keywords: Agrarian reform; Landless Rural Workers' Movement (MST); Political economy; Extraparliamentary agent; Capital Markets.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Agricultores Familiares beneficiados.....	47
Gráfico 2 - Recursos Aplicados no PAA.....	47
Gráfico 3 - Número de Contratos (Custeio + Investimento) por Região do país	48
Gráfico 4 - Somatória dos Valores de Contrato (Custeio + Investimento) por Região do país	48
Gráfico 5 - Número Total de Contrato (Custeio + Investimento)	49
Gráfico 6 - Somatória do valor total de Contrato (Custeio + Investimento)	50
Gráfico 7 - Número Acumulado de Ocupações e Famílias - Participação do MST - 2004-2016	56
Gráfico 8 - Brasil - Número de Famílias em Ocupações - Participação do MST e dos Demais Movimentos - 2000-2016	57
Gráfico 9 - Total de Ocupações e Acampamentos registrados pela Comissão Pastoral da Terra	111
Gráfico 10 - Total de Ocupações que o MST participou registrados pela Comissão Pastoral da Terra	111
Gráfico 11 - Número total de Assentamentos Criados - INCRA	116
Gráfico 12 - Pronaf: valor financiado e número de contratos – anos-safra 1995-1996 a 2009-2010	116
Gráfico 13 - Toneladas de alimentos adquiridos via PAA (2003-2017)	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A práxis do MST ao longo dos 30 anos	114
Quadro 2 - Conflitos no Campo - Comissão da Pastoral da Terra	119
Quadro 3 - Práxis e Centralidade das ações do MST ao longo da história.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRA	Certificados de Recebíveis do Agronegócio
CRI	Certificados de Recebíveis Imobiliários
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COOPACERES	Cooperativa Agroindustrial Ceres.
COPACON	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista
CCA-PR	Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná
COANA	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante
COPRAN	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Campesina
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita
COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
COAPAR	Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Nordeste do Estado de São Paulo
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda
COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste
FINAPOP	Financiamento Popular para Alimentos Saudáveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDCR	Matriz de Dados do Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PROINCO	Programa de Investimentos Coletivos Produtivos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

SAF

Secretaria da Agricultura Familiar

ULTAB

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

UNESP

Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: UM PROCESSO DIALÉTICO.....	23
2.1	Procedimentos: Análise documental e Entrevista em profundidade	26
2.1.1	Operacionalizando o processo dialético.....	31
3	O CAPITALISMO E A BURGUESIA FINANCISTA.....	34
4	O CAPITALISMO BRASILEIRO O ESTADO NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS PARA O CAMPO.....	41
5	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: UMA TESE CONTRA-HEGEMÔNICA	52
6	FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCIAMENTO POPULAR PARA ALIMENTOS SAUDÁVEIS (FINAPOP)	61
7	APROXIMAÇÃO AO OBJETO: COOPERAÇÃO, CRESCIMENTO E FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO	67
7.1	Aproximação 2: Copacon - Assentamento Eli Vive	71
7.1.1	<i>Cooperativismo-Crescimento-Responsabilidade Socioambiental e o Financiamento</i>	76
7.2	Aproximação 3: Entrevista com os Representantes do MST e da COPACON	80
7.2.1	<i>Entrevista 02 Celso e Dário</i>	81
7.2.2	<i>Entrevista 02: Dorival</i>	85
7.2.3	<i>Entrevista 03: Edson - Representante Político no Assentamento Eli Vive</i>	89
7.2.4	<i>Entrevista 04: Flávia - Representante Política no Assentamento Eli Vive</i>	93
7.2.5	<i>Entrevista 05: Fagner e Lourdes - Representantes da COPACON</i>	95
8	NÓS PODEMOS SER UMA BOLHA DENTRO, QUE VAI CRIAR UMA NOVA SOCIEDADE	100
8.1	O capitalismo dependente brasileiro	101
8.2	As estratégias do MST para se manter contestatório	105
8.3	As ambiguidades do MST frente às contradições do capitalismo brasileiro	114
8.4	Burocratização institucional e capitalista ou uma nova práxis?	120
8.4.1	Poder Extraparlamentar do Trabalho: FINAPOP como alternativa autônoma e construção de uma nova <i>práxis</i>	124
8.4.2	A continuidade contestatória por meio de novas práxis	133
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
10	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICES.....	161
	<i>Apêndice A - Questões Norteadoras: Instrumento De Pesquisa Utilizado Na Coleta De Dados</i>	162
	<i>Apêndice B - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (Tcle)</i>	165
	<i>Apêndice C - Termo de Confidencialidade e Sigilo</i>	167
	<i>Apêndice D – Declaração de Concordância de Instituição Coparticipante</i>	168

1 INTRODUÇÃO

Desde que o ser humano começou a refletir sobre a vida em sociedade, inúmeros questionamentos sobre como otimizar o convívio entre os indivíduos surgiram. A monarquia foi por muito tempo a maneira de organizar esse convívio comum. Um determinado indivíduo, legitimado por crenças religiosas, seria o guardião da ordem e da paz de determinado grupo de pessoas em dada sociedade. Este modelo se apresentou como inabalável por muito tempo, mesmo porque a força das armas e das leis estavam centralizadas em apenas um indivíduo. Esse poder aos poucos foi sendo descentralizado. A nobreza, outras famílias “escolhidas por Deus”, começa a ganhar autonomia estipulando regramentos internos. Havia um fluxo praticamente independente ao reino, continuavam subordinados ao rei, no entanto o poder não era essencialmente centralizado, os feudos tinham autonomia. Esses feudos, quase que independentes, começaram a conviver com fluxos comerciais que estavam alheios às lógicas internas e muitas vezes longe do alcance dos senhores. Surgiam os burgos, onde indivíduos “livres” praticavam o comércio de uma infinidade de produtos. Estes burgos começaram a se expandir de maneira lenta, mas constante. Os comerciantes modificaram a lógica dos feudos. Aos poucos estes indivíduos independentes começaram a acumular riquezas e, também de maneira lenta, esse acúmulo passou a ser um marco distintivo para a vida naquelas sociedades. Esse processo, portanto, reduziu ainda mais o poder do rei e, consequentemente, o poder dos senhores feudais até a ruptura com modelo de vida organizada. Este é o processo longevo que vai desembocar na revolução burguesa e consolidação do capitalismo enquanto novo modelo de sociabilidade. (Weber, [1905] 2004, Weber, [1922] 2022; Marx, [1867] 2013; Marx, [1848] 1998).

A revolução burguesa foi um marco de consolidação do capitalismo, no entanto o capitalismo estava pujante já no início da acumulação primitiva do capital, quando se deu início às explorações dos continentes em busca do que Moore (2017) vai chamar de ‘Natureza Barata’, essencial para a acumulação de capital.

Padrões de longa data de governo estatal e imperial da natureza produziram um conjunto de condições de produção que chamo de Natureza Barata. ‘Os Quatro Baratos - força de trabalho, alimentos, energia e matérias-primas - são necessários para lançar e sustentar grandes surtos de acumulação de capital. Hoje, o capital está buscando oportunidades de investimentos lucrativos em um mundo em que realmente não existem fronteiras mais significativas da Natureza Barata. Estes não são significativos o suficiente, a meu ver, para relançar outra era de ouro do capitalismo. (tradução nossa, Moore, 2017, p. 177)

Este capitalismo que surge da descentralização do poder e da acumulação de capital, percorre um caminho de “recentralização” agora nas mãos de outros senhores. O que se vê no capitalismo contemporâneo é uma força desproporcional nas mãos de poucas pessoas que acumulam o poder econômico advindo das riquezas produzidas socialmente. Como os ricos compram propriedades, enquanto os pobres compram bens de sobrevivência, o patrimônio familiar indica polarização ainda mais forte. (Dowbor, 2012). Segundo o *Credit Suisse Research Institute* (2022), a riqueza familiar acumulada em 2021 foi de US\$ 463 trilhões, equivalente a 560 mil dólares por pessoa na América do Norte e 180 mil na Europa, enquanto na América Latina esse valor é de 27 mil dólares e de 8 mil dólares no continente Africano. Essa disparidade de valores evidencia a polarização da contemporaneidade capitalista já apontada em 2012 por Dowbor.

O sistema de produção globalmente instituído está referendado na troca de força de trabalho por salário, que é a mínima parte do lucro gerado na produção. (Marx, [1867] 2013) Essa lógica está colocada como predominante em todo o mundo, sendo possível afirmar que atualmente o capitalismo globalizado impera como paradigma econômico e social preponderante.

Levando em consideração a vida em sociedade e os embates contraditórios ao longo do processo histórico, novos atores e estratégias emergem desafiando as normas convencionais e redefinindo as relações de poder estabelecidas. A compreensão de que o capitalismo atinge todos os continentes sugere que todos os países estão em patamares de produção e construção de bens de consumo semelhantes, a falsa realidade implantada pelo capitalismo é a de que o processo de produção concorrencial do capitalismo fará com que as nações prosperem e alcancem um patamar de distribuição dos bens de consumo aceitável para a manutenção da vida em sociedade. No entanto, o que se pode notar é que cada nação tem determinada função dentro do processo global de distribuição de riqueza e de bens de consumo. Sem a intenção de examinar cada um dos países dominantes e explorados, faz-se necessário compreender que os ‘capitalismos’ ao redor do globo não são iguais.

Frente à configuração capitalista global, o Brasil está posicionado como ator periférico. De maneira simplificada pode-se dizer que a produção não industrializada dá destaque econômico ao país, o que sempre foi uma realidade intrínseca à lógica do capitalismo dependente capitaneado por uma elite agrária que se perpetua no poder desde os tempos coloniais. (Martuscelli, 2018; Bugiato, 2014; Fernandes, Welch, Gonçalves, 2012; Fernandes, 1999; Fernandes, [1974] 2020).

A realidade histórica nacional, proporcionou uma organização dos poderes hegemônicos de maneira que não é possível afirmar um momento de ruptura entre as frações burguesas e os grandes proprietários de terra (Fernandes, [1974] 2020). Os grandes proprietários de terra, conseguiram se manter como agentes relevantes dentre as frações burguesas ao longo da história brasileira. A fração burguesa compradora (associativa), que se caracteriza por estar umbilicalmente ligada ao capital externo e, normalmente, associada aos proprietários de terra (Bugiato, 2014) é a fração que mais tem destaque ao longo do processo histórico brasileiro. A Burguesia Interna também já teria alcançado a hegemonia frente ao Estado brasileiro, e esta fração se posiciona entre a burguesia associada e a nacional, entremeando a dependência internacional e a riqueza produzida internamente (Martuscelli, 2018). A Burguesia Nacional é a fração dominante que não alcançou o patamar de hegemonia ao longo da história (Martuscelli, 2018; Bugiato, 2014). A Burguesia Nacional se configura como “aquela fração autóctone da burguesia que, além de possuir base de acumulação própria na formação social, pode em determinadas conjunturas se lançar à luta anti-imperialista e de libertação nacional e adotar posições que incluem alianças com as classes populares;” (Bugiato, 2014, p. 84).

A histórica relação entre os grandes proprietários de terra e as frações burguesas reflete-se na estrutura agrária do Brasil contemporâneo. A exploração das riquezas naturais e o trabalho escravo marcaram o início dessa dinâmica, e a concentração de terras, um traço desde a colonização, continua sendo uma característica central. De acordo com o IBGE (2020), o Censo Agropecuário de 2017 mostra que a maioria dos estabelecimentos rurais (81,4%) possui menos de 50 hectares e ocupa apenas 12,8% da área total, enquanto os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, representam 0,3% do total, ocupam 32,8% da área total de estabelecimentos no país (IBGE, 2020). Atualmente, o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (2022), em 2020 o Brasil ficou atrás apenas da China e da Índia em volume de alimentos produzidos. No entanto, essa alta produção está longe de ser distribuída de forma equitativa, perpetuando desigualdades no campo e evidenciando a continuidade histórica das estruturas de poder e concentração de riqueza que marcam o setor agrícola brasileiro ao longo dos séculos.

Diante das contradições inerentes ao sistema capitalista, emergem forças de resistência que buscam expor as problemáticas associadas ao processo de exploração e de desigualdade. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma força política e social de destaque no Brasil, luta por justiça social por meio da reforma agrária. Fundado em 1984, o MST tem trilhado um caminho marcado por altos e baixos, com posturas ora ambíguas,

ora coerentes. A continuidade do movimento se justifica, ainda hoje, pela ausência de um processo robusto de reforma agrária no país, onde a concentração fundiária é uma das mais desiguais do mundo. Diante desse cenário, o movimento adotou uma nova estratégia: a criação de um fundo de investimento no mercado de ações.

Este trabalho foi desenvolvido considerando as especificidades do capitalismo brasileiro, que se insere como periférico no contexto global e apresenta, internamente, um poder hegemônico não restrito às frações burguesas (financeira, comercial e industrial), mas fortemente influenciado pelos grandes proprietários de terra. Compreender a configuração do capitalismo na periferia global é essencial para entender as motivações do MST e como ele se posiciona como uma força contra-hegemônica, optando por utilizar o mercado financeiro como uma ferramenta de resistência. Assim, o objetivo geral deste estudo é **investigar os motivos e as implicações da criação de um fundo de investimento pelo MST no mercado de capitais**, analisando se essa iniciativa representa uma estratégia de adesão às ferramentas do capital financeiro a fim de promover um modelo econômico alternativo ao sistema vigente, com foco na Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon).

Para isso, buscou-se empreender um processo de compreensão da realidade imediata seguido de uma reflexão crítica, com o objetivo de construir uma visão do real que considere a categoria de totalidade. A proposta deste trabalho foi realizar uma análise dialética que incorpore a totalidade, evitando limitar-se à normatização ou à simples identificação de regras sociais observáveis e classificatórias. O foco, portanto, está na necessidade de uma análise do objeto que integre a categoria de totalidade.

A categoria da totalidade, no entanto, tem mais do que um significado metodológico: ela traz consigo implicações políticas claras, pois como o indivíduo está significativamente relacionado com os outros apenas em termos do todo, e uma vez que a mudança deve sempre ser uma mudança de todos, então uma total transformação social se faz necessária. O jovem Marx, de fato, escreve precisamente nestes termos, argumentando que só uma revolução que transforme as estruturas civis e políticas pode conseguir libertar a humanidade da alienação capitalista. (tradução nossa, Swingewood, p. 35, 1975)

A pesquisa se fundamenta em uma perspectiva influenciada pelas abordagens marxistas e marxianas, com a emancipação como princípio orientador. A metodologia qualitativa desempenha um papel central, compreendendo entrevistas em profundidade com os atores envolvidos com o objeto pesquisado e um meticoloso levantamento bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico e documental foi conduzido focando em fontes especializadas na temática agrária. Foram analisados documentos da Comissão Pastoral da

Terra (CPT), incluindo a biblioteca virtual, que oferece análises anuais sobre ocupações de terra, mobilização da população rural e dos povos tradicionais, e principalmente sobre a violência no campo, e o Centro de Documentação CEDOC Dom Tomás Balduino, que disponibiliza dados brutos que servem de base para a construção dos cadernos anuais "Conflitos no Campo" que são publicados pela CPT desde 1985. Foram analisados os cadernos publicados entre os anos de 2002 e 2023.

Além disso, a Biblioteca da Questão Agrária do MST foi consultada, contendo uma variedade de materiais, desde artigos científicos, teses e dissertações, cartilhas e documentos históricos. Optou-se por trabalhar principalmente com os materiais históricos como as cartilhas de formação, e documentos elaborados desde o início da organização do movimento. O pesquisador também utilizou bases acadêmicas como o Portal de Periódicos da CAPES e a Base de Teses e Dissertações do Brasil. Nesse percurso, dois estudos se destacaram: Questão Agrária, Imperialismo e Dependência na América Latina, de Roberta Traspadini, e MST e Colapso da Modernização, de Ana Elisa Cruz Corrêa. Essas obras proporcionaram um acesso valioso a uma nova gama de produções acadêmicas, aprofundando a discussão teórica e material do objeto de pesquisa. Essa estratégia de pesquisa possibilitou uma análise das complexas dinâmicas de poder, das estratégias financeiras e das contradições subjacentes à estratégia adotada pelo MST.

A condução da pesquisa neste estudo se consolida através de uma imersão na análise histórica das realidades nacionais relacionadas ao objeto de estudo, fundamentada em autores que abordam a formação social brasileira e as dinâmicas de poder no campo. Destacam-se as contribuições de Florestan Fernandes ([1974] 2020), que examina a gênese do capitalismo brasileiro, Caio Bugiato (2014), Armando Boito Júnior (2003, 2007) que tratam sobre as frações burguesas e a dinâmica neoliberal no Brasil e na América Latina. Além disso, é possível destacar Ruy Mauro Marini ([1973] 2017), Cardoso e Faletto (1975), que oferecem perspectivas críticas sobre a colonização e seus impactos nas estruturas agrárias. Essas análises são complementadas por estudos contemporâneos de Roberta Traspadini (2018) e Ana Elisa Cruz Corrêa (2014), que discutem a questão agrária no contexto latino-americano e brasileiro, aprofundando a relação entre imperialismo, dependência e conflitos no campo. Essa construção conta também com contribuições de autores que tratam sobre o capitalismo de maneira ampla, como David Harvey (2011) que aborda a questão do Neoliberalismo no capitalismo global e István Mészáros (2002, 2010) que propõe uma interpretação sobre os caminhos que podem desembocar na superação do capitalismo.

Assim, por meio da coleta de dados provenientes de autores-chave e entrevistas, buscou-se empreender uma construção científica que transcendia a tradicional lógica cartesiana de causa e efeito que costuma orientar as etapas metodológicas da ciência amplamente reconhecida. Isso significa dizer que foi possível relacionar as categorias de capitalismo dependente, típico da América Latina, sua constituição histórica e contradições, neoliberalismo como elemento constituinte do estágio do sistema capitalista global, e a categoria de poder extraparlamentar o qual pode estar atrelado ao capital ou ao trabalho, elementos que estão correlacionados a partir do recorte da população trabalhadora do campo brasileiro.

É fundamental compreender que a transformação de um objeto elaborado ou apreendido em um objeto teórico, moldado de acordo com as normas da ciência, requer um processo rigoroso ao qual o pesquisador deve se submeter. Isso, no entanto, não implica na subjugação do pensamento ao método, o que resultaria na mera reprodução condicionada de ideias externas (Faria, 2004). O método, em vez disso, atua como um guia na relação do sujeito com o objeto, orientando, mas não restringindo, seus movimentos. Assim, a partir das interações entre o sujeito e o objeto, e com base nos avanços conceituais proporcionados pelo próprio campo científico, torna-se possível desenvolver abstrações progressivamente mais refinadas, culminando na definição de categorias analíticas (Faria, 2004).

Ao examinar a estratégia de financiamento adotada pelo MST, este estudo pretende não apenas lançar luz sobre as intrincadas relações de poder na sociedade capitalista contemporânea, mas também abrir caminho para uma análise mais detalhada das tentativas de superação das desigualdades inerentes a essa lógica, por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e sua estratégia junto ao mercado de capitais. Além disso, este trabalho busca contribuir para a área dos estudos organizacionais, ao desenvolver um processo dialético fundamentado no materialismo histórico, metodologia que compreende a realidade a partir das contradições presentes no real vivido. A aplicação dessa abordagem teórica e metodológica no contexto do MST pode contribuir para a consolidação de diferentes bases teóricas e empíricas da administração, proporcionando uma reflexão sobre a relação entre práticas organizacionais, modelos econômicos alternativos e transformação social, a partir da análise das dinâmicas de poder e resistência no interior das organizações.

Desta forma, é importante entender como ressignificar o processo organizacional para que ele perdure, não destrua o meio ambiente e seja economicamente interessante. Interessante para que? ou interessante para quem? A resposta é simples, o modelo organizacional deve ser interessante à vida em sua plenitude do termo. Uma organização, uma empresa, uma propriedade rural deve ser interessante para as vidas que estão envolvidas com aquele

empreendimento (Kelly, 2012). Essa lógica apesar de parecer simplificadora é complexa e ampla. A vida não se resume ao conforto de um indivíduo ou de uma pequena família, mas a todo o ambiente que permeia dada organização.

Comecei a perceber por que a ideia de reestruturar a corporação está fora de foco. [...]. Não começamos com a corporação e perguntamos como reestruturá-la. Nós começamos com a vida, com a vida humana e a vida do planeta, e perguntamos: o que fazer para gerar as condições necessárias ao florescimento da vida? (Kelly, 2012, p. 135)

Swingewood (1975) resgata o jovem Marx, que diz: “só uma revolução que transforme as estruturas civis e políticas poderá conseguir libertar a humanidade da alienação capitalista” (tradução nossa, SWINGEWOOD, p. 35, 1975). Visto por esta lente, como romper com o paradigma do domínio, o qual supõe a dominação da natureza pelo ser humano, a dominação do homem sobre a mulher, o branco sobre o negro e do capital sobre o trabalho? ou então, como superar o paradigma do crescimento, que impulsiona a sociedade para um processo de ampliação constante de consumo? Se é a revolução do jovem Marx, qual seria o caminho para essa ruptura revolucionária?

O que este trabalho busca colocar em perspectiva é o debate sobre as possibilidades de visualizar o momento transitório para a real mudança da dinâmica internacional do trabalho e a inauguração de uma nova relação com o meio ambiente. O que se vislumbra é um olhar para o comunitário em detrimento ao individualismo, a partir da lente totalizante do materialismo-dialético. E é importante destacar que esse processo de ruptura não deve ser interpretado a partir de uma lente funcionalista na qual pressupõe o processo de ruptura como uma anomalia social, uma doença que faria com que o corpo social adoecesse para a inauguração de um novo momento histórico. Na verdade, o que se deve evidenciar é que esse processo de ruptura não deve ser interpretado como um momento canônico de destruição do constituído em detrimento de uma nova forma de vida em sociedade. A história da sociedade é um continuum de contradições e embates que se reelaboram a partir das condições dadas no mundo vivido.

Dessa forma, os objetivos específicos deste trabalho emergem como peças-chave para a compreensão abrangente e aprofundada das complexas dinâmicas sociais e econômicas que continuam a redefinir nosso mundo em constante evolução.

Eles estão expressos da seguinte forma: (1) Identificar e analisar a estratégia de autofinanciamento adotada pelo MST para a criação e gestão de um fundo de investimento no mercado de ações, considerando a perspectiva dialética da luta contra a concentração de capital, representada por sua principal pauta que é a da reforma agrária. Para alcance do objetivo, foi

realizado um processo de levantamento documental considerando matérias jornalísticas da grande mídia e da mídia alternativa, bem como em publicações disponibilizadas pelo MST em seu site oficial. Além disso, foram consultados os relatórios disponíveis no site do FINAPOP, que documentam o progresso e os resultados do investimento. Para entender a modalidade de investimento, foram analisados relatórios desenvolvidos pelo Grupo Gaia Impacto, instituição responsável pela securitização dos títulos emitidos. Esses relatórios fornecem dados quantitativos e qualitativos sobre os investimentos do movimento, auxiliando na compreensão do processo.

(2) Evidenciar as contradições entre a lógica do mercado financeiro e a luta pela justiça social no contexto do autofinanciamento do MST por meio de um fundo de investimento no mercado de ações. Para isso, foram consultados documentos históricos do movimento, como cartilhas de formação política. Esses documentos forneceram subsídios para uma análise sobre as transformações no MST ao longo do tempo. Obras de autores que trataram sobre o movimento foram importantes para a compreensão crítica sobre o processo histórico, com destaque para Ana Elisa Cruz Corrêa e Roberta Traspadini produções fundamentais para compreender a evolução do movimento em sua relação com o contexto político e econômico. Esse processo de análise histórica, aliado às entrevistas em profundidade realizadas com integrantes da cooperativa investigada, foi essencial para elencar as categorias utilizadas na reflexão sobre as contradições entre mercado financeiro e justiça social.

Por fim, (3) explorar a experiência de uma das cooperativas contempladas com o investimento a fim de compreender a estratégia de autofinanciamento do MST e se ela contribui para a construção de uma contra-hegemonia no contexto da acumulação capitalista, considerando o papel do movimento na disputa ideológica em torno da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais. Para tal objetivo específico foram realizadas entrevistas com os atores envolvidos com a cooperativa selecionada como campo empírico. Desta forma, a partir do contato com os entrevistados, o pesquisador buscou estabelecer um processo reflexivo e de contraposição das informações com a realidade colocada e de possível verificação, para então identificar as categorias relevantes para o estudo a partir do que foi dito, para a construção de análises que devem fundamentar a síntese que busca evidenciar como esse objeto de pesquisa se apresenta hoje na realidade vivida.

É importante destacar que os objetivos específicos estão alinhados com o processo metodológico deste trabalho e, portanto, faz-se necessário apontar para a não finitude das possibilidades de compreensão do movimento que está sendo observado. Os desdobramentos do que esse processo pode desencadear não findaram. Dessa forma, a análise aqui apresentada

direciona para categorias e possíveis construções sobre o objeto em questão. O processo dialético de construção científica possibilita elevar as abstrações ao concreto, no entanto, em virtude do não encerramento em si próprio, o objeto será interpretado a partir do material vivido e possível de interpretação até o dado momento. Dessa forma, o trabalho não possui nenhuma pretensão de estabelecer verdades absolutas, o que não significa dizer que a construção está limitada, na verdade é o oposto, o trabalho busca a compreensão da totalidade envolvendo o objeto e para tal se valeu do materialismo histórico e dialético.

Os processos de pesquisa buscam desmistificar o que ainda é tratado de maneira não científica e concreta, ou compreender um objeto ainda não estudado em nenhuma condição, ou ainda complementar lacunas no conhecimento sobre determinados objetos. No caso deste estudo, o objeto apesar de recente não é inédito, isso porque o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é objeto de pesquisa popular na academia brasileira. Dessa forma, é possível classificar essa pesquisa como um trabalho de identificação de uma lacuna a ser contemplada. Este trabalho, no entanto, não possui a pretensão de sanar todos as contradições, mas sim iniciar um processo de categorização dos elementos apresentados pelo objeto em análise a fim de servir de apoio para o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos para a construção de teorias sociais que sirvam como condição para a compreensão da vida em sociedade.

2 ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: UM PROCESSO DIALÉTICO

Analisar os paradigmas científicos representa um desafio complexo, uma vez que frequentemente são percebidos como estágios cruciais no desenvolvimento do conhecimento. Quando uma interpretação científica distinta do positivismo foi proposta, isso efetivamente alterou o cenário que envolve toda a comunidade científica. Ao transcender o positivismo, ocorre uma mudança significativa no pensamento científico, que deixa de se limitar à simples catalogação de fatos observáveis e quantificáveis. Nesse novo paradigma, o pesquisador não é apenas um colecionador de dados, mas se torna um agente ativo na interpretação e reconstrução crítica da realidade. Isso permite uma abordagem mais complexa e integrada, considerando aspectos subjetivos e contextuais, e promovendo uma leitura mais aprofundada das dinâmicas sociais, históricas e culturais envolvidas no processo de construção do conhecimento.

González Rey (2005) coloca que ao superar o positivismo essa pecha de que a comunicação pode enviesar não deve mais ser preocupação do pesquisador. A neutralidade, portanto, não está atrelada ao distanciamento entre pesquisador e pesquisado, porque nenhum estudo é neutro. Para a pesquisa aqui apresentada, a neutralidade não é plausível, e isso não invalida a pesquisa, na verdade impulsiona o pesquisador a ter maior cuidado ao trabalhar com questões específicas dentro de um processo de pesquisa. Desta maneira, a pesquisa é válida quando opta por parâmetros e dinâmicas que respeitam o processo de comunicação como um caminho para a construção do conhecimento.

Este estudo considera a comunicação entre as partes como caminho para acessar os dados da pesquisa, a partir da subjetividade intrínseca à proposta epistemológica-teórica. Desta forma, o processo de buscar a subjetividade é o caminho mais acertado para se alcançar a realidade científica dos estudos antropossociais. Ou seja, é importante que a práxis contemple o processo de construção teórica, é necessário compreender a subjetividade não apenas como elemento condicionado objetivamente e de maneira determinista ao social, mas entender a subjetividade como um constructo dialético que admite as imposições da ideologia e também a práxis dentro da sociedade. Logo, ao dizer que “o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 2008 [1983], p.47) não pode ser interpretado como um determinismo economicista, mas um processo dialético que envolve a práxis (Chagas, 2013) do pesquisador e dos atores da pesquisa. É necessário abstrair as objetividades pertinentes à lógica da ciência rígida e buscar, a partir de parâmetros qualitativos, o cerne do que se estuda. É provável que este caminho desembocará em subjetividades complementares e essenciais para a construção de conhecimento.

Existe uma concepção que, embora equivocada, não é tão incomum quanto se pensa, segundo a qual a "verdadeira" ciência seria aquela praticada em "laboratórios", de maneira que as ciências humanas e sociais não preencheriam tal requisito. Este equívoco decorre de uma leitura epistemológica reducionista que considera a pesquisa apenas em sua versão empirista ou positivista, de inspiração cartesiana, na qual se enfatizam testes, repetição de experimentos e relações causa-efeito. Por conta desta concepção, alguns cientistas sociais buscam, igualmente, desenvolver modelos mensuráveis da realidade capazes de conferir uma neutralidade axiológica em suas investigações. [...] É necessário, neste sentido, defender a tese de que é necessário deixar o objeto de pesquisa falar para definir a metodologia adequada à sua apreensão, sob pena de se impor ao objeto o modelo de sua interpretação antes mesmo que este se dê a conhecer. (Faria, 2004, p. 33)

Tendo por conta que este estudo se trata de um estudo não positivista, é importante posicionar o mesmo junto ao campo crítico dos estudos sociais. Desta maneira, o pesquisador admite proximidade com estudos marxistas e marxianos, levando como ponto-alto de seu posicionamento epistemológico a necessidade de construir uma pesquisa que tenha como objetivo norteador a emancipação. Como posicionamento epistemológico-metodológico adotou-se para o desenvolvimento deste estudo a Economia Política do Poder sugerida por Faria (2004) como “esquema que se propõe a dar suporte teórico-metodológico ao estudo de organizações a partir da perspectiva das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações entre sujeitos e grupos sociais com o objetivo de analisar sua anatomia” (Faria, 2004, p. 28). Desta maneira, as relações de poder permeiam todo o estudo, de forma a referendar os aspectos de dominação inerentes à sociedade capitalista contemporânea. Isso significa que os aspectos relacionados à exploração foram colocados em pauta a fim de evidenciar as relações conflituosas do capitalismo, para que sirva, essencialmente, como caminho, em construção, para a superação das relações desiguais de poder inerentes à lógica do capital.

Para o alcance dos objetivos traçados foram utilizados métodos essencialmente qualitativos, sem desconsiderar dados quantitativos que auxiliam na explicação sobre a realidade. A estratégia metodológica qualitativa é caracterizada por buscar as informações que não são possíveis enumerá-las se diferenciando, portanto, dos métodos quantitativos que buscam levantar suas bases de dados através de estatísticas e números precisos. A pesquisa esteve direcionada para o levantamento bibliográfico/teórico e documental, seguido de entrevistas em profundidade com os atores envolvidos com o objeto da pesquisa. Todo o material levantado foi trabalhado a partir do confronto das contradições inerentes ao objeto.

O processo de pesquisa deste estudo se materializa a partir de uma análise histórica das realidades nacionais envolvendo o objeto em questão. Desta maneira, a partir da coleta de

dados realizada - a partir de autores-chave e entrevistas - buscou-se empreender em uma construção científica que rompe com a lógica cartesiana de causa e efeito que está submetida às etapas metodológicas da ciência globalmente aceita.

Para que o objeto elaborado ou apreendido possa se transformar em objeto teórico, em objeto construído segundo as regras da ciência, há um percurso que é necessário seguir e ao qual o sujeito deve submeter sua ação, seu fazer. Isto não significa, entretanto, a submissão do pensamento ao método, sob pena de reduzir a teoria a uma simples reprodução condicionada externamente. O método guia o sujeito em sua relação com o objeto, mas não pode lhe limitar os movimentos. Deste modo, partindo das relações do sujeito com o objeto e do avanço proporcionado pela própria ciência no domínio conceitual, vai sendo possível elaborar abstrações cada vez mais sutis, as quais suscitarão a definição de categorias analíticas. (Faria, 2004, p. 31).

Além disso, as interpretações aqui empreendidas buscam levar em consideração perspectivas originais da ciência brasileira a fim de construir um diálogo com os pensadores que elaboraram interpretações específicas sobre a sociabilidade brasileira, buscando romper com um colonialismo acadêmico ainda vigente no processo científico latino-americano. O processo de colonização é de mais fácil compreensão quando se leva em consideração os aspectos econômicos e de exploração. No entanto, este processo é inerente à construção de um pensamento original sobre as rationalidades que permeiam determinado grupo, desta forma esse colonialismo acadêmico é o que restou de mais evidente do momento histórico de expansão do capitalismo no mundo.

Os países colonizadores levavam para as suas colônias a sua rationalidade, a qual, para estes, era tida como mais bem acabada do que a que as populações nativas possuíam. O que estava colocado, portanto, é que o conhecimento colonizador era melhor do que o conhecimento das colônias.

No século XIX, o colonialismo não significava apenas a imposição da autoridade ocidental sobre as terras indígenas, os modos de produção indígenas e a lei indígena e o governo, mas a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos dos conhecimentos, línguas e culturas indígenas. Essa autoridade incorporou o que Said se refere às alianças entre as ideologias, 'clichês', crenças e entendimentos gerais sobre o Oriente e as visões da 'ciência' e teorias filosóficas [tradução nossa] (Smith, 2008, p. 64)

A solução encontrada pelos colonizadores foi a de eliminar todo e qualquer tipo de rationalidade nativa e substituir a mesma por uma rationalidade mais “avançada” que seria a dos países “desenvolvidos”. Desta maneira, buscou-se impor aos povos nativos o conhecimento sistematizado. Este estudo interpreta que a resposta para a superação da colonização acadêmica está em estudos que considerem de maneira elementar os estudos que versem sobre a região, a

partir da visão dos estudiosos da região. Os estudos decoloniais não são um método de pesquisa, mas uma forma de posicionar-se política e historicamente frente ao estudo que está sendo desenvolvido, o que não significa descartar os métodos e teorias construídas até o momento, mas unir a este conhecimento os aspectos que identificam o recorte de determinado espaço geográfico e seu contexto histórico a partir de construções científicas que tratam sobre os aspectos e rationalidades que estão presentes nestes territórios e que se construíram historicamente.

2.1 PROCEDIMENTOS: ANÁLISE DOCUMENTAL E ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

O presente estudo visou investigar as contradições inerentes ao processo de autofinanciamento do MST a partir do mercado financeiro, e compreender, a partir de categorias, determinadas ao longo do processo, se essa ação possuía materialidade contra-hegemônica ou pró-hegemonia capitalista referendada na acumulação de capital. Para tanto, foram utilizados métodos essencialmente qualitativos. Foi realizado estudo bibliográfico e documental fundamentado historicamente possibilitando o direcionamento da pesquisa e a aplicabilidade da mesma junto aos possíveis atores da pesquisa. Em segundo momento utilizou-se do método de entrevista em profundidade com atores-chave locais a fim de compreender suas motivações, percepções e leituras sobre o processo.

Primeiramente, a pesquisa esteve direcionada para o levantamento bibliográfico/teórico e documental o que serve como base para as demais etapas do desenvolvimento do trabalho. Os principais documentos analisados foram produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), disponibilizados por meio da biblioteca virtual, com documentos anuais sobre ocupações de terra, mobilização da população rural e dos povos tradicionais, e violência no campo. O Centro de Documentação CEDOC Dom Tomás Balduíno, da CPT disponibiliza dados sobre os conflitos rurais desde 1985, o recorte de análise foi dos anos de 2002 até 2023. Outra fonte importante foi a Biblioteca da Questão Agrária do MST, onde foi possível acessar cartilhas de formação do movimento e documentos elaborados ao longo do percurso histórico da organização.

A fim de compreender sobre a estratégia de financiamento o levantamento foi direcionado aos materiais jornalísticos da grande mídia e da mídia alternativa, publicações disponibilizadas pelo MST em seu site oficial. A pesquisa buscou informações junto ao site do FINAPOP, o qual disponibiliza relatórios sobre os processos de arrecadação e resultados do investimento. Ainda, foram levantados os relatórios desenvolvidos pelo Grupo Gaia Impacto, a

então securitizadora dos títulos vinculados ao MST por meio do FINAPOP. Os relatórios apresentam dados quantitativos e qualitativos sobre os investimentos do movimento.

Com relação ao conteúdo bibliográfico sobre a formação histórica brasileira destacam-se as contribuições de Florestan Fernandes ([1974] 2020), que examina a gênese do capitalismo brasileiro, Caio Bugiato (2014), Armando Boito Júnior (2003, 2007) que evidenciam as contradições envolvendo as frações burguesas e a dinâmica dos poderes hegemônicos no Brasil. É possível destacar também Ruy Mauro Marini ([1973] 2017), Cardoso e Faletto (1975) com perspectivas críticas sobre a colonização e seus impactos nas estruturas agrárias. Além disso, a pesquisa valeu-se de bases acadêmicas como o Portal de Periódicos da CAPES e a Base de Teses e Dissertações do Brasil, no entanto, é importante destacar dois estudos em específico: “*Questão Agrária, Imperialismo e Dependência na América Latina*”, de Roberta Traspadini (2022), e “*MST e Colapso da Modernização*”, de Ana Elisa Cruz Corrêa (2023). As obras ampliaram o campo sobre a discussão teórica e prática que envolve o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Desta forma, foi com base neste levantamento bibliográfico/teórico e documental que o trabalho se sedimentou para os momentos subsequentes.

Em segundo momento a pesquisa se valeu da entrevista em profundidade como instrumento para o alcance do objetivo do estudo. A entrevista, portanto, teve como objetivo o contato verbal entre o pesquisador e os pesquisados colaboradores. As entrevistas foram desenvolvidas de maneira presencial, semiestruturada, o que possibilitou delimitar o caminho sem limitar o pesquisador, dando maior liberdade ao ator da pesquisa.

[...] a entrevista em pesquisa qualitativa procura ampliar o papel do entrevistado ao fazer com o que o pesquisador mantenha uma postura de abertura no processo de interação, evitando restringir-se às perguntas pré-definidas, de forma que a palavra do entrevistado possa encontrar brechas para sua expressão. (Fraser; Gondim, 2004, p. 145).

A entrevista em profundidade pode ser utilizada como ferramenta única de pesquisa, ou como artifício complementar ao trabalho realizado. No presente estudo, portanto, a entrevista em profundidade com os atores envolvidos com o objeto de pesquisa é elemento essencial para a construção do produto final deste trabalho.

Na entrevista com abordagem qualitativa, a escolha dos entrevistados fica centrada na relevância de quem irá conceder a entrevista, o que diminui a importância para a quantidade de participantes. Nesse sentido, o foco passa a ser como cada entrevistado pode contribuir para que as categorias analíticas possam ser construídas.

Em pesquisas qualitativas, o fundamental é que a seleção seja feita de forma que consiga ampliar a compreensão do tema e explorar as variadas representações sobre determinado objeto de estudo. O critério mais importante a ser considerado neste processo de escolha não é numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões e sim explorar e compreender os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto. (Fraser; Gondim, 2004, p. 147)

Desta forma, a seleção dos entrevistados foi realizada de maneira não probabilística e intencional. Foi realizada uma análise dos principais atores envolvidos na estruturação e operacionalização do fundo de investimento em colaboração com a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon). As entrevistas foram conduzidas entre os meses de março de 2024 e abril de 2024, realizadas todas dentro do Assentamento Eli Vive, sendo duas entrevistas realizadas no prédio da COPACON, três no espaço social do assentamento, e uma na escola do assentamento.

Utilizou-se como principal instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, que proporcionaram uma flexibilidade para aprofundar as respostas dos participantes, captando nuances sobre o financiamento aderido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As questões norteadoras da entrevista semiestruturada (Apêndice 1) foram divididas em três grandes seções. A primeira explorava a trajetória pessoal dos entrevistados até o MST, incluindo detalhes sobre origem, formação educacional, motivação para se vincular ao movimento, e percepções sobre como essa participação impactou suas vidas. A segunda seção abordava aspectos institucionais e organizacionais da Copacon, com foco nas práticas de governança, nos objetivos da cooperativa, nas responsabilidades dos gestores, e no impacto econômico e social gerado para os cooperados.

A terceira seção tratou especificamente sobre a estratégia de financiamento FINAPOP, adotada pelo MST por meio do fundo de investimento. Foram incluídas perguntas sobre o processo de decisão para a adesão ao fundo, o envolvimento dos cooperados na escolha, e as implicações econômicas e sociais do financiamento para a comunidade. Questionou-se os participantes sobre o impacto do fundo de 1,5 milhão de reais recebido pela Copacon e sobre a maneira como esses recursos foram aplicados para beneficiar os cooperados e a comunidade.

Foram entrevistados um total de sete integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Optou-se por acessar diferentes níveis hierárquicos da organização, e que possuíam conhecimento sobre o instrumento de financiamento ao qual o MST aderiu. Desta maneira, a pesquisa teve acesso a três representantes da cúpula nacional do movimento, sendo que dois estão assentados no estado do Paraná e um no estado do Rio Grande do Sul. Os três representantes nacionais estiveram presentes na sede da COPACON. O pesquisador acessou

dois representantes políticos do Assentamento Eli Vive. Ambos são assentados na região e atuam diretamente com as pautas políticas internas ao assentamento, e são responsáveis pela interlocução nacional e estadual com o assentamento em questão. A pesquisa teve acesso também a dois assentados vinculados diretamente à estrutura da COPACON. Totalizou-se sete entrevistas com média de 50 minutos cada. Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme exigência do Comitê de Ética em Pesquisa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina sob o número CAAE: 73531523.9.0000.5231 e Número do Parecer: 6.326.159, garantindo o cumprimento das diretrizes éticas de proteção aos direitos e privacidade dos participantes.

Reitera-se aqui que a escolha dos entrevistados se deu em virtude do conhecimento dos mesmos sobre a estratégia de financiamento utilizada pelo movimento, todos os sete entrevistados participaram direta ou indiretamente deste processo tendo conhecimento sobre a dinâmica que envolveu a captação dos recursos e o que isso pode significar frente à estratégia ampla do movimento.

Para a análise do objeto a partir das entrevistas, o pesquisador empreendeu em um percurso dialético no qual considerou aproximações sucessivas para o processo de construção teórica. O que está colocado, portanto, é que o pesquisador, a partir de suas estruturas cognitivas e afetivas, “constituídas de esquemas cognitivos e esquemas emocionais (conscientes e inconscientes)” (Faria, 2004, p. 29) tem o seu contato primário com o objeto. Por ter uma relação específica com o real, necessita exercitar o processo reflexivo de absorção deste contato primário atuando em um processo de reflexão sobre o seu próprio pensar, e é então que o ato elementar do pesquisador se apresenta, a partir da interpretação destes elementos primários, classificação destas informações até o retorno para o real a partir de um esquema aprimorado sobre o real, que será essencialmente diferente do real que foi absorvido no primeiro contato feito pelo pesquisador (Faria, 2004)

De fato, um primeiro contato do sujeito com o objeto, esta aproximação precária, se dá pela ação do sujeito (com suas estruturas) sobre o objeto, o qual, contudo, neste nível da relação, aparecerá para o sujeito apenas com sua aparência mais imediata: a informação que o sujeito retira está na forma manifesta do objeto. Nesta fase ocorre a percepção primária, na qual sujeito e objeto estabelecem uma relação frágil, em que a ação intelectual, a inteligência, é pouco exigida. Se toda a relação se encerrasse aí, o sujeito teria apenas tido informações acerca do objeto (objeto em si), mas não consciência do mesmo e de sua ação sobre ele (objeto para si), já que a tomada de consciência é uma reconstrução e, deste modo, uma construção original que se superpõe à construção devida à ação. (Faria, 2004, p. 31)

O percurso colocado é incessantemente complexo, haja vista que tanto o real do pesquisador, como o real do objeto se alteram ao longo do vivido na materialidade. Essa dinâmica evidencia uma relação de constante preocupação para com o conteúdo que se produz a partir do levantamento dos dados. O que se apresenta, portanto, é que o objeto do estudo é real, e como o pesquisador vê o objeto de estudo também é real, mesmo que esse real seja colocado a partir de uma primeira internalização (o objeto não deixa de ser real para o pesquisador porque o esquema apriorístico do pesquisador é de determinada forma). No entanto, o que se propõe com uma análise dialética é que esse real observado precariamente seja objeto de reflexão, *reesquematização*, e aprimoramento, possibilitando a construção teórica baseada em informações coletadas junto ao objeto em análise. O conhecimento é inerente ao ser pensante, mas a construção de ciência e sistematização de teoria deve seguir um processo metodológico, o qual não deve servir como uma amarra, mas como instrumento de condução do processo de elaboração teórica a partir da materialidade vivida. O que está proposto é a construção dos dados a partir de um diálogo entre o pesquisador e o facilitador de acesso ao objeto da pesquisa, o que torna o processo ainda mais complexo, porque evidencia que o pensar do pesquisador deve ser reavaliado pelo pesquisador, mas o pensar do facilitador também deve ser fruto de reflexão por parte do pesquisador, a lógica inerente aos esquemas do facilitador deve ser pensada como um processo contínuo de construção desses dados.

Se o sujeito reflete sobre o objeto e sobre sua ação relacionada ao mesmo, se há uma ação e uma reflexão (se há uma práxis), o objeto não se dá a conhecer mais ao sujeito em sua aparência imediata, pois que se trata, agora, de um objeto elaborado e, como tal, resultante da atividade do sujeito. Nesta fase ocorre a percepção secundária. O sujeito, neste sentido, pode conceituar, descrever, organizar, classificar, enfim, pensar sobre o objeto e sobre sua ação, elaborar seu conhecimento, o que afetará seus esquemas e as relações entre eles e que constituem as estruturas, as quais também afetam a percepção do objeto, em um processo dinâmico. Esta dinâmica é tanto mais intensa quanto mais o objeto for outro sujeito, que observa, percebe e pensa.(Faria, 2004, p. 31).

O processo de análise dos dados coletados se fundamenta, portanto, em um contexto dialético de construção científica que se valerá de uma análise histórica como base para a análise dos dados construídos a partir do contato com integrantes da organização pesquisada, a COPACON. A fim de entender a relação com o processo de investimento empreendido junto à criação de títulos de dívida disponibilizado de maneira pública no mercado de capitais. Em análise, ainda apriorística, relacionar a história da COPACON, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, com o mercado de capitais se apresenta como conflitante, isso porque ao passo que o MST estaria em busca de justiça social, o mercado de capitais é

comumente utilizado pelas classes dominantes de maneira a se manterem dominantes, e é esse processo aprioristicamente contraditório é que será analisado a partir de uma construção teórica dialética.

2.1.1 O (meu) processo dialético

A construção de uma teoria necessita compreender a prática, e para isso outra teoria foi antes estabelecida a partir, também, da análise da prática. O que se apresenta é, portanto, a necessidade de um acúmulo de teoria para que seja possível o entendimento do mundo real. É por este acúmulo teórico que este trabalho se inicia. Um acúmulo teórico que é resultado de abstrações de uma “forma específica da prática, pertencente também ela à unidade complexa da “prática social” de uma sociedade humana determinada” (Althusser, 2015 [1965], p 136). Para tal, deu-se início à leitura sobre os elementos globais que organizam o capitalismo global, seguido de uma análise histórica brasileira que desencadeiam dinâmicas contraditórias que fazem com que movimentos de embate surjam no interior da sociedade brasileira.

O primeiro momento de aprofundamento teórico foi direcionado aos elementos globais envolvendo o capitalismo e suas contradições históricas. Como recorte temporal específico, buscou-se compreender o momento de neoliberalização do mundo e a decadência do estado de bem-estar social. Esse percurso histórico desemboca na ascensão da burguesia financeira que se torna hegemônica em praticamente todo o globo. O que não foi diferente nos países periféricos de capitalismo atrasado como o Brasil.

A compreensão dos elementos históricos do Brasil e a configuração das contradições capitalistas compõem o segundo bloco de construção teórica sobre o objeto. Foi possível evidenciar a característica *sui generis* do capitalismo dependente brasileiro e como isso reverbera no processo de ampliação das desigualdades sociais. Essa realidade impulsionou o surgimento de movimentos de contestação como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

A partir da análise das contradições do capitalismo global, e das especificidades do capitalismo dependente brasileiro, foi possível compreender a formação do MST e da sua história ao longo de 40 anos. Com o surgimento em 1984, o movimento se consolida a partir da pauta da reforma agrária, o que vai ao encontro das desigualdades históricas que caracterizam o Brasil. O movimento sobreviveu ao longo de diferentes governos em uma realidade minimamente democrática, no entanto, os rumos da política nacional levaram o movimento a

aderir a ferramentas nunca antes acessadas no mercado de capitais, espaço comumente ocupado pela classe dominante.

Esse acúmulo de informações foi sendo sistematizado ao longo do processo dialético de construção da teoria. Concomitantemente, pesquisador passou a se aproximar gradativamente do objeto de estudo. Desta forma, ao passo que o pesquisador compreendia a realidade do capitalismo global, nacional e do MST, empreendia também um processo de aproximação da *práxis* do movimento participando de momentos junto à organização.

O acesso ao MST foi facilitado em virtude de uma rede de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina, liderada pelo Professor Fabio Lanza. O Professor atua junto ao MST de Londrina com projetos de pesquisa e extensão que integram educação e memória. Desta forma, as primeiras aproximações se deram a partir de convites direcionados aos pesquisadores. Essas primeiras aproximações se deram por meio de observação. Não foi realizado nenhum tipo de questionamento aos interlocutores. Esse momento foi importante para o início do processo de reflexão a partir do contato precário junto ao objeto. O processo reflexivo desembocou em categorias como cooperativismo, crescimento e responsabilidade social e ambiental, as quais não foram aprofundadas por não estarem diretamente relacionadas com o objetivo final deste estudo. Serviram como elemento de complexificação para os momentos sequenciais.

As demais aproximações se deram a partir das entrevistas junto aos integrantes do movimento que tiveram acesso ao processo de consolidação do financiamento via mercado de capitais. A escolha se deu, justamente, em virtude do conhecimento dos entrevistados sobre a modalidade de financiamento. Desta forma, a rede de pesquisadores liderada pelo Professor Fabio Lanza entrou em contato com os representantes políticos do MST no Assentamento Eli Vive, os nomes foram sendo selecionados e as datas das entrevistas foram marcadas de acordo com a conveniência dos entrevistados. Optou-se por dialogar com representantes nacionais do setor de comercialização e produção e representantes locais do assentamento e da cooperativa.

As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro semiestruturado, introduzindo o tema principal de forma cuidadosa. Inicialmente, buscou-se compreender a trajetória dos entrevistados no movimento, criando um ambiente seguro para o diálogo. Em seguida, o foco foi direcionado à cooperativa, explorando sua importância para os assentados e associados. A etapa final da entrevista abordou o financiamento, onde o pesquisador questionou as contradições envolvidas no acesso do MST ao mercado de capitais. Os entrevistados responderam de maneira natural e segura, que apesar de desconfiarem da ferramenta, estavam convictos dos motivos que os levaram a adotar essa estratégia.

Realizadas as entrevistas, o pesquisador iniciou o processo de reflexão a partir da releitura das transcrições. As falas confluíram, o que evidenciava coerência entre os entrevistados. O pesquisador buscou ampliar a sua concepção teórica a partir de autores que trataram sobre o MST na contemporaneidade. Duas autoras merecem destaque: Roberta Traspadini (2022) e Ana Elisa Cruz Corrêa (2023). As autoras possibilitaram retomar a categoria do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano e a problematização sobre a importância dos movimentos sociais se dissociarem das vias institucionalizadas da democracia burguesa. A crítica, principalmente de Traspadini (2022), sobre as encruzilhadas do MST nos últimos anos, estava fundamentada em análises marxistas e marxianas de autores brasileiros que trataram sobre a realidade brasileira, e também de autores do norte global sobre o capitalismo. A ênfase dada pela autora frente a necessidade de ruptura com as instituições burguesas era inspirada na crítica feita por Meszáros (2002, 2010) aos partidos trabalhistas europeus e a falácia sobre a defesa dos trabalhadores. Foi então que Meszáros se apresentou como um autor a ser visitado.

A partir de Meszáros (2002, 2010), a categoria de "poder extraparlamentar" emerge como fundamental para a construção teórica deste trabalho. Essa categoria é crucial para a análise da realidade do MST, considerando sua atuação tanto junto ao instituído quanto em suas ações mobilizadoras. A partir dessa perspectiva, foi possível revisitar as entrevistas e integrar construções teóricas às práticas observadas, resultando em uma análise específica sobre o envolvimento do MST no mercado de capitais.

O percurso dialético aproxima o pesquisador de uma vasta gama de categorias a serem investigadas, analisadas e, por vezes, construídas originalmente. A complexidade desses elementos interpretativos, necessária para a composição teórica de um estudo, é deliberadamente recortada para limitar a amplitude da construção teórica, permitindo uma abordagem mais aprofundada das categorias essenciais para as conclusões sobre o real vivido analisado. Assim, embora a seleção e a supressão de categorias possam parecer um limite, elas também representam um caminho para uma construção teórica com a profundidade exigida pela análise dialética.

3 O CAPITALISMO E A BURGUESIA FINANCISTA

Em virtude de suas contradições implícitas, o modelo de sociedade capitalista experimenta crises constantes, as quais evidenciam seu caráter insustentável frente à organização da população mundial (Mészáros, 2002). O capitalismo, no entanto, encontrou maneiras de “sobreviver” às contradições históricas ao longo do tempo, o que modificou o seu formato em comparação aos primórdios do sistema capitalista. Em busca de uma síntese para entender o capitalismo moderno, fez-se necessário retomar os anos de 1930, época conhecida como a grande depressão com início em 1929. Foi no período entre guerras frente à grande dificuldade que o mundo capitalista enfrentava que a teoria keynesiana aflorou. John Maynard Keynes sugere que, para viabilizar a manutenção do liberalismo, é essencial que o Estado assuma um papel ativo, atuando como investidor ao lado dos setores da iniciativa privada, com o propósito de ampliar a oferta de empregos e dinamizar a economia por meio do estímulo ao consumo (Luzio-dos-Santos, 2020).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, referendados pela teoria keynesiana, as democracias burguesas europeias, norte americana, e até mesmo a japonesa passaram a colocar em prática políticas de bem-estar social, tendo como grande financiador o Estado (Harvey, 2011). Esse processo se consolidou a partir das lutas sindicais, o que foi amplificado pelos socialistas, dos que viriam a se transformar em social-democratas. A social-democracia, que hoje é tida como adepta às reformas democráticas, tem a sua gênese no marxismo. A sua origem é a da superação do capitalismo e o fim da exploração dos trabalhadores a partir da nacionalização dos meios de produção (Przeworski, 1988).

Os movimentos socialistas eram muito reticentes ao voto, e entendiam que acessar o sistema político findaria com a forma de se entender a revolução proletária, o partido se transformaria, desta forma, em uma ferramenta do grande capital. Em oposição aos anarquistas revolucionários, os social-democratas passaram a participar do sistema eleitoral, no entanto, com a salvaguarda de utilizar o espaço como propagandista, sem o objetivo de alcançar o poder a partir desse caminho eleitoral. (Przeworski, 1988).

As eleições burguesas se transformaram, portanto, em um canal de divulgação com grande amplitude. A abstenção do processo eleitoral já não se mostrava como estratégia plausível, os socialistas identificavam o espaço conquistado como possibilidade de exigir melhorias para a vida do trabalhador (Przeworski, 1988). O voto se mostrou, ao menos em teoria, um dos únicos instrumentos que restou à população trabalhadora. Isso porque a insurreição armada se apresentava como impraticável em vista da grande evolução da

tecnologia, e as greves não eram eficazes, isso porque a massa de reserva era ampla e os trabalhadores grevistas eram substituídos com facilidade (Przeworski, 1988). A eleição se colocava, portanto, como um caminho para a liberdade do trabalhador, e isso significava adequação às regras.

O fato é que os social-democratas, até a década de 30, não tinham uma política econômica própria. A teoria econômica da esquerda era de crítica ao capitalismo, de afirmação da superioridade do socialismo, e conduzia a um programa de nacionalização dos meios de produção. [...]. O partido socialista comportava-se como todos os outros partidos: com a tendência de beneficiar seu eleitorado, respeitando, porém, os princípios do equilíbrio orçamentário, políticas deflacionárias anticrise, padrão-ouro, e assim por diante. (Przeworski, 1988, p. 70)

A tendência no pós-guerra era, portanto, a de que os Estados deveriam prover bem-estar social à sua população e, para tal, investiram nos setores privados da economia, assumiram setores econômicos com baixa possibilidade de lucro e aplicaram medidas fiscais permissíveis ao aumento da dívida pública, como sugere Keynes. Tudo isso se justificava em busca do pleno emprego que geraria crescimento econômico e bem-estar. “Um ‘compromisso de classe’ entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como o principal garantidor da paz e da tranquilidade domésticas.” (Harvey, 2011, p. 20). Esse formato político-econômico ficou conhecido, segundo Harvey (2011) como “liberalismo embutido”. O modelo perdurou e, durante os anos de 50 e 60, significou crescimento econômico para os países de capitalismo avançado. Apesar de não ter atingido a maior parte dos países de capitalismo atrasado/dependente, as medidas keynesianas significaram uma mudança moral e social para a economia global e isso se consolida com a participação ativa dos social-democratas que optaram por desistir da revolução e passaram a brigar por reformas:

Promoveu-se uma economia social e moral (sustentada às vezes por um forte sentido da identidade nacional) por meio das atividades de um Estado intervencionista. O Estado transformou-se na verdade num campo de força que internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado. (Harvey, 2011, p. 21)

Apesar do sucesso evidenciado no crescimento econômico e na melhoria da vida da população dos países de capitalismo avançado, o keynesianismo dos social-democratas começou a ruir ao final dos anos 60 e perdurou durante a década de 1970 (Harvey, 2011).

O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de "estagflação" que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados [...], enquanto as receitas de impostos caíam

acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam. (Harvey, 2011, p.22)

Unido à “estagflação”, citada por Harvey (2011), o fim da União Soviética foi de estimada importância para o abandono gradual das políticas de bem-estar social, uma vez que a ameaça à proposta liberal de economia se tornava menos significativa. Este seria o início da neoliberalização do mundo capitalista. O que se percebeu é que a acumulação de capital foi reduzida durante a primeira década do pós-guerra, o que voltou a crescer durante a década de 70. A solução encontrada para a manutenção do poder econômico e político dos mais ricos foi diminuir o aspecto social dos Estados Nacionais. Uma das primeiras experiências de adequação ao neoliberalismo foi o Chile, onde se instaurou um regime não-democrático com o apoio dos Estados Unidos (Harvey, 2011).

O impacto das medidas “keynesianas” foi tão característico para os mais ricos que, nos Estados Unidos, por exemplo, a renda nacional em poder do 1% mais rico foi reduzido de 16%, antes da Segunda Guerra Mundial, para menos de 8% durante o período “keynesiano”. Isso não preocupou os mais ricos durante um longo período em virtude do crescimento experimentado, mas quando o processo de crescimento cessou, o impacto foi incômodo (Harvey, 2011) e começa, portanto, o processo de neoliberalização do mundo.

O neoliberalismo parecia surgir para restabelecer a classe dominante em seu lugar de origem. A década de 1980 tem Ronald Reagan nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher no Reino Unido. Os dois foram atores de destaque no processo de esvaziamento das políticas do Estado Social, o que veio a ser a tendência global. O que se percebia era um processo de “re-inauguração” teórica do liberalismo com Mises, e Hayek. Os autores foram os símbolos de um novo entendimento sobre o mercado, resgatando Smith e a mão invisível do mercado, mas com elementos liberais mais enfáticos e a reboque de uma construção ideológica conservadora (Harvey, 2011).

A doutrina neoliberal tinha como principais elementos a liberdade individual e o mérito como elemento de justiça, pois os esforços desiguais devem ser recompensados aos que mais se esforçam (Luzio-dos-Santos, 2020). Qualquer intervenção do estado ou qualquer ente que represente a coletividade compromete o crescimento das forças produtivas, além disso os autores acreditam que as desigualdades são naturais da humanidade, isso porque os indivíduos nascem com talentos desiguais e por este motivo corrigi-las via Estado seria punir os talentosos (Luzio-dos-Santos, 2020). A cartilha Neoliberal, apesar de idealizada por teóricos de países de capitalismo avançado como os Estados Unidos e Inglaterra, foi testada pela primeira vez no Chile de Augusto Pinochet ainda em 1970, anos antes de Margaret Thatcher e Ronald Reagan

que governaram durante os anos 1980. O Chile era então governado por uma ditadura militar e passou a implementar diversas medidas de adesão ao neoliberalismo como a desregulamentação do mercado, privatização de bens públicos, repressão aos trabalhadores e aos sindicatos, e reduziu ao máximo as poucas políticas de redistribuição de renda direcionando vantagens para os mais ricos, como estratégia para o crescimento econômico (Luzio-dos-Santos, 2020).

O “teste” da proposta Neoliberal inaugurada no Chile, propiciou a formatação do “Consenso de Washington” em 1990, o que fez com que o neoliberalismo fosse adotado de maneira sistemática, principalmente pelos países do sul global, como destaca Luzio-dos-Santos (2020, p. 64):

O Consenso de Washington, em 1990, fez com que a doutrina neoliberal passasse a ser adotada como um verdadeiro dogma, um guia para o novo capitalismo transnacional que se espalhou pelo mundo e dominou quase absoluto a América Latina, entre o final dos anos de 1980 e de 1990, com a eleição de Salinas no México (1988), Menen na Argentina (1989), Carlos Andrés Pérez na Venezuela (1989), Fujimori no Peru (1990) e Collor no Brasil (1990).

O que a proposta neoliberal propunha era a de que ao beneficiar os grandes, a economia, de maneira geral, seria beneficiada e isso faria com que os demais também fossem atingidos. Esse seria o princípio “*trickle-down*” (gotejamento), Luzio-dos-Santos cita a metáfora do cavalo e do pardal, “segundo a qual se for dada aveia em abundância para o cavalo, uma parte desta cairá no chão e alimentará também os pardais” (Luzio-dos-Santos, 2020, p. 58). Neste sentido, portanto, os países defensores do neoliberalismo atuaram a partir da redução das políticas de bem-estar social e deram início a inúmeras desregulamentações ampliando as “áreas de liberdade de mercado irrestrita para poderosos interesses corporativos” (Harvey, 2011, p. 34).

Esse processo possibilitou ao capital financeiro um crescimento ainda não experimentado. Isso porque a neoliberalização do globo possibilitou que os banqueiros buscassem em países de capitalismo atrasado vantagens mais significativas em vista da necessidade destes países em investir em desenvolvimento. Financiar Estados Nacionais se apresentava como extremamente seguro, haja vista que um Estado não poderia deixar de existir do dia para a noite. (Harvey, 2011) Esse processo de desregulamentação de uma diversidade de setores fez com que o setor financeiro crescesse ao redor do mundo, o que os colocou como uma das forças dominantes hegemônicas no mundo capitalista.

Esse processo evidenciou uma diferença muito característica entre o capital monetário e o capital produtivo. O primeiro vive de juros e dividendos, não atuando de maneira efetiva na

produção de bens de consumo, enquanto o segundo atua no setor industrial, no comércio em busca de lucro (Harvey, 2011). O neoliberalismo significou um novo momento do capitalismo, onde o setor financeiro passou a ter proeminência e destaque em todo o globo:

Tudo isso se vinculava à forte expansão da atividade e do poder no mundo financeiro. Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou a "financialização" de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado [...] (Harvey, 2011, p. 41).

Revela-se uma dinâmica que já existia desde os primórdios do capitalismo: o processo de acumulação de capital que não reinveste capital na produção de bens de consumo. O capital financeiro, que antes estava latente, agora se torna mais evidente. Isso significa que a exploração é ainda mais intensa, pois o processo de acumulação se consolida sem que o processo de acumulação seja realimentado, assim como coloca François Chesnais (2016): “Paralelamente, uma fração crescente de D’ não foi reinjetada como D no processo de acumulação e, em vez disso, alimentou um processo de uma infinidade de capitais buscando valorização nos mercados financeiros.” (Chesnais, tradução nossa, 2016, p. 4).

Apesar do destaque que a fração da burguesia financeira ganhou após a neoliberalização do mundo, Chesnais (2016) afirma que em países de capitalismo avançado o poder hegemônico se organiza de maneira específica junto ao Estado. “[...] argumenta-se que, desde então, no contexto da liberalização e globalização do capital, ocorreu progressivamente uma fusão do capital financeiro como “processo” e como “poder”, levando efetivamente à formação de um único bloco de poder dentro dos Estados.” (Chesnais, 2016, p. 8). O que sugere, portanto, é que a exemplo dos Estados Unidos “os executivos da Exxon, General Motors ou Wal-Mart estão em pé de igualdade com os da Goldman Sachs e JP Morgan, por exemplo, juntamente com os principais acionistas (tipicamente Warren Buffet).” (Chesnais, tradução nossa, 2016, p. 8).

Essa realidade não é a mesma quando o olhar se volta para a periferia global, incluindo os países latino-americanos. Para Chesnais (2016), a elite financeira é o bloco com maior poder de influência nesses territórios atuando de maneira efetiva no direcionamento da tomada de decisão, explorando não só mão-de-obra, mas principalmente os recursos naturais e os setores do agronegócio:

Quando nos deslocamos para a periferia do sistema mundial, analisado em sua dimensão de globalização financeira, especialmente no “quintal” dos Estados Unidos na América Latina, o peso do capital financeiro é marcante. Os investimentos financeiros que entram se interconectam e se fundem com a acumulação de capital doméstico, consolidando oligopólios baseados na exploração dos recursos naturais em setores como agronegócio e mineração. (Chesnais, tradução nossa, 2016, p. 8)

É possível dizer, portanto, que o Brasil e os países latino-americanos não são coadjuvantes no processo de neoliberalização do mundo, no entanto, se apresentam como agentes explorados. Os países de capitalismo dependente foram essenciais para o processo de consolidação da nova etapa do capitalismo, na qual a fatia dominante hegemônica é a elite financeira. Os países “em desenvolvimento”, se valeram dos empréstimos em moeda internacional para investir no seu “desenvolvimento”. O que se tinha, portanto, era um processo de consolidação da elite financeira às custas das nações exploradas.

Quanto ao papel da dívida pública, esta passa a ser alicerce privilegiado da “acumulação financeira”, desde o final dos anos 1970 e início dos 1980, com a brutal elevação das taxas de juros, realizada de forma unilateral pelos Estados Unidos, em 1979. A dívida pública, então, não só atende às necessidades do financiamento dos Estados, mas também vem “alimentar” a massa de capital concentrada nos grandes grupos – fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro – sob a forma-dinheiro. A gênese da ampliação da dívida pública nos anos 1980 se alicerça nos interesses dos governos e desses grandes grupos, no limite, sob interesse do capital [...] (Lara; Lupatini; Tristão, 2009, p. 71)

Portanto, a burguesia financeira, após a “neoliberalização” do mundo, passou a ter destaque no jogo de poder hegemônico. Além de participar como um dos protagonistas, o setor financeiro possibilitou que o processo de acumulação fosse ainda mais concentrador, isso porque os burgueses industriais, comerciais e os grandes proprietários de terra se valem das ferramentas do setor financeiro para acumular maiores parcelas de capital. Esse processo também evidenciou uma organização globalizada dos capitalistas ao redor do mundo (Harvey, 2011).

Com a consolidação da burguesia financeira e a intensificação da acumulação de capital, verificam-se impactos significativos nas dinâmicas econômicas e sociais de diversas nações, inclusive no Brasil. A interconexão dos setores industriais, comerciais e agrários com o setor financeiro reforçou estruturas de poder que perpetuam desigualdades históricas. Neste contexto, torna-se fundamental entender como essas mudanças globais afetam os processos locais de exploração, evidenciando a continuidade de práticas que, desde a origem do capitalismo, buscam maximizar o lucro através da exploração de recursos naturais e da força de trabalho. Assim, o capitalismo brasileiro emerge como um sistema complexo onde o poder

hegemônico é exercido através de políticas de Estado que favorecem elites econômicas, enquanto a condição agrária reflete um legado de concentração fundiária e uso intensivo dos recursos naturais. Esse cenário de acumulação e exploração contínua, portanto, não só molda as relações de poder e desigualdade, mas também influencia profundamente a trajetória econômica e social do país, revelando as intrincadas conexões entre o capital financeiro e as políticas de desenvolvimento agrário.

4 O CAPITALISMO BRASILEIRO O ESTADO NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS PARA O CAMPO

O capitalismo brasileiro é resultado de um processo longo e constante de acumulação de capital por meio da exploração do trabalho, mas também, por meio da exploração da natureza, isso fica evidente no momento em que se avalia a história de ocupação e exploração das terras nacionais.

Os paradoxos do Brasil agrário começaram em 1500, com o invasor português estimulando a prática do escambo pelos indígenas da região: a extração e a troca do pau-brasil. O primeiro modelo de uso e posse da terra imposto pelo colonizador foi o corte seletivo de pau-brasil, realizado pelos Tupinambá, em resposta à demanda do mercado externo. Este sistema, entretanto, em breve sofreria mudanças. As “descobertas” de finais do século XV e XVI levariam os potentados europeus a assegurarem seus territórios nas Américas. De 1530 até o século XVIII, a monarquia portuguesa buscou garantir seu domínio sobre o Novo Mundo, através do desenvolvimento de sistemas de uso e posse de terras, impedindo que as coroas francesa, holandesa e espanhola se apropriassesem de parte de sua colônia. (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2012, p. 15)

O Brasil durante o período de ocupação era visto como um grande espaço de terra agricultável e que iria garantir a produção de alimento que a coroa portuguesa necessitava, e ainda servia como instrumento de gestão de poder entre as potências europeias que dividiram o mundo. Desta forma, Portugal dividiu o território brasileiro em capitania e as distribuiu para cidadãos portugueses a fim de garantir o poderio sobre o território e força política frente aos “concorrentes” por espaço (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2012).

A distribuição das capitania serviu, portanto, para povoar o território e retirar toda a riqueza possível, seja essa em forma de alimento, ou em forma de minérios. Ocupando o maior espaço possível, a fim de estabelecer os limites pertencentes à coroa portuguesa em detrimento da coroa espanhola, potências em disputa à época das grandes navegações. As capitania se caracterizavam como grandes espaços de terra direcionadas aos escolhidos da corte, ou seja, muito espaço na mão de poucos.

O legado do sistema de capitania foi a proliferação de grandes propriedades chamadas sesmarias. Tratava-se de grandes extensões de terras concedidas aos donatários pela Coroa Portuguesa, administradas por poucos indivíduos (Fausto, 1997; Motta, 2009). O sistema de sesmaria, iniciado na colônia, precisa muito ser reexaminado, uma vez que continuou a influenciar as relações de propriedade no século XXI. O sistema data de 1375 e consistiu numa espécie de direito agrário que procurou promover o desenvolvimento rural por meio do cultivo de cereais, além de garantir mão-de-obra para o campo. À época, o sistema de sesmarias ajudou a aliviar uma crise alimentar

que assolara Portugal e causara grande êxodo de trabalhadores rurais. (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2012, p. 17)

Foi a partir da configuração colocada que o Brasil chegou à sua independência. Então em 1822 uma nação independente, pressionada pela corte inglesa para a abolição da escravatura - o que iria se consolidar apenas em 1888 – instituiu, em 1850, a Lei de Terras que alterou a maneira como as terras eram distribuídas, definindo que a aquisição de terras “[...] dar-se-ia, a partir de então, mediante título de compra e venda. É o marco de uma política agrária concentradora de terras e recursos materiais em determinado segmento social minoritário.” (Nascimento, 2016, p. 99). O que se apresenta, portanto, é uma estrutura concentradora de poder por meio da concentração fundiária.

Desse modo, o latifúndio - marca do Brasil colônia, do Brasil monárquico - tornava-se e mantém-se até hoje, marca do Brasil república. Das capitâncias hereditárias às sesmarias e destas até a Lei de Terras de 1850, a terra ficou restrita ao poder da nobreza. Desde 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários. As terras que não foram cercadas, deveriam ser devolvidas ao governo, daí o termo terras devolutas. Dessa forma, a propriedade da terra só seria possível por meio da compra em dinheiro. (Fernandes, 1999, p. 19)

O que se tinha, portanto, era uma aristocracia agrária poderosa e repleta de privilégios e que tiveram inúmeras vantagens frente à nova configuração de um Estado Nacional. A mudança do status de Colônia Portuguesa para Território Independente, reorganizou o modelo societário brasileiro, o que não significou que a aristocracia agrária perdeu o seu espaço de mando frente à lógica organizativa da sociedade brasileira, pelo contrário, as potencialidades capitalistas dessas grandes propriedades se manifestam de maneira plena (Fernandes, [1974] 2020, p. 44).

Essas transformações marcam a transição para a era da sociedade nacional. Uma nação não aparece e se completa de uma hora para outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória de ziguezagues. Isso sucedeu no Brasil, mas de maneira a converter essa transição, do ponto de vista econômico, no período de consolidação do capitalismo. Esse processo abrange duas fases: 1) a ruptura da homogeneidade da “aristocracia agrária”; 2) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional. (Fernandes, [1974] 2020, p. 44).

Essa condição específica remonta a história do capitalismo brasileiro. O que está posto é, portanto, o que Florestan Fernandes ([1974] 2020) vai chamar de aburguesamento da aristocracia agrária, movimento semelhante ao que aconteceu com parte da nobreza europeia no momento de ruptura com o feudalismo. Processo este que consistiu na projeção desses

senhores rurais e grandes proprietários de terra para o cenário econômico moderno das cidades, passando a acessar de maneira mais característica, agora em uma “nação independente”, o ambiente político. “Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial” (Fernandes, [1974] 2020, p. 45).

O Brasil Nação se estruturou a partir de uma lógica centralizadora onde uma aristocracia agrária operacionalizou a vida moderna a partir de uma lógica de continuidade da escravidão. Desta forma, as condições de precariedade para com o trabalhador do campo não estavam restritas aos negros escravizados, mas também aos brancos europeus que vieram, inclusive, com apoio governamental, e viveram condições similares as dos escravizados (Nascimento, 2016).

O poder de mando dos grandes proprietários de terra - ainda hoje muito eloquente - se fortaleceu ao longo dos anos do pós-colônia, e se manteve muito característica até a chegada de Vargas ao poder, nos anos 1930, como um momento importante para o fim da alternância de poder entre os grandes latifundiários. O governo getulista passou a investir na modernização do capitalismo brasileiro e, apesar das contradições de seu governo, intensificou políticas de proteção ao trabalhador urbano. A Era Vargas não significou uma ruptura completa entre as oligarquias e o poder constituído, no entanto, foi um momento de mudança, o trabalhador rural foi empurrado para a cidade em virtude de uma promessa de melhores condições de trabalho urbano.

Após 1930, as mudanças políticas no Brasil permitiram a instituição de um governo central forte, que procurou reduzir a influência da oligarquia rural, priorizando uma política desenvolvimentista. O “Estado Novo” getulista se estendeu de 1937 a 1945 e, no período, decretos-leis procuraram reforçar as relações capitalistas no campo (Welch, 1999). Entre as contribuições do regime semifascista de Getúlio Vargas, destaca-se a promoção de organização social e política das classes rurais, incluindo a criação de uma estrutura associativa e o estabelecimento do sistema judiciário do trabalho, usado para regular as relações de trabalho no que tange ao uso da terra. A partir de então, as estruturas organizacionais se traduziram em significativo objeto de luta política até os anos de 1960, quando o governo determinou a criação de sindicatos locais, estaduais e federais, tanto para os latifundiários quanto para os camponeses. (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2012, p. 22)

Após a era Vargas, o país passou por um momento democrático, o que foi demasiadamente rápido, isso porque em 1964 os militares assumiram o poder e iniciaram um novo momento “modernizante”. Durante a década de 1960, no contexto global, o neoliberalismo se fortalecia e o Brasil passava por uma ditadura cívico-militar se colocando como participante explorado no processo de capitalismo global. Com a retomada da

democracia, a experiência de neoliberalização se manteve constante. Em síntese, o país passou de colônia, para uma “oligarquia” dos grandes proprietários de terra, passando por um momento de urbanização forçada até a chegada de uma ditadura que também idealizava uma modernização a todo custo (Bugiato, 2014), pautada na proposta neoliberal global e após a democratização o percurso foi ajustado à tendência “democrática” neoliberal (Bugiato, 2014), e isso se manteve desde o governo Collor até os governos petistas.

Apesar da tendência neoliberal de diminuição da participação do Estado frente às questões sociais, a Constituição brasileira de 1988 representa um marco “civilizatório” na sociedade brasileira, oficializando políticas baseadas no estado de bem-estar social. Ao longo do tempo, em resposta às pressões de grupos sociais, essas propostas foram sendo regulamentadas, em sua maioria, no espaço urbano dos trabalhadores formalizados. As políticas até então não davam a devida importância para a participação do trabalhador do campo, isso começa a ser modificado a partir de 1995 quando se deu início à um processo de implementação de políticas voltadas para o setor agrário, ainda de forma tímida, mas que impactaram os trabalhadores da agricultura familiar.

Historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País. Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País; e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. (Grisa; Schneider, 2014)

Durante a década de 1990 o país passava por um processo em que era possível visualizar os impactos do neoliberalismo em atrito com as propostas de bem-estar-social constitucionais. As autoras Grisa e Schneider (2014) identificam ao menos três momentos que caracterizam as políticas voltadas para a agricultura familiar e que acompanham esse processo de variação entre as políticas neoliberais e as mais alinhadas aos ganhos sociais. O início se dá em 1995 com políticas que objetivavam, sem deixar de respeitar a proposta neoliberal, fortalecer o setor agrário com incentivo direcionado ao financiamento desse setor, no entanto o momento era de apoio às produções mais bem estruturadas, com maior poder de competitividade

e via de regra localizadas próximas de grandes centros urbanos. Era um incentivo modernizante, aos moldes dos momentos precedentes.

A principal política desta primeira geração foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) existente até hoje. O segundo momento de fortalecimento das políticas voltadas à agricultura familiar iniciou-se já no Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003. A proposta, já defendida em campanha eleitoral, era o de focalizar em políticas que reduzissem a miséria e a fome em diferentes regiões do país. O governo Lula naquele momento buscou investir em políticas que fossem direcionadas ao setor da produção rural, mas que atingissem regiões em que a primeira geração não contemplou de maneira satisfatória, principalmente, o nordeste do país (Grisa, Schneider, 2014; Grisa *et al*, 2022). A referência desta geração de políticas agrárias estava atrelada ao aspecto social e assistencial, o que possibilitou a redução da pobreza extrema em regiões essencialmente agrárias do país. Foi momento de apoio assistencialista que diminuiu o nível de vulnerabilidade, mas que não proporcionou “independência” e volume de recursos fixos para a manutenção das atividades.

A terceira geração, governo Dilma, foi ao encontro da consolidação de um espaço no mercado para esse setor. Desta forma, as políticas já implementadas foram fortalecidas e instituiu-se políticas de compras públicas para que o poder público passasse a direcionar parte de suas compras exclusivamente para a agricultura familiar (Grisa, Schneider, 2014; Grisa *et al*, 2022). Em consonância com essa política de fortalecimento de mercado, a proposição estava vinculada às condições de trato do meio ambiente e de fortalecimento dos preceitos atrelados à segurança alimentar. A referência desta geração de políticas direcionadas à agricultura familiar estavam relacionadas ao manejo sustentável, à segurança alimentar e, principalmente, à consolidação dentro do mercado para esse setor. (Grisa, Schneider, 2014; Grisa *et al*, 2022)

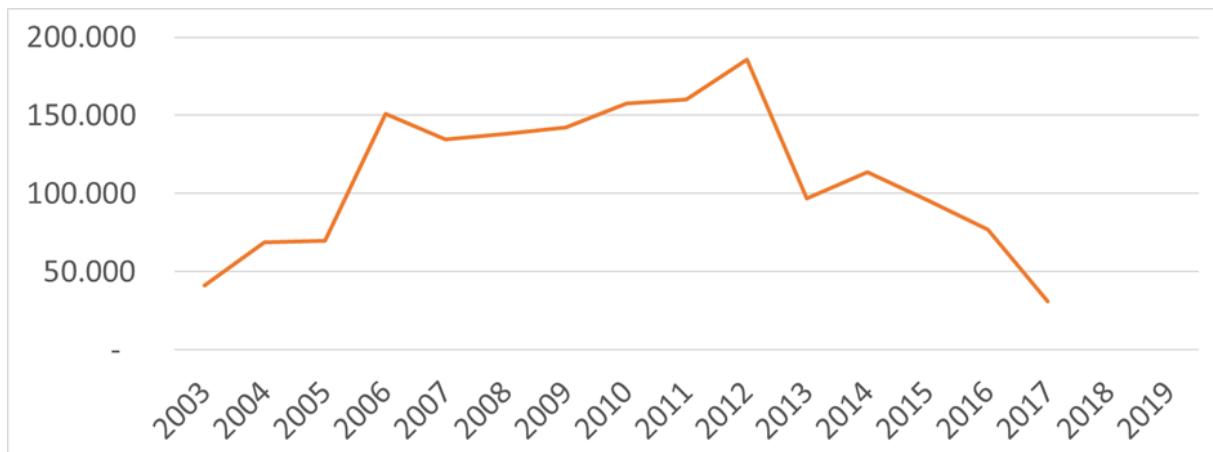
Após a destituição de Dilma Rousseff em 2016, deu-se início ao que Grisa *et al* (2022) vão nomear como “desmonte” das políticas públicas voltadas para o setor da agricultura familiar. O Governo Dilma iniciou o seu segundo ciclo em 2015 seguindo a cartilha de redução dos gastos sociais, e isso impactou diretamente na popularidade da mandatária o que viabilizou de maneira definitiva o impeachment (Grisa *et al.*, 2022). Seguindo um percurso de austeridade, o governo que assumiu em 2016, inicialmente de maneira interina, passou a empreender na “formalização” ou, como Grisa *et al* (2022) colocam, na “constitucionalização” da austeridade, com a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, o então “Teto de Gastos”. “Uma consequência imediata disso foi que, após o impeachment, verifica-se uma redução de recursos que já haviam sido direcionados ao financiamento das políticas para o setor familiar, impactando a execução de muitos programas governamentais desde 2016.” (Grisa *et al*, 2022, p. 23).

O desmonte se deu, portanto, com a extinção de institucionalidades participativas, e consolidadas durante o governo Bolsonaro, a partir de 2019. Neste processo, conselhos consultivos e fiscalizadores, atrelados às políticas de segurança alimentar, deixaram de existir no âmbito nacional (Grisa *et al*, 2022). Outra frente de esvaziamento se deu na transição de um governo para o outro, pois em 2018 mudou-se a concepção sobre a categoria da agricultura familiar, e instituiu-se entraves burocráticos para que os agricultores familiares pudessem acessar às políticas de financiamento e de apoio estatal (Grisa *et al*, 2022). No entanto, o maior impacto foi no processo de esvaziamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

A partir de 2016, com as rupturas político e institucionais em curso, embora a insegurança alimentar tenha aumentado no país, houve um agravamento da redução dos recursos destinados ao programa, o que podemos caracterizar como um desmantelamento por inefetividade. Os gestores públicos preferiram não assumir os custos políticos de extinguir um programa reconhecido internacionalmente, mas foram reduzindo sua intensidade. Em 2019, o PAA executou o menor orçamento desde 2004 (praticamente desde seu início, em 2003). (Grisa *et al*, 2022 p. 31)

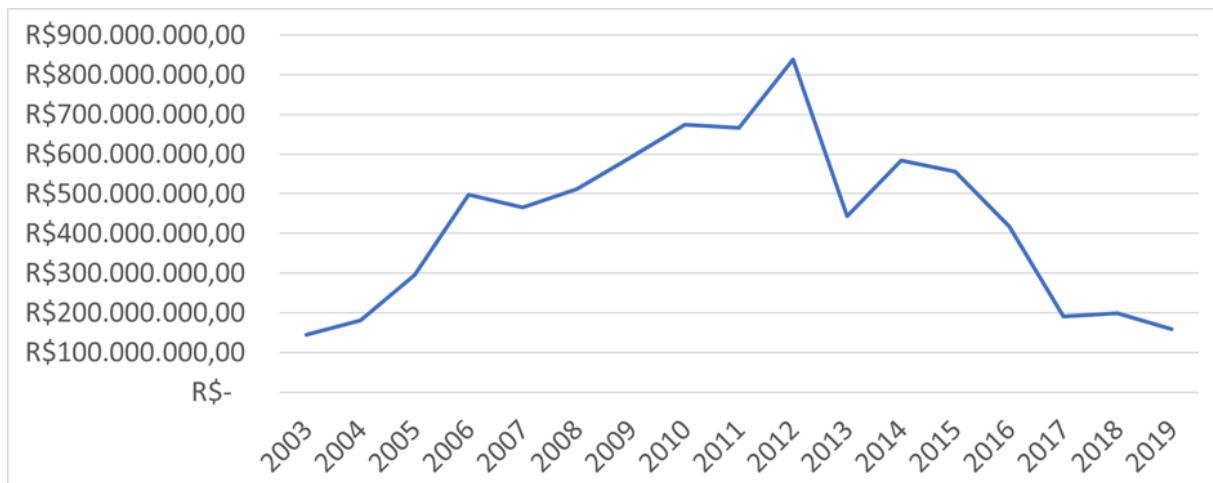
Com base nesse contexto de mudanças e reduções orçamentárias, a análise ganha maior clareza quando contextualizada com a evolução histórica do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os gráficos a seguir (Grisa *et al*, 2022) apresentam uma visão cronológica das transformações-chave na política, destacando os momentos críticos de alteração de direcionamento e de alocação de recursos. Essa análise histórica oferece um panorama para a compreensão das implicações dessas mudanças no panorama atual dos trabalhadores da agricultura familiar no país. Além do esvaziamento do direcionamento dos recursos de maneira ordinária no orçamento público, as emendas parlamentares modificaram a dinâmica do programa pois os critérios de atendimento dos parlamentares não eram transparentes, perdendo “[...] a autonomia no estabelecimento de critérios técnicos e sociais para a execução dos recursos e na definição de territórios prioritários” (Grisa *et al*, 2022, p. 33)

Gráfico 1 - Número de Agricultores Familiares beneficiados



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de GRISA et al, 2022

Gráfico 2 - Recursos Aplicados no PAA



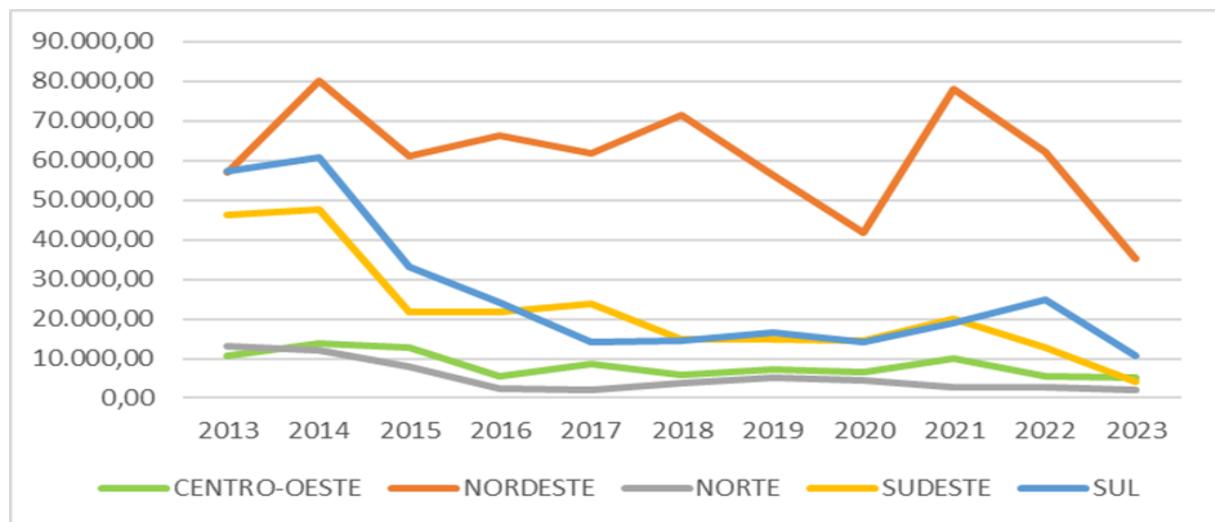
Fonte: elaborado pelos autores, a partir de GRISA et al, 2022

Outra política de extrema importância para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) considerado o principal “incentivador da agricultura familiar, e seu objetivo é acarretar o fortalecimento sustentável dessa modalidade; por ele, os produtores têm acesso a diversas linhas de crédito, conforme o projeto, que podem ser destinadas a investimento em equipamentos, construção, custeio e outros.” (Carrara; Carvalho; Sbarai, 2020, p. 36).

Em análise aos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, junto à Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR, foi possível visualizar a história do investimento do programa de Crédito por meio dos contratos firmados. Desta maneira o que se percebe são duas principais maneiras de contrato, as de investimentos e as de custeio. Enquanto os contratos de custeio visam o acesso a sementes, fertilizantes, defensivos, vacinas e outros itens para a manutenção da produção agrícola e pecuária, os contratos de investimento estão direcionados para a

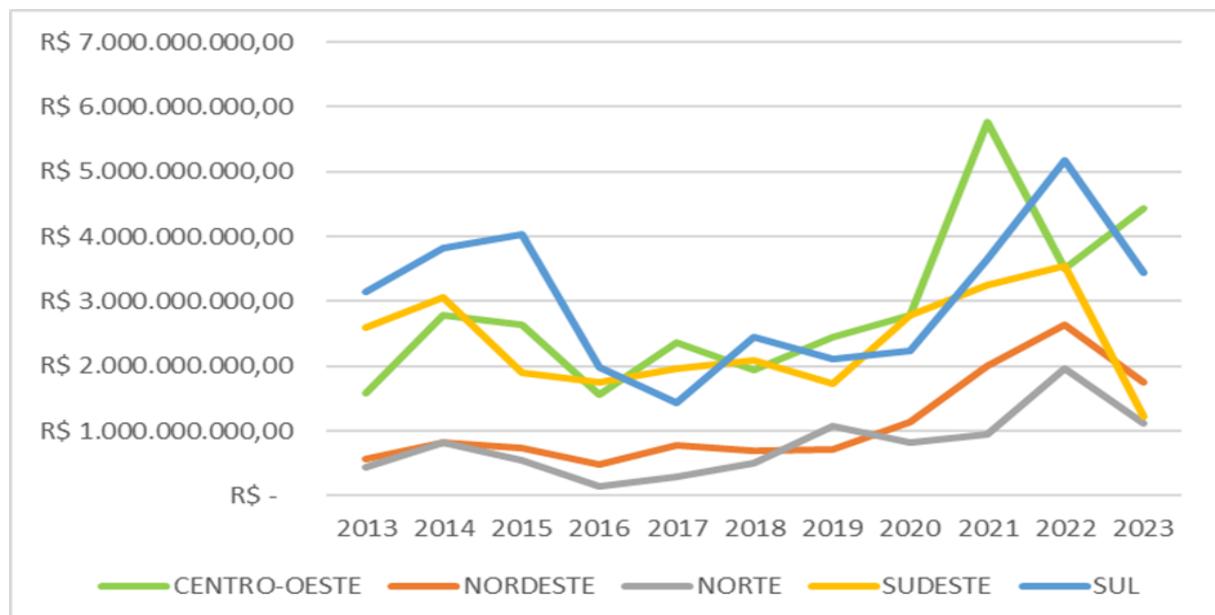
aquisição de maquinário e equipamentos para modernização da produção (Carrara; Carvalho; Sbarai, 2020).

Gráfico 3 - Número de Contratos (Custeio + Investimento) por Região do país



Fonte: Produzido pelos autores com base no Banco Central - Matriz de Dados do Crédito Rural

Gráfico 4 - Somatória dos Valores de Contrato (Custeio + Investimento) por Região do país



Fonte: Produzido pelos autores com base no Banco Central - Matriz de Dados do Crédito Rural

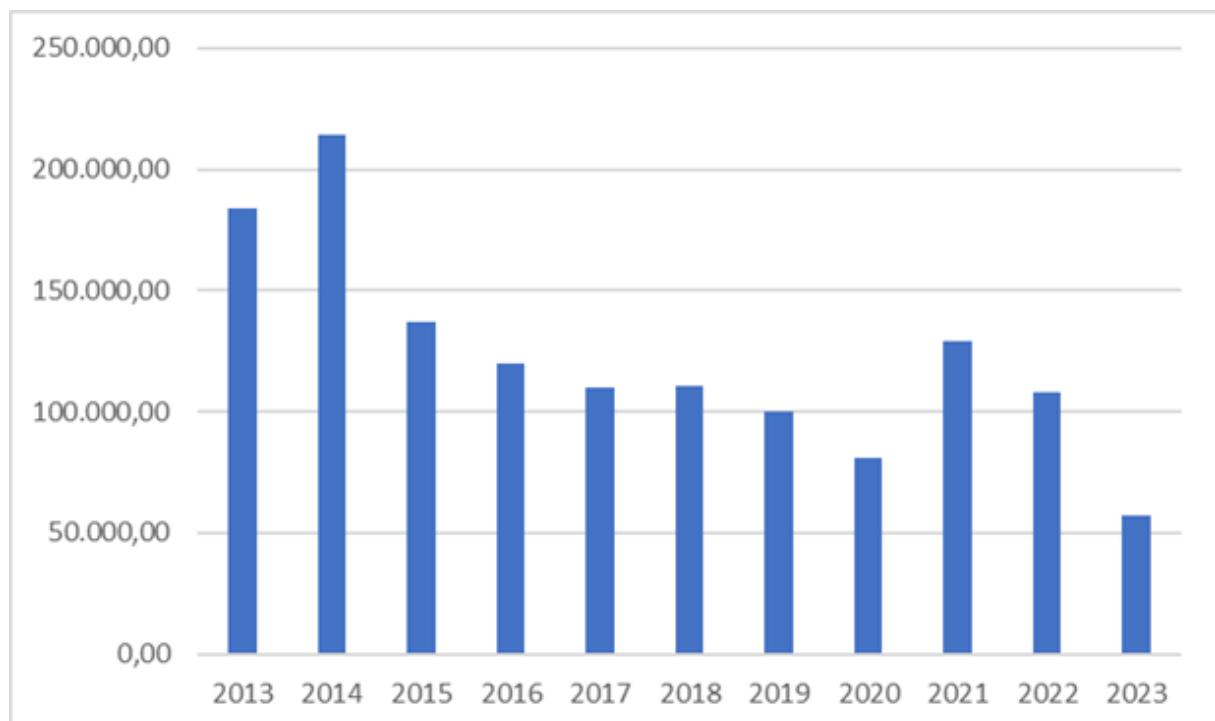
Em uma análise comparativa, o que fica perceptível é que a região nordeste concentra o maior número de contratos. No entanto, a somatória dos valores financiados só fica acima da região norte ao longo do período histórico analisado com exceção do ano de 2019. O que esse cenário demonstra é que os contratos com volumes financeiros maiores se concentram nas regiões sul e centro-oeste, o que é interpretado como um direcionamento para as famílias que possuem maior poder aquisitivo ou que estariam diretamente relacionadas com grupos de

grande poder econômico. Neste sentido, Fossá, Matte e Mattei, (2022). empreenderam em uma análise dos municípios contemplados por estes financiamentos e chegaram a conclusões semelhantes:

De um modo geral, observou-se também que os dez municípios que mais contrataram recursos financeiros estão associados diretamente à produção de bens pertencentes às grandes cadeias do agronegócio brasileiro, com exceção apenas da mandioca, que não se enquadra enquanto uma commodity típica. Nestes casos, destacam-se as atividades integradas aos complexos agroindustriais, especialmente avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite, bem como as atividades produtivas agrícolas, especialmente a produção de soja e de milho. Em função disso, verificou-se que uma das consequências decorrentes desse predomínio produtivo foi a redução crescente do número de contratos. (Fossá; Matte; Mattei, 2022, p. 21)

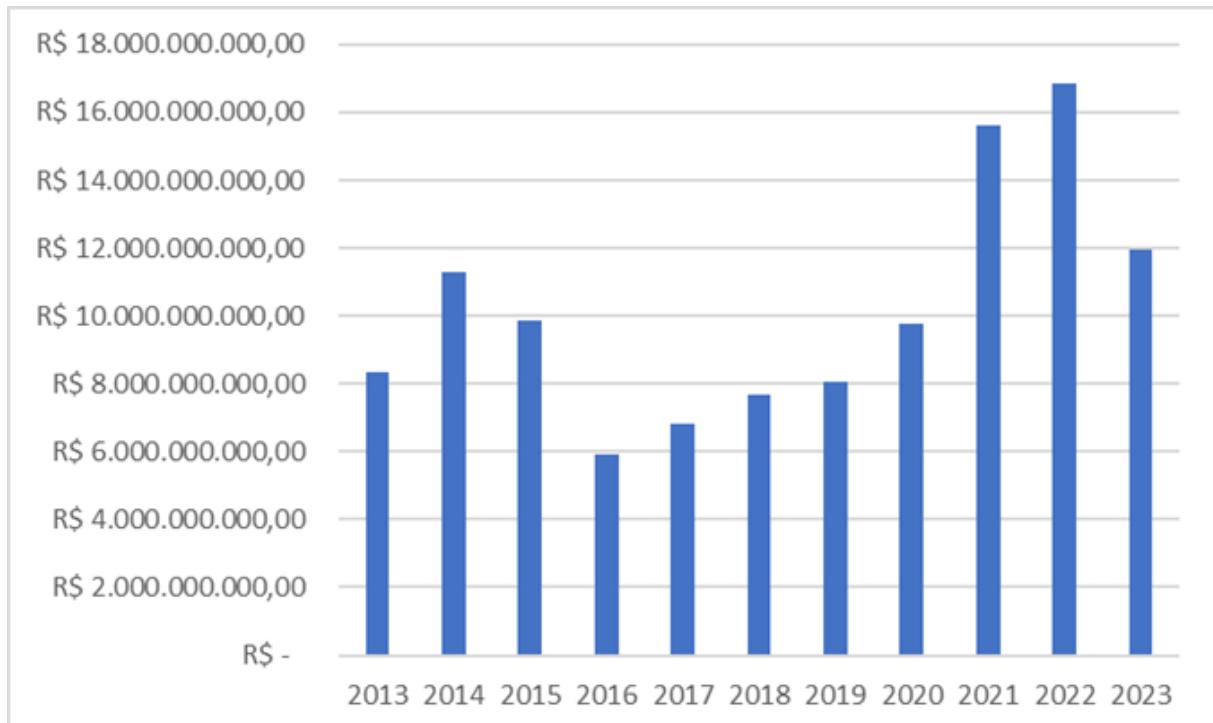
Quando a análise é feita de maneira geral, sem considerar as regiões do país, o que se percebe, conforme gráficos 05 e 06, é que se deu início a uma tendência de queda no número dos contratos a partir de 2015 (primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff), sendo interrompido em 2021 por um aumento no número de contratos. Quando se leva em consideração os valores destinados à política no mesmo período, fica perceptível um crescimento dos valores nominais investidos (gráfico 06), referendando a tendência de um aumento do investimento com valores maiores, no entanto para um menor número de famílias.

Gráfico 5 - Número Total de Contrato (Custeio + Investimento)



Fonte: Produzido pelos autores com base no Banco Central - Matriz de Dados do Crédito Rural

Gráfico 6 - Somatória do valor total de Contrato (Custeio + Investimento)



Fonte: Produzido pelos autores com base no Banco Central - Matriz de Dados do Crédito Rural

Essa configuração se assemelha ao formato inicial do programa, onde a política estava direcionada aos agricultores mais bem estruturados, com a produção de culturas mais competitivas, com grande volume de exportação, e muitas vezes localizados em centros de produção mais bem desenvolvidos principalmente no sul e sudeste do país. Essa mudança de rota da política pública, neste caso específico, denota uma tendência de retomada enfática da proposta neoliberal do final dos anos 90 com o presidente Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, retomado a partir do início do segundo mandato de Dilma Rousseff, que se fortaleceu após o impeachment em 2016. A postura neoliberal e de redução dos gastos sociais parece ter se consolidado com a eleição de Jair Bolsonaro.

Em suma, a ascensão do neoliberalismo trouxe consigo uma transformação significativa na orientação das políticas públicas em muitos países de capitalismo avançado, que viveram o “boom” das políticas de bem-estar-social. O neoliberalismo se manifestou a partir da redução do papel do Estado no âmbito social e econômico, priorizando a liberalização dos mercados e o enxugamento dos gastos públicos. Essa mudança de paradigma, que teve início com figuras emblemáticas como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, encontrou ressonância nos países periféricos, com períodos de implementação de políticas mais alinhadas com os princípios neoliberais, com momentos que se caracterizam por um alinhamento total ao

capital internacional, intercalados com períodos de maior incentivo à burguesia nacional e políticas sociais pontuais. Essa trajetória se refletiu nas políticas direcionadas à agricultura. Desde o governo de Fernando Collor de Mello até o governo de Jair Bolsonaro, fica perceptível uma oscilação entre abordagens neoliberais e retomada de políticas sociais, no entanto, sempre caracterizado por um alinhamento ao mercado internacional, e uma certa submissão aos ditames dos países de capitalismo desenvolvido. Essa complexa interação entre ideais políticos, agendas econômicas e movimentos sociais, dentre eles o MST, ilustra a dinâmica em constante evolução da política brasileira, moldada pelas forças do neoliberalismo. Essa configuração foi uma das justificativas para que o MST buscasse uma alternativa autônoma ao estado para o financiamento da agricultura familiar. É nesse contexto que surge o Finapop, como uma das ferramentas de sustentação da luta por reforma agrária e por alimentos de qualidade.

5 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: UMA TESE CONTRA-HEGEMÔNICA

Entender um dos maiores movimentos sociais do país, reconhecido internacionalmente (CAETANO, 2012), e com íntima relação com a realidade nacional em virtude de sua pauta campesina, é necessário não se deslocar da análise histórica do país. O Brasil tem a sua origem na exploração de espaço agricultável e de ocupação da corte portuguesa. Essa realidade marca o surgimento do país enquanto nação independente. Parte dos movimentos populares do país, portanto, estão atrelados à luta por terra e por reforma agrária, em vista da condição de tradições agrárias, e que reverberam as dinâmicas desiguais até os dias recentes. O MST surge próximo dos anos de 1980 seguindo o exemplo de outros movimentos precursores da luta pela terra. Movimentos estes que se fortalecem ao longo dos anos de 1940 e 1950.

Um dos movimentos que inspiram o MST é o das Ligas Camponesas, que ao final de 1945, quando Vargas sai do poder, começam a se organizar com o apoio da igreja católica. As Ligas se espalharam por praticamente todos os Estados do país, e com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), considerado ilegal pelo governo Dutra em 1947, e da igreja católica lutavam pela reforma agrária. O embate era violento o que ocasionou em mortes de trabalhadores rurais que eram sinônimo de resistência e presença combativa em busca da distribuição de terras de maneira democrática (Fernandes, 1999). Em 1954 foi criado a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB em mais uma tentativa de organizar forças para a conquista da reforma agrária. No Sul, no mesmo período, surgia o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) e em Pernambuco as Ligas Camponesas continuavam atuantes. No Sul a MASTER se mostrava atuante e em Pernambuco as Ligas Camponesas, foram as duas regiões que o ULTAB não se fixou (Fernandes, 1999). O MASTER, assim como as Ligas Camponesas já o faziam em Pernambuco, começaram a instalar acampamentos em grandes latifúndios da região sul do país.

O que se tinha, neste contexto histórico, era um fortalecimento da causa campesina. O MASTER, ULTAB e as Ligas Camponesas são alguns dos exemplos mais emblemáticos de organização dos trabalhadores do campo. O processo de luta e resistência que aflora de maneira mais característica entre os anos de 1940 e 1964 foi interrompido com o movimento golpista apoiado pela elite brasileira incluindo os latifundiários, empresários, banqueiros (Fernandes, 1999) e até mesmo parte da classe média conservadora. A chegada de João Goulart no poder em 1961 coincide com um afloramento das lutas e das mobilizações em busca de melhores condições de vida, isso com relação à vida urbana e à vida rural. O golpe de 1964 foi, portanto,

um “remédio amargo” apoiado até mesmo por empresários e industriais que queriam o enfraquecimento dos grandes proprietários de terras, mas não estavam dispostos a dar força ao movimento dos trabalhadores rurais. Além disso, os empresários e ruralistas tinham muitas preocupações envolvendo as mudanças fundiárias nos moldes das exigências dos trabalhadores rurais, como a reforma agrária (Nascimento, 2016).

A ditadura militar, na prática, foi um retrocesso não só para os trabalhadores do campo, mas para todos os setores populares, isso porque as políticas implementadas pelo regime militar estavam direcionadas para uma modernização capitalista que não tinha interesse nenhum em melhoria da vida da população, mas sim com o “crescimento econômico” o que se mostrou uma falácia, mesmo porque a grande maioria da população sofreu não só da violência, mas da fome e desigualdade (Fernandes, 1999).

A gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aconteceu durante o período da ditadura, tendo como inspiração as ligas camponesas, o MASTER e até mesmo o ULTAB. Foi durante o militarismo que o movimento passou a se mobilizar, ainda sem protuberância, por conta justamente da forte repressão do Estado. Ao passo que a repressão era inibidora dos grandes movimentos, ela também fazia reverberar as insatisfações populares, criando uma contradição que viria a ser o problema primeiro do regime militar, as mobilizações populares. Esse processo de enfraquecimento do regime e fortalecimento das pautas populares desemboca em mobilizações de ocupação dos grandes latifúndios que reaviva as iniciativas dos trabalhadores sem-terra das décadas que antecederam o regime militar.

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares tentaram restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação resultantes do modelo econômico, nasceu um novo movimento camponês na história da formação camponesa do Brasil. [...] A luta pela sobrevivência foi a marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia. (Fernandes, 1999, p. 36)

Em 1981 surge um novo acampamento, no estado de Santa Catarina, próximo da Encruzilhada Natalino, que viria a ser símbolo da resistência contra a ditadura, pois reuniu inúmeras organizações que lutavam pelo restabelecimento da democracia (Caetano, 2012, p.

29). Pouco depois, em 1984, o MST faz o seu primeiro encontro em Cascavel, no Estado do Paraná (MST, 2022; Caetano, 2012; Fernandes, 1999) e, desde então, se fortalece e se destaca como um dos movimentos sociais mais importantes para o país frente a luta por reforma agrária e ruptura com a hegemonia capitalista.

O surgimento do MST se dá, portanto, a partir das ocupações que se consolidaram ao final dos anos 70 concomitantemente com o fim da ditadura militar. Surge com suas referências atreladas aos antigos movimentos de trabalhadores rurais dos anos 1950 - 1960. Uma das forças do Movimento no processo de consolidação da organização é a Igreja Católica, que já havia atuado junto às Ligas Camponesas na década de 1960. A Igreja Católica em 1975 estabeleceu as Comunidades Eclesiais de Base em todo o país, o que foi, durante a Ditadura, um espaço de socialização importante para as populações mais atingidas pela violência da repressão. A participação da Igreja no âmbito das mobilizações dos trabalhadores rurais se deu por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tinha como doutrina a “Teologia da Libertação”, tido por muitos, como uma linha progressista da religião cristã e com certas afinidades com o marxismo (Caetano, 2012).

O processo de consolidação do Movimento se dá, portanto, ao final da ditadura militar dentre os anos de 1979 e 1985, culminando com o primeiro encontro em Cascavel em 1984 e com a organização do Primeiro Congresso Nacional realizado em janeiro de 1985 na cidade de Curitiba, dando início a territorialização do MST (Fernandes, 1999).

Com o apoio da CPT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a partir de ocupações que já estavam em curso, o Movimento se estrutura e se posiciona frente à necessidade de uma reforma agrária que fosse efetivamente transformadora. Como resultado do primeiro Congresso Nacional do MST, foi elaborada uma lista de demandas que posicionam o movimento frente à conjuntura nacional. As demandas estavam distribuídas em seis eixos principais: 01. Distribuição de Terras; 02. Multinacionais; 03. Colonização; 04. Órgãos Governamentais; 05. Estatuto da Terra; 06. Violência no Campo. As reivindicações retratam os percalços que atingiam toda a população sem-terra, e deixava evidente o posicionamento em busca de uma distribuição democrática, e em nada apresentavam um desejo por ruptura drástica.

O eixo que mais possuía demandas era o que dizia respeito à distribuição de terras. Os trabalhadores rurais exigiam que as normativas limitassem o tamanho das propriedades; que as propriedades acima de 500 hectares fossem desapropriadas; participação dos trabalhadores na gestão das políticas públicas direcionadas ao povo do campo; e respeito ao meio ambiente. O documento também sugeria a necessidade de um percentual mínimo de investimento do orçamento público para a reforma agrária, e ainda pedia que todas as terras em propriedade do

Estado fossem distribuídas de imediato. Outro ponto emblemático estava relacionado às multinacionais, a demanda do movimento era de que todas as multinacionais com terras tivessem seus bens imóveis expropriados e a proibição de estrangeiros serem proprietários de terras no Brasil.

O MST surge em meio a uma conjuntura de concentração histórica de terra, onde a sobrevivência exigia resistência. A união dos trabalhadores do campo se apresenta, portanto, como a única possibilidade de requerer uma reforma agrária que atingisse a grande maioria dos produtores rurais, e que direcionasse políticas de manutenção do povo no ambiente rural. O primeiro Congresso do MST estabelece os lemas: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”, então o caminho traçado de maneira conjunta era a democratização do acesso à terra a partir de uma reforma agrária democratizante e a única possibilidade de requerer isso seria por meio da ocupação. O MST se consolidou nacionalmente e passou a estar atuante em praticamente todas as regiões do país, mantendo-se ativo durante as discussões da constituinte de 1988. Em 1990 o Movimento realizou o segundo congresso nacional do MST que contou com a participação de 5 mil delegados de 19 estados onde o MST estava organizado (MST, 2023).

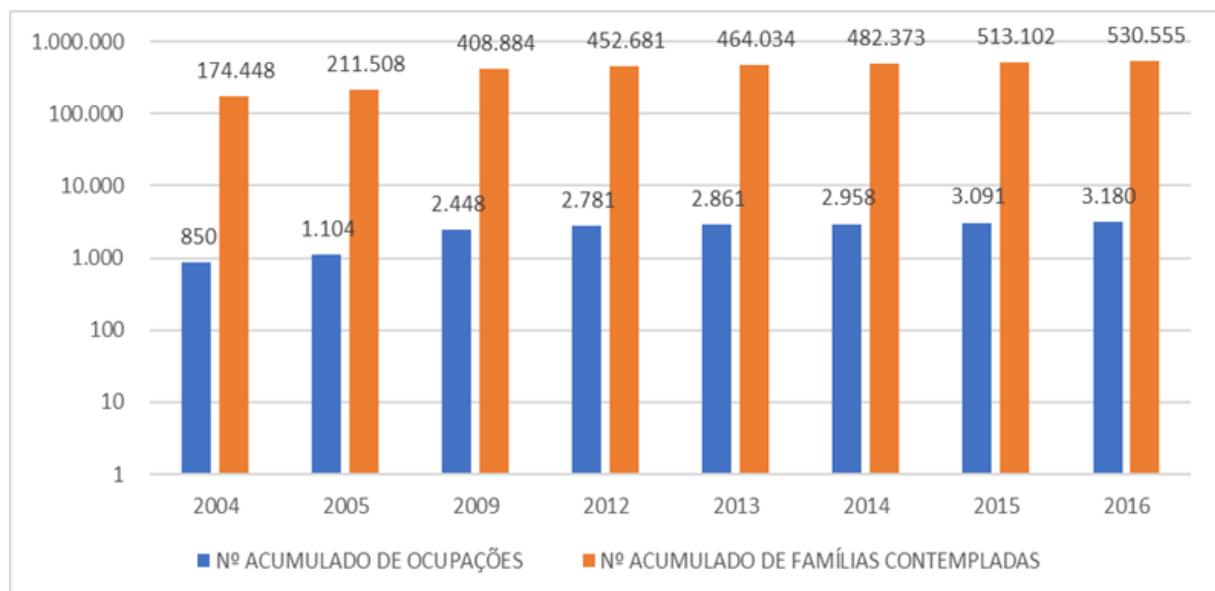
Diversas entidades e organizações estavam presentes em apoio ao MST, além de parlamentares e 23 delegados de organizações camponesas da América Latina. Na segunda metade dos anos 90, o MST contabilizava 300 associações nos assentamentos, incluindo 10 cooperativas. O objetivo do Movimento era incentivar a produção nos assentamentos, mas para isso era preciso equipamento, infraestrutura, além de uma política agrícola governamental voltada para assuntos de reforma agrária. (MST, 2023).

No segundo Congresso Nacional do MST em 1990 o lema foi “Ocupar, Resistir e Produzir” (MST, 2023), ou seja, o avanço por meio das ocupações ainda se apresentava como a opção mais expressiva para a coletividade dos produtores rurais. Durante os anos 90 o MST não desistiu de pautar a reforma agrária, mas direcionou seus esforços de mobilização para refrear as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso (Caetano, 2012), quando foi realizado o terceiro Congresso Nacional em 1995. Com o Governo de Cardoso já eleito, o movimento percebeu que a luta por reforma agrária estaria para além do benefício dos camponeses, mas atingia todo o povo brasileiro. Desta forma, o lema do terceiro congresso foi “Reforma Agrária, uma luta de todos” (MST, 2023). Já no ano de 2000 o quarto encontro teve como lema “Um país sem latifúndio” (MST, 2023), dois anos depois, o Presidente Lula assume para o seu primeiro mandato de presidente da República. As mudanças não foram relevantes como se poderia imaginar, o capitalismo agrário se manteve como política de estado e o

campesinato continuou a sua luta por uma reforma agrária que ainda parecia longe. Em 2007 o MST realizou o seu quinto Congresso Nacional com o lema: “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular” e em 2014 realizou-se o sexto Congresso que tinha como lema: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” (MST, 2023).

O grupo REDE DATALUTA (NERA, 2017) da UNESP de Presidente Prudente, sistematizou informações sobre a reforma agrária durante os anos de 1988 até 2019. Com relação ao MST em particular, os dados compreendem os anos de 2000 até 2016. Sendo que nos 16 anos sistematizados, o MST foi responsável por um total de 3.180 ocupações, o que representou um total de 530.555 famílias assentadas como apresentado no gráfico 07.

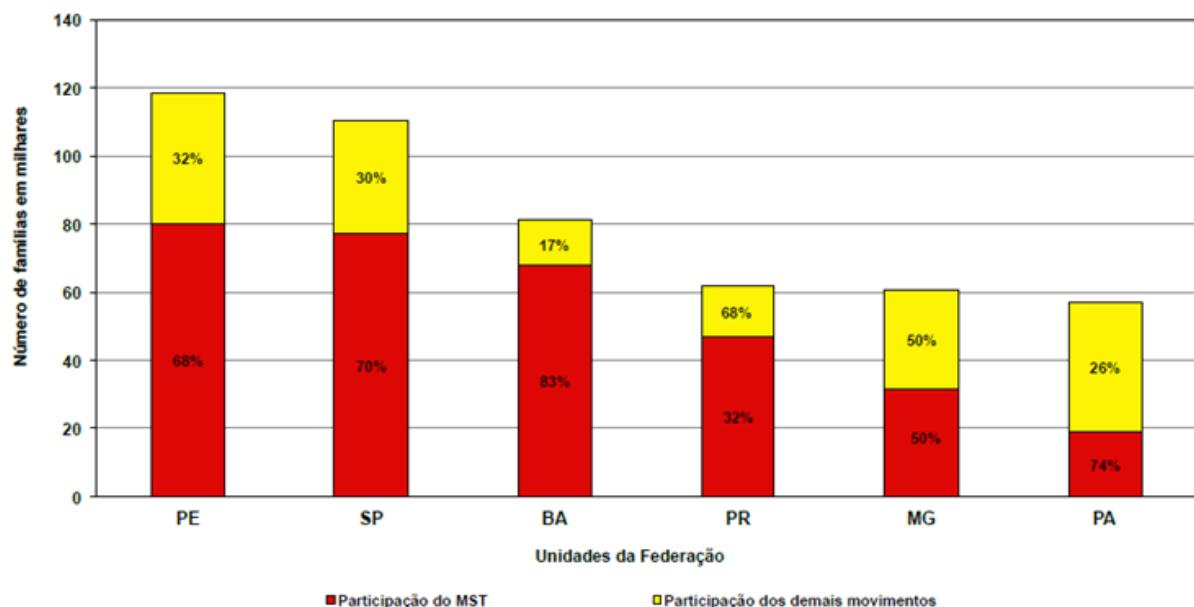
Gráfico 7 - Número Acumulado de Ocupações e Famílias - Participação do MST - 2004-2016



Fonte: Adaptado pelo autor de DATALUTA (NERA, 2017)

De acordo com informações do DATALUTA (NERA, 2017), entre os anos de 2000 e 2016, o MST representou cerca de 68% das famílias envolvidas na luta por espaço para produção agrícola.

Gráfico 8 - Brasil - Número de Famílias em Ocupações - Participação do MST e dos Demais Movimentos - 2000-2016



Fonte: Adaptado pelo autor de DATALUTA (NERA, 2017)

A principal estratégia do MST é ocupar terras consideradas improdutivas, visando destacar as desigualdades sociais e revelar as injustiças enfrentadas pela população rural. O MST, em seu portal digital, enfatiza que "a ocupação de terras é a forma de luta mais crucial do MST. Através dela, o Movimento denuncia terras griladas ou improdutivas, criando um evento político que exige uma resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil" (MST, 2023).

O MST tem histórico de atuação sob a perspectiva de cooperação. Desde a formação do movimento foram criadas cartilhas com o objetivo de esclarecer a necessidade de romper com a lógica individualista do sistema capitalista. Esses materiais educativos internos carregavam ideais pautados na ruptura com o capitalismo, utilizando uma abordagem leninista¹ que promovia a coletivização das terras para produção conjunta e distribuição equitativa (Andrade, 2015). As primeiras versões das cartilhas procuravam incutir na mentalidade individualista dos camponeses:

Na verdade, as dificuldades que os pequenos produtores encontram para se organizar, para se ajudar na produção e na comercialização, são frutos do próprio sistema capitalista, que procura infundir no pequeno agricultor uma mentalidade individualista, pois isolando o pequeno produtor fica mais fácil

¹ A abordagem leninista sugerida por Andrade (2015) está atrelada à perspectiva de expropriação do latifúndio e coletivização do espaço produtivo, assunto abordado por Lucas Bezerra (2020) em seu artigo: "Lenin e a Questão Agrária: pensamento e ação política".

explorar seu trabalho através dos preços etc. E fica bem mais fácil tomar sua terra, tanto pela compra, como simplesmente pela expulsão. (MST, 1986b, p. 13).

Em suas cartilhas educativas inaugurais o MST argumentava que as modalidades de reforma agrária promovidas por órgãos públicos estavam destinadas ao fracasso, resultando na devolução das terras ao poder público ou aos grandes proprietários. Isso ocorria porque a distribuição de terras de forma individual isolava os trabalhadores, que sozinhos não conseguiam manter a produção e comercialização dos produtos, levando-os ao limite e forçando-os a abandonar a terra. Por isso, o movimento sugeria que a terra fosse registrada em nome de todas as famílias assentadas e que a grande lavoura fosse cultivada coletivamente:

1º) cada família de agricultor recebe um lote separado, faz cerca nele, mora em cima dele e trabalha sozinho.

Essa é a forma mais comum de organizar a posse da terra nos assentamentos. E é a forma como o INCRA e as secretarias de agricultura preferem fazer. Por que será que eles preferem essa forma?

Na verdade, essa também é a forma mais fácil do agricultor não conseguir produzir na terra, de ficar devendo sozinho no banco, e em seguida ser forçado a abandonar o lote porque não dá mais.

[...]

4º) Toda área da terra fica registrada em nome de todas as famílias que estão no assentamento. Cada família sabe que tem uma parte mas não sabe qual é a parte. Ou seja: não pode medir a terra.

Cada família mora em pequenos lotes onde planta o que quer, mas as lavouras maiores são feitas em conjunto.

Essa forma de organizar a posse da terra é a mais segura para o agricultor. Dessa forma ninguém vai expulsá-lo da terra, nem o banco, nem o latifundiário, nem as doenças na família, nem as pragas da lavoura (MST, 1986b, p. 12-13).

Na década de 1990, o posicionamento do movimento tornou-se mais flexível. Não havia mais a necessidade de impor um formato específico de atuação no campo. Os trabalhadores rurais preferiram abandonar o movimento, a seguir a proposta de coletivização do espaço de trabalho (Andrade, 2015). A lógica que o movimento considerava individualista prevaleceu. Os documentos de instrução passaram a reconhecer a necessidade de ajustar-se à dinâmica já naturalizada pelos trabalhadores do campo. Esse posicionamento por parte das massas que integram a organização evidenciou que a imposição hierárquica não seria eficaz e, pior, poderia resultar em um esvaziamento geral das ações. No entanto, o movimento não abandonou o princípio cooperativo: “Para nós a cooperação agrícola é uma forma de resistência, assim como a luta pela reforma agrária também é.” (MST, 1993, p. 29).

O movimento conseguiu se reorganizar publicamente, especialmente em suas cartilhas, de modo a incluir os trabalhadores que não concordavam com as propostas originais.

Nos comunicados e, principalmente, no portal digital, o movimento passou a enfatizar a necessidade de atuar com uma perspectiva democrática, levando em conta as características de cada grupo acampado e, posteriormente, assentado. Essa ênfase na democracia marca uma ruptura com a natureza frequentemente impositiva das origens do movimento. Reconhecer que está inserido no capitalismo e que só através das ferramentas desse sistema será possível resistir e eventualmente superar a lógica capitalista demonstra a dinâmica complexa em que o movimento opera, refletindo múltiplas contradições e efervescências. O movimento destaca em seu portal digital o formato de tomada de decisão baseado em uma perspectiva democrática e equitativa entre homens e mulheres.

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (MST, 2023).

O Movimento dos Trabalhadores sem Terra é, indiscutivelmente, um ator importante na história brasileira. Isso fica ainda mais evidente quando se leva em consideração as características do Brasil. O território brasileiro está envolto em uma história constituída na exploração da natureza, se estrutura a partir do trabalho escravo, e até hoje não conseguiu reparar seus erros históricos para com a sua população. O país que foi explorado para alimentar a Europa parece carregar essa sina até os dias de hoje.

Atualmente, o país é um dos principais produtores de alimentos e commodities agrárias do planeta, entre produção de proteína animal e produtos agrícolas, e se notabiliza na exportação desses produtos. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2022), no ano de 2020 o Brasil produziu um total de 1 bilhão, 98 milhões e 25 mil toneladas de alimentos, ficando atrás apenas da China (1 bilhão, 816 milhões e 320 mil toneladas) e Índia (1 bilhão, 113 milhões, 476 mil toneladas). Em volume financeiro de exportação, o Brasil fica em quarto lugar, com 73 bilhões e 149 milhões de dólares, em primeiro lugar estão os Estados Unidos da América com 128 bilhões e 870 milhões de dólares, seguido por Holanda (US\$ 84,452 bilhões) e China (US\$ 75,642 bilhões). Quando se considera a desigualdade no campo, a realidade parece a mesma do início da luta dos movimentos sociais do campo.

De acordo com o IBGE (2020), o índice de Gini agropecuário, que mede a desigualdade na posse de terras, não apresentou grandes alterações ao longo dos anos. Em 2017, o índice foi de 0,867 pontos, indicando uma concentração histórica de terras no país. O Censo Agropecuário de 2017 mostra que a maioria dos estabelecimentos rurais (81,4%) possui menos de 50 hectares, ocupando apenas 12,8% da área total. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, representando apenas 0,3% do total, ocupam 32,8% da área total de estabelecimentos no país (IBGE, 2020).

Essa desigualdade na distribuição de terras está relacionada à forma como o país foi colonizado, com as terras sendo distribuídas em favor dos amigos da corte. Essa acumulação histórica de terras perpetua a desigualdade ao longo do tempo. Apesar de o Brasil possuir uma extensão territorial e volume de terras cultiváveis consideráveis, os esforços governamentais para promover a reforma agrária têm sido praticamente nulos e sempre dependentes de circunstâncias favoráveis (IBGE, 2020).

A estruturação histórica do país e do capitalismo que aqui se consolidou evidencia o privilégio de uma aristocracia rural que prevaleceu relevante durante toda a história nacional impactando diretamente e indiretamente no aspecto socioeconômico e político. O MST surge em um cenário em que as desigualdades na distribuição de terras são flagrantes, enquanto muitas famílias rurais enfrentam condições precárias de moradia e subsistência. O MST desempenha um papel fundamental na luta por reforma agrária, na busca por justiça social e no enfrentamento das injustiças que permeiam a realidade do campo brasileiro.

A sua atuação, pautada na ocupação de terras improdutivas e na defesa de direitos básicos para a população rural, ressoa não apenas como um movimento de reivindicação da reforma agrária, mas também como um ator que objetiva a diminuição das desigualdades. No entanto, o MST enfrenta desafios significativos, como o de superar as contradições inerentes à lógica da produção rural em uma sociedade capitalista que concentra poder político e econômico por meio do acúmulo de terra.

6 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCIAMENTO POPULAR PARA ALIMENTOS SAUDÁVEIS (FINAPOP)

A conjuntura envolvendo a política pública de apoio à agricultura familiar teria forçado os camponeses a buscarem outras soluções em vista das dificuldades que foram se avolumando no processo de acesso ao financiamento público das operações dos pequenos agricultores. O MST, por sua vez, buscou a saída pelo mercado de capitais, não por meio de negociação de ações, como um operador de mercado financeiro, mas a partir da abertura de um título de dívida de renda fixa, ou seja, com valores pré-fixados. A modalidade escolhida para iniciar os investimentos foi o Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). A arrecadação de valores por meio de cotas de CRA foi normatizada no Brasil a partir de uma lei de 1997, e se trata de um título de crédito que não necessita de um banco como intermediário entre o cedente e o tomador.

Lei 11.076 (Lei 9.514/1997 criou os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs que se assemelham aos CRAs). O CRA é um título de crédito nominativo, escritural, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. Emitido exclusivamente pelas Companhias Securitizadoras de Direitos Creditórios do Agronegócio, isto é, instituições não financeiras, constituídas sob a forma de sociedade por ações, e que têm por finalidade a aquisição e securitização desses direitos, emissão e colocação de CRAs no mercado financeiro e de capitais. (Bicalho, 2022, p. 107)

A alternativa financeira supracitada nem sempre esteve colocada como instrumento corriqueiro de financiamento, o que mudou de alguns anos para cá, como afirma Ricardo (2019, p. 28): “O desafio da integração entre mercado de capitais e o agronegócio parece ter sido vencido com o advento do CRA, tendo em vista que os volumes captados em ofertas públicas deste valor mobiliário superaram a cifra de R\$ 9 bilhões em 2016 e R\$ 13.3 bilhões em 2017.”. Essa configuração de investimento foi, portanto, a escolhida pelo MST para arrecadar recursos para o desenvolvimento de suas cooperativas agroindustriais. A principal vantagem, em vista da realidade do Movimento foi a possibilidade de acessar recursos de maneira menos burocrática, haja vista que os financiamentos públicos exigem inúmeras documentações e processos demorados, o que dificultaria a rápida expansão das cooperativas agroindustriais do MST. Além disso, o processo é também financeiramente vantajoso, principalmente quando se leva em conta os processos de financiamento tradicionais, isso porque os investidores e cedentes não precisam, necessariamente, de um banco como intermediário, ou seja, a margem passa a ser maior. Como afirma Ricardo (2019, p.29)

A vantagem para as partes envolvidas nesta operação (investidores e cedentes) é que a operação possibilita que a empresa capte recursos a uma taxa mais atrativa, normalmente inferior à que seria praticada em um empréstimo bancário tradicional, e os investidores têm, como vantagem, a aplicação de seus recursos a uma taxa mais elevada do que conseguiram com a aplicação em produtos oferecidos por instituições financeiras. Assim, ambas as partes, poupadore e tomadores, se beneficiam da divisão do spread bancário e do benefício fiscal outorgado aos titulares dos CRAS. A instituição financeira também se beneficia, tendo em vista que ela receberá uma comissão pelos serviços de estruturação e distribuição dos valores mobiliários e, ao contrário do que ocorreria em uma operação bancária tradicional, não terá de alocar capital ou correr o risco de crédito do cedente do lastro dos CRAs. (Ricardo, 2019, p.29).

A escolha por essa modalidade de investimento não acontece de maneira orgânica por parte do movimento. Agentes do mercado, Eduardo Moreira e João Paulo Pacífico, simpatizantes da causa do MST, foram os incentivadores desse processo. Os dois apoiaram a primeira experiência que beneficiou uma das cooperativas vinculadas ao MST e posteriormente auxiliaram na criação do FINAPOP (Financiamento Popular para Alimentos Saudáveis) que é a organização que atua na gestão dos processos junto aos fundos de investimento.

Eduardo Moreira, principal idealizador do FINAPOP, teve uma trajetória relevante no mercado financeiro, chegando a ser sócio de um grande banco de investimentos. Experiências pessoais o levaram a questionar a desigualdade social, motivando-o a compreender a realidade das populações mais vulneráveis. Nesse processo, ele buscou aproximação com o MST, chegando a viver por curtos períodos em assentamentos do movimento. Com o vínculo estabelecido, foi consultado sobre formas de obter financiamento monetariamente sustentável. A partir dessa demanda, sugeriu a criação de um título de dívida que permitisse a investidores emprestar recursos ao MST, desvinculando-se da intermediação dos bancos tradicionais — e assim se deu a entrada do MST no mercado de capitais (Souza, 2023).

Para Moreira, se valer da ferramenta de investimento como opção de financiamento se apresentava como algo sustentável e viável para o fortalecimento de empreendimentos e atividades econômicas que tenham propósitos distintos do acúmulo de capital. A inspiração para Eduardo Moreira foi o banco holandês Triodos (Rivas, 2021; Furtado, 2021; Silva, Console, 2020) que ele cita em um artigo de sua autoria no portal Brasil de Fato:

Um vegano ao aplicar sua poupança pode estar financiando a construção de um frigorífico sem saber. Ou um militante pacifista pode estar investindo em uma fábrica de armas sem consciência. Um ambientalista pode colocar seu dinheiro em uma empresa que desmata e polui. Essa é uma realidade muito mais comum do que se poderia (ou gostaria) imaginar.

Foi pensando nisso que algumas instituições no mundo, como o Triodos Bank, passaram a incentivar a pergunta: 'Que mundo você financia com seu

dinheiro?’. O slogan do banco holandês não deixa dúvidas: “Financie a mudança, mude o mundo das finanças” (Finance change. Change Finance). (Moreira, 2021)

João Paulo Pacifico descreve a trajetória do FINAPOP em artigo publicado pelo portal ‘Brasil de Fato’ e replicado pelo portal do MST (Pacifico, 2021). Ele relata como foi a experiência para ele enquanto um dos partícipes desse processo. João Paulo Pacifico é o fundador do Grupo GAIA, empresa securitizadora das operações financeiras do Finapop, e um dos responsáveis pelo primeiro processo de arrecadação de recursos direcionados para uma das cooperativas do MST, realizado no início de 2020. O Grupo Gaia foi fundado em 2009 com o objetivo de “construir um mercado financeiro mais humano” (Grupo Gaia, 2023). Na época, a organização era subdividida em duas empresas, investimentos de impacto, ou seja, que tinham como objetivo atuação junto a organizações que geram benefícios sociais amplos, a Gaia Impacto, e a segunda frente, a empresa intitulada Planeta, trabalhava com investimentos tradicionais, sem distinção que direcionasse onde seria investido. Atualmente o Grupo Gaia não conta mais com a frente de investimentos tradicionais, agora é apenas Gaia Impacto, sendo assim os processos de securitização estão direcionados unicamente para ações que geram algum benefício social e/ou ambiental. (Grupo Gaia, 2023).

A primeira experiência com a bolsa de valores de uma cooperativa vinculada ao MST foi em maio de 2020. Eduardo Moreira teria convidado João Pacifico para conhecer uma das cooperativas do MST, a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (Coopan), no Rio Grande do Sul (Pacifico, 2021). Após conhecer a estrutura da agroindústria da COOPAN, o fundador da GAIA buscou os recursos necessários para apoiar o desenvolvimento da cooperativa.

Foi captado o valor de 1,5 milhão de reais. A modalidade do fundo de investimento utilizado foi a de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), portanto caracterizado como investimento de renda fixa. Esse valor foi arrecadado apenas com investidores qualificados, que possuíam mais de R\$1mi investidos (Salati, 2021).

O recurso teria sido direcionado a fim de finalizar a construção de uma agroindústria para produção de carne suína e arroz orgânico. Com a experiência consolidada, em meados de 2020 deu-se início a um novo processo de arrecadação de recursos por meio de títulos de renda fixa. A modalidade de investimento seguiu a utilizada inicialmente com Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Diferentemente da primeira experiência, esta modalidade de investimento não foi restrita a investidores qualificados, mas uma oferta pública no mercado de capitais, na qual qualquer tipo de investidor pode adquirir títulos de crédito, com cotas de

R\$ 100,00. Esta ação levantou um montante de 17,5 milhões de reais que foram direcionados para sete cooperativas de agricultura familiar localizadas no centro-sul do estado (Salati, 2021; Ramos, 2021; Furtado, 2021).

As sete cooperativas contempladas pelo financiamento via FINAPOP foram as seguintes: No estado do Paraná, (1) Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante (Coana); (2) Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon); (3) Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi). No estado de São Paulo uma cooperativa foi beneficiada: (4) Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Nordeste do Estado de São Paulo (Coapar). No estado do Mato Grosso também teve uma cooperativa beneficiada: (5) Cooperativa Agroindustrial Ceres (Coopaceres). Em Santa Catarina: (6) Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste). E por fim uma cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul: (7) Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda (Cootap). (Salati, 2021; Ramos, 2021; Furtado, 2021). A empresa de João Pacífico, Gaia Impacto, foi a securitizadora dos dois processos de arrecadação dos valores.

Outro elemento importante no processo de arrecadação de recursos pelos fundos de investimento é a corretora de valores. É esta instituição que irá possibilitar que o investidor faça a compra das cotas de investimento. No caso do FINAPOP a corretora que participou deste processo foi a Terra Investimentos. Diferente da securitizadora GAIA, a Terra Investimentos não possui nenhum mote esclarecido em buscar impacto social com suas movimentações. A organização tem origem no agronegócio, e por isso possui expertise com os CRAs. Não foi possível identificar nenhuma relação clara entre os responsáveis pela Terra Investimentos e o MST. Não está colocado de maneira esclarecida ‘os porquês’ da escolha da corretora em questão, mas o que se pode perceber é que se trata de uma corretora que construiu seu percurso histórico trabalhando com investimentos direcionados ao mundo do agronegócio.

É importante destacar que a garantia dada aos investidores pelas Cooperativas está intrinsecamente ligada à produção agrícola e agroindustrial que elas representam. As terras de reforma agrária não podem ser usadas como garantia, uma vez que são consideradas um bem público e, portanto, não podem ser comprometidas como garantia em transações financeiras ou comerciais.

Dentre as sete cooperativas contempladas com o investimento de R\$17,5 mi está a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon), localizada no distrito de Lerroville, que pertence ao município de Londrina. A cooperativa está vinculada ao assentamento intitulado Eli Vive, considerado o maior assentamento localizado em região

metropolitana. A cooperativa em questão recebeu em torno de R\$1,5 mi em recursos para estruturação da sua agroindústria (Rivas, 2021). Em 2021 a cooperativa inaugurou a agroindústria para processamento de milho livre de transgênicos. Segundo publicação do MST, “a agroindústria terá capacidade de beneficiamento de 24 toneladas por dia do alimento. A expectativa é produzir 1 milhão de toneladas de derivados de milho não transgênicos e agroecológicos por ano.” (MST, 2022).

O assentamento Eli Vive é fruto de ocupações por parte dos trabalhadores rurais que se alongam na história. O movimento ocupou o território das fazendas Guairacá e Pininga, atual assentamento Eli Vive I e II. A primeira vez que o espaço foi ocupado data do ano de 1991, os trabalhadores ficaram no local por um período de três meses e então foram retirados do território após um pedido de reintegração de posse (Assis, 2019). O movimento voltou a ocupar as fazendas em 2009 quando já existiam negociações entre os proprietários da terra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MST (Assis, 2019). No ano de 2013, o território que compreendia as duas fazendas, com uma extensão de 7.313,06 hectares, foi transformado em assentamento direcionado à reforma agrária. Era a consolidação da atuação do movimento em busca por espaço para produzir e sobreviver com dignidade. “Tal latifúndio, que antes era de posse de um único dono, hoje está organizado em 501 lotes, divididos entre os assentamentos Eli Vive 1 e Eli Vive 2.” (Assis, 2019, p.28).

O nome do assentamento é uma homenagem a um dos trabalhadores rurais que integravam o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, Eli Dallemole. Ele foi assassinado em março de 2008 em um dos assentamentos da região de Ortigueira: “[...] era a principal liderança do movimento na região central do Estado. Ele foi morto com quatro disparos de revólver calibre 38. No momento em que foi assassinado, Dallemole assistia televisão com a mulher na sala de sua casa no assentamento.” (Maschio, 2008). O ocorrido mobilizou os trabalhadores sem-terra que voltaram a ocupar os territórios da região de Ortigueira e Londrina, e quando estes territórios foram conquistados Eli Dallemole foi eternizado com a homenagem.

Após o assassinato de Eli Dallemole, a organização do movimento intensificou a pressão para a reforma agrária no estado do Paraná. Em fevereiro de 2009, 120 famílias ocuparam as fazendas Guairacá e Pininga em Lerroville, município de Londrina, próximo a Tamarana e Ortigueira. O acampamento recebeu o nome do líder assassinado e posteriormente, quando aquela área foi desapropriada para a Reforma Agrária (2013), recebeu o nome “Assentamento Eli Vive”, em homenagem ao trabalhador do campo Eli Dallemole (Assis, 2019, p. 34)

A fim de compreender sobre a estratégia de financiamento do MST, este trabalho teve como campo empírico de atuação a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon), localizada no Assentamento Eli Vive, no distrito de Lerroville, em Londrina. A Copacon é uma das organizações agroindustriais do MST de relevância para a região, desempenha papel crucial na geração de renda e na promoção do desenvolvimento econômico do assentamento. Sua localização oferece uma visão privilegiada das interações entre a cooperativa, o movimento e a comunidade, permitindo uma análise detalhada das estratégias financeiras adotadas e de seu impacto social.

Além disso, a Copacon recebeu aporte de recursos destinados à estruturação de sua agroindústria, isso suscita questões relevantes sobre a alocação e utilização de tais recursos, bem como sobre os resultados econômicos e sociais gerados por esses investimentos.

Por fim, o Assentamento Eli Vive, que abriga a Copacon, passou por uma trajetória marcante, desde as ocupações iniciais até sua transformação em um espaço de produção agrícola e agroindustrial. Esta evolução reflete não apenas a luta histórica por reforma agrária, mas também a capacidade do movimento de criar modelos sustentáveis de desenvolvimento em comunidades de assentamento.

7 APROXIMAÇÃO AO OBJETO: COOPERAÇÃO, CRESCIMENTO E FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Tendo em vista o posicionamento assumido pelo pesquisador em direcionar o trabalho aqui apresentado como um estudo do campo crítico dos estudos sociais, admitindo, portanto, proximidade dos estudos marxistas e marxianos, levando como ponto-alto a necessidade de se construir uma pesquisa que tenha como objetivo norteador a emancipação, o posicionamento epistemológico-metodológico adotado para o desenvolvimento deste estudo foi a Economia Política do Poder sugerida por Faria (2004).

O processo de análise foi desenvolvido, portanto, a partir de aproximações sucessivas, considerando reuniões e encontros políticos e o desenvolvimento de entrevistas. O percurso empreendido foi dialético no qual considera que as aproximações e a reflexão possibilitaram a construção teórica (Faria, 2004). Esse percurso complexo evidencia uma relação de constante preocupação para com o conteúdo que se produz a partir do levantamento dos dados, isso porque o real para o pesquisador se modifica ao passo que o real se modifica para o objeto. O que se propõe com uma análise dialética é que o real, observado precariamente, seja objeto de reflexão, *reesquematização*, e aprimoramento possibilitando a construção teórica baseada em informações coletadas junto ao objeto em análise.

O trabalho foi desenvolvido, portanto, a partir de aproximações sucessivas, das mais precárias até as mais complexas. O processo teve início com o acesso aos aspectos públicos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. Para tal, foi realizado um levantamento histórico, com base documental e bibliográfica. Desta maneira, a partir de estudos científicos e documentos publicizados pelo movimento e pelos meios de comunicação tradicionais e alternativos foi estruturada uma base referencial de informações que evidenciam o histórico de atuação do movimento por meio de ações práticas a fim de reivindicar alterações conjunturais, e, em certa medida, estruturais. A primeira etapa permitiu caracterizar o MST como um ator político de relevância nacional, com a reforma agrária como pauta principal. Essa pauta é vista como um caminho para promover mudanças relacionadas às desigualdades sociais ligadas à vida no campo.

Em processo contínuo de aproximação, participei de um ato realizado pelo MST no dia 09 de outubro de 2023: “Ato político da reforma agrária popular, para desenvolvimento das cadeias produtivas e soberania alimentar”. O ato foi realizado na Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN) Assentamento Dorcelina Folador na cidade de Arapongas no Paraná, localizada 40 quilômetros de distância do centro de

Londrina. Representantes dos assentamentos da região estiveram presentes, sendo lembrados pelo ceremonial do evento. Representantes da COPACON do Assentamento Eli Vive, objeto de estudo da dissertação, também se fizeram presentes. Na ocasião, assumi um posicionamento de observação, desta forma nenhum questionamento foi direcionado aos integrantes do movimento.

A atividade consistiu em uma apresentação da produção de uma das famílias assentadas naquele território. A família mostrou aos visitantes todo o espaço de produção e fizeram alguns apontamentos sobre a condição de assentado da reforma agrária, sobre a produção e sobre a perspectiva cooperativa na qual todos os integrantes do assentamento compartilham.

Segundo os organizadores do movimento, o assentamento Dorcelina Folador atualmente comporta 92 famílias, onde todas possuem seu espaço para produção. O assentamento é especializado na produção de hortaliças e laticínios.

A visita ao lote de uma das famílias assentadas propiciou contato inicial com o modo de produção do assentamento. A visita oportunizou compreender aspectos que envolvem a produção como também a perspectiva de sobrevivência em um sistema no qual recursos financeiros são essenciais para que seja possível garantir a continuidade da produção. É possível destacar dois principais pontos, ambos atrelados à sobrevivência no sistema de mercado capitalista. O primeiro deles diz respeito à Cooperação, e o outro ao financiamento da produção. Em um dos momentos de fala dos assentados, eles destacam que escoar a produção por meio da cooperativa é o que possibilita ganho contínuo e reduz os custos que existiriam se o fizessem individualmente. O outro aspecto-chave vai ao encontro do objeto da pesquisa e está relacionado ao acesso ao crédito. Os assentados evidenciaram a dificuldade de acessar as iniciativas públicas de financiamento como o PRONAF, isso porque o programa exigiria garantia real, e a condição de assentamento da reforma agrária impossibilita que a terra seja oferecida como garantia.

Levando em consideração a cooperação como uma chave de análise fica evidenciado que o modo cooperativo é elemento fundamental na estruturação do assentamento. A partir da cooperativa os assentados conseguem escoar todos os seus produtos, e gerar renda. Essa condição foi apresentada pelo assentado, e reafirmada pelo atual responsável pela cooperativa. A Cooperativa comercializa as hortaliças produzidas no assentamento, e processam o leite em uma agroindústria instalada dentro do assentamento. Para a comercialização dos laticínios a cooperativa utiliza uma marca coletiva que compartilha com outras duas cooperativas, uma delas é a cooperativa que está instalada no Assentamento Eli Vive na região Metropolitana de

Londrina. Ao acessar o site da marca, os alimentos perecíveis não estão no catálogo de produtos, o que significa que a cooperativa se vale da marca apenas para a comercialização dos produtos com maior vida útil, e que passam por um processamento mínimo para ampliação da validade.

Existe, portanto, uma marca coletiva que agrupa diferentes tipos de produtos processados que advém de agroindústrias vinculadas a cooperativas vinculadas ao MST. É possível constatar que a premissa da cooperação está instalada dentro da lógica dos assentamentos, isso ficou evidente no posicionamento dos assentados, mas também fica evidenciado que objetivamente a marca utilizada para a comercialização dos alimentos agrupa outras duas cooperativas que também estão vinculadas ao MST, uma delas sendo a Cooperativa vinculada ao Assentamento Eli Vive.

Outro ponto importante de destaque é a dinâmica da cooperativa. A perspectiva de crescimento é um aspecto que foi possível evidenciar ainda de maneira incipiente. Isso porque a cooperativa já trabalha com mão-de-obra assalariada, e o discurso apresentado pelos organizadores da Cooperativa é de que a produção de laticínios (principal produto industrializado pela cooperativa) pode ser ainda mais volumosa ao longo dos anos. Essa dinâmica é relevante para que sejam desenvolvidas reflexões pormenorizadas e que estejam diretamente relacionadas ao objeto da presente pesquisa.

Ainda em análise à primeira aproximação, a fim de identificar os primeiros elementos essenciais na lógica de atuação do MST em seus assentamentos, outro ponto de evidente destaque é a importância dada ao financiamento público. A mobilização política promovida pelo MST neste dia em específico estava umbilicalmente relacionada às possibilidades de ampliação dos programas públicos de financiamento dos trabalhadores do campo. Em diversos momentos as políticas públicas de financiamento público foram destacadas. A principal delas foi o Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (PROINCO), que foi o principal instrumento para alavancagem da Cooperativa do Assentamento. O PROINCO foi criado em 2005 no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores. O programa, instituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem como objetivo apoiar iniciativas de investimento com potencial de impacto e que “beneficiem trabalhadores, produtores e/ou empresas nacionais com atuação coletiva, [...] com ênfase em localidades menos desenvolvidas.” (BNDES, 2007).

Durante o ato político do MST no Assentamento de Arapongas, as políticas públicas de apoio aos trabalhadores do campo, e produtores familiares foram reiteradamente ressaltados pelos dirigentes do assentamento, e por parte das autoridades presentes. Dentre as autoridades estavam o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Ministro

do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil (MDS). Os programas de Financiamento, como o PRONAF, foram citados como um programa burocratizado e que dificulta o acesso ao crédito rural, em consonância com essa fala, os representantes do MST requisitaram programas de mais fácil acesso para os trabalhadores rurais. Outros programas citados durante o ato político foram: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, ambos garantiriam o escoamento da produção, não estando atrelado ao financiamento.

Em nenhum momento público os organizadores, ou as autoridades trataram sobre o financiamento gerido pelo MST, o FINAPOP. A iniciativa que, supostamente, possibilitaria independência de financiamento público em nenhum momento foi citado como iniciativa a ser mantida como frente de atuação conjunta. O que se buscou com o ato político é que o poder público dê continuidade e amplie o acesso às políticas públicas que beneficiam os trabalhadores do campo, seja ele o PRONAF, programa de Financiamento da Agricultura Familiar, ou a reinauguração do PROINCO, e a ampliação de programas de aquisição de alimentos. Essa postura é deveras compreensível, haja vista que o poder público federal se fazia presente. Dessa forma, reivindicações relacionadas à expansão das políticas públicas aumentam as chances de sucesso das ações do Movimento.

O ato, portanto, possibilitou uma primeira aproximação ao MST de maneira ampla. Possibilitou compreender de maneira ainda incipiente os aspectos que relacionam a cooperação e os instrumentos de financiamento utilizados pelo MST. Esse primeiro contato foi importante para desnudar preceitos reais para o pesquisador e que a partir de reflexão são reorganizados em um processo reflexivo e de construção de conhecimento.

Em síntese, a Cooperação entre os assentados, assentamentos e cooperativas se apresenta como elemento de relevância para a manutenção ativa da organização. A cooperação se apresenta como uma forma de superar as dificuldades de comercialização individualizada, e uma forma de agregar valor aos produtos rurais, além de ser uma forma de se apresentar de maneira organizada para o mercado consumidor, haja vista que três cooperativas vinculadas ao MST se utilizam da mesma marca coletiva. Essa dinâmica está em consonância com a lógica do sistema de mercado tradicional de comercialização, e evidencia a necessidade de comercialização em grande escala para que as margens sejam relevantes. A necessidade de financiamento também coaduna com a lógica de mercado, e se apresenta como uma necessidade dos assentados. Durante todo o ato político foi evidenciado a importância de aportes financeiros para a estruturação dos empreendimentos dos trabalhadores do campo, seja para a industrialização dos produtos rurais, ou para a estruturação da produção rural.

7.1 APROXIMAÇÃO 2: COPACON - ASSENTAMENTO ELI VIVE

Em mais uma aproximação com o objeto de pesquisa, no dia 13 de novembro de 2023 participei de uma ação realizada na sede da Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon) no Assentamento Eli Vive, objeto da presente pesquisa. A atividade contou com autoridades do Governo Federal vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O objetivo primeiro da visita do INCRA à Cooperativa era o de conhecer a organização, a fim de elaborar proposições de políticas públicas direcionadas para o setor. Nesta ocasião participei da atividade apenas como ouvinte, o evento foi organizado para recepcionar os funcionários do INCRA e o meu objetivo era o de conhecer a cooperativa e desenvolver as aproximações ao objeto.

O programa modelo citado pelas autoridades foi o Programa de Fomento à Agroindustrialização, à comercialização e atividades pluriativas solidárias (Terra Sol), ação que já é conhecida pelos assentados presentes na reunião. O programa ‘Terra Sol’ foi instituído pelo governo Federal em 2007 e quando inaugurado tinha como objetivo descrito em seu artigo terceiro:

Art. 3º O objetivo da ação de Fomento a Agroindustrialização, à Comercialização e à Atividades Pluriativas Solidárias Terra Sol, é propiciar o incremento de renda dos Projetos de Assentamento, através de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais. (Brasil, 2013)

As diretrizes básicas estavam referendadas a partir de princípios de coletividade e direcionados aos assentamentos da reforma agrária, os quais seriam priorizados a partir da avaliação de cada uma das superintendências regionais:

Art. 4º São diretrizes básicas da ação de Fomento a Agroindustrialização, à Comercialização e à Atividades Pluriativas Solidárias Terra Sol:

I - A aplicação dos recursos a que se refere o art. 1º será destinada aos Projetos de Assentamentos implantados ou reconhecidos pelo INCRA em fase de estruturação ou de consolidação.

II - Os recursos deverão ser aplicados na forma de projetos coletivos.

III - As metodologias para formulação e implementação dos projetos deverão contemplar a participação dos beneficiários em todas as suas fases e conter os enfoques de gênero e geração, considerando a diversidade de raça e etnia

IV - Cada Superintendência Regional deverá selecionar os assentamentos prioritários na implantação dos projetos da ação de Fomento a Agroindustrialização à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias Terra Sol (Brasil, 2013)

Em fevereiro de 2020 o governo federal publicou o decreto 10.252/2020 que reduziu a estrutura do INCRA, atitude que diminuiu a potencialidade de programas como o Terra Sol. De acordo com as autoridades presentes na ação no Assentamento Eli Vive o Instituto está sendo reestruturado e o projeto será reorganizado para que as ações sejam retomadas com maior proeminência nos próximos anos.

O primeiro momento de fala foi conduzido pelos representantes políticos do MST no Assentamento. Composto por um homem e uma mulher, os dois assentados são os responsáveis pelo diálogo das ações do Movimento com os demais integrantes do Assentamento e da Cooperativa. A história do assentamento foi revisitada pelos representantes do movimento. O território é alvo de disputa desde 1991 e apenas em 2010 o espaço foi direcionado para a reforma agrária. O Eli Vive foi apresentado como o nascedouro do movimento na região norte do estado do Paraná. O Assentamento tem a característica de ter uma formação múltipla com pessoas de diferentes regiões do estado que se reuniram no norte do Paraná para reivindicar o território para a reforma agrária. A vocação do assentamento é a de hortaliças, leite e grãos. A trajetória da COPACON está umbilicalmente ligada à COPRAN de Arapongas, organização que deu o apoio e apontou diretrizes para que a Cooperativa do Eli Vive ganhasse independência e se consolidasse.

O objetivo da Cooperativa, segundo os representantes, é o de ‘matar a fome do mundo a partir do manejo agroecológico’. A defesa de uma agricultura sustentável e responsável foi apresentada como uma característica do assentamento. Ações de reflorestamento foram pautadas, dando ênfase para 10 mil árvores plantadas no território. Foram destacadas as ações de distribuição de alimentos durante o pico de contaminação da COVID-19 durante os anos de 2020-2022. E por fim, foi destacado a importância dos programas de aquisição de alimentos por parte do poder público, como o PAA e o PNAE. Para suprir a demanda dos programas, as mulheres do assentamento trabalham com os quintais produtivos, tidos como alimento livre de agrotóxico que vão direto para as instituições públicas. Além disso, os alimentos também são vendidos via ação ‘Sacolas Solidárias’, ação que visa comercializar os produtos para o público comum. Outro canal de vendas do Movimento é o “Armazém do Campo”, que são lojas vinculadas ao movimento que escoam as produções dos assentamentos ligados ao MST. Os “Armazéns do Campo” estão distribuídos em diferentes estados do país, e um deles está localizado no centro da cidade de Londrina.

Para além do aspecto político que envolve o posicionamento dos representantes do Movimento, foi possível compreender, de maneira ainda precária, sobre o funcionamento da cooperativa e qual a importância dessa iniciativa para os trabalhadores do campo assentados no

Eli Vive. O representante da Cooperativa falou sobre a breve história da organização, que tem o mesmo nome fantasia e CNPJ desde 1993, que inicialmente estava lotada no município de Querência do Norte e em 2017 mudou o local da sede para Londrina. A formalização da pessoa jurídica foi importante para os trabalhadores do Assentamento, isso porque possibilitou a formalização dos processos de comercialização, e ampliação do leque de opções de produtos. Como citado anteriormente, a Cooperativa de Arapongas, a COPRAN, foi a organização que ajudou no desenvolvimento da COPACON, essa parceria foi essencial na consolidação da organização. O início da COPACON passou pela comercialização sem beneficiamento de produtos, sem uma agroindústria vinculada à cooperativa. O processo de comercialização estava atrelado às políticas públicas de aquisição de alimentos, e por iniciativas de comercialização independentes e autônomas.

Inicialmente, o maior fluxo de comercialização se deu a partir de sementes. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) foi uma das grandes compradoras das sementes de milho crioulo, via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As compras institucionais proporcionaram recursos para o início do projeto da agroindústria do milho. Na fala sobre as vendas institucionais, a cooperativa estabeleceu uma data do momento em que as comercializações com a CONAB cessaram: a partir da destituição da presidente Dilma em 2017.

A estruturação da Cooperativa também recebeu recursos financeiros do governo do Estado do Paraná, e foi comentado sobre o Programa do governo estadual chamado “Coopera Paraná”, apesar do valor não ter sido especificado. Em acesso às publicações do governo do estado do Paraná, a COPACON teria vencido dois editais do Coopera Paraná, um em 2019 no valor de R\$ 418.219,06 e outro em 2021 no valor R\$ 375.000,00, com uma contrapartida de 35 mil reais (Paraná, 2020; Paraná, 2021).

Esses recursos do governo do Estado, via Programa Coopera Paraná, foram somados aos recursos próprios da Cooperativa advindos das compras institucionais, como a comercialização junto aos órgãos federais estaduais e municipais, e em 2020 o MST conseguiu arrecadar via FINAPOP, o valor total de R\$ 1,5 milhão, necessário para a finalização da Agroindústria do Milho da COPACON, inaugurada em 2021 com a presença do idealizador do projeto de Financiamento, Eduardo Moreira, e também do candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores.

A cooperativa hoje processa 6 toneladas de milho não transgênico por dia, esse número pode chegar a 20 toneladas segundo os sócios. A cooperativa demonstra cuidado elevado na classificação do milho recebido. Por esse motivo, eles informaram que ao receber a carga dos

assentados e associados uma parte é testada a fim de identificar se o milho segue o padrão de não transgênico. A intenção expressa na fala do representante da cooperativa é a de que é preciso crescer. Hoje a cooperativa tem espaço para processar o milho para transformação em outras variedades de produtos agroindustriais, no entanto necessita de uma ampliação do local de estocagem e para tal necessita de maiores investimentos, e o representante tem esperança de que o programa do Incra “Terra-Sol”, se for reestruturado, seja a solução para a ampliação. Vale ressaltar a perspectiva de crescimento por parte dos representantes da Cooperativa, e para tal eles veem oportunidades de ampliação a partir de uma análise do mercado, o que inclui o “flocão” para cuscuz, receita que segundo o próprio representante da cooperativa atingiria um mercado consumidor maior, podendo acessar estados para além dos localizados na região sul e sudeste.

Ainda sobre a perspectiva de crescimento da agroindústria e da cooperativa, foram citadas as possibilidades institucionais como a participação em chamadas públicas, mas também a ampliação via comercialização ao público em geral via canais de vendas já existentes como o site e as lojas físicas do Armazém do Campo. É interessante ressaltar que a perspectiva de crescimento não foi associada diretamente ao aumento da lucratividade, mas ao atendimento da população com alimentos saudáveis. Em um dos momentos comentou-se que é preciso produzir para matar a fome da população e dar condição digna de vida aos assentados.

O representante foi questionado por um dos representantes do poder público presente no evento sobre o funcionamento da Cooperativa de maneira prática, e foi questionado sobre o ganho social e financeiro para os cooperados. Inicialmente ele comentou sobre o número de associados, que atualmente está em 409, quem trouxe o número exato foi uma das sócias-assentadas que trabalha na parte administrativa da cooperativa. A cooperativa tem hoje 15 funcionários com registro de trabalho via as normativas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no qual a maioria é formada por filhos de assentados do Eli Vive.

A cooperativa funciona com a estrutura básica de organizações inseridas no mercado, e segundo os representantes da cooperativa essa estrutura foi desenvolvida aos poucos e ao longo dos anos. Atualmente, a cooperativa trabalha com um setor responsável pelo acompanhamento das lavouras junto aos assentados que produzem o milho, 70 assentados produzem milho. Com relação à gestão da indústria, ela é formada por setor comercial; setor administrativo; setor de recursos humanos. O sistema de contabilidade é organizado e acompanhado pela Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), o sistema utilizado é o ERP (sistema contábil). A indústria ainda conta com o setor contábil e jurídico.

Com relação às decisões e informações sobre a cooperativa, são realizadas assembleias anuais, e quando necessário reuniões extraordinárias.

Com relação ao ganho social e financeiro, o representante da cooperativa apresentou a preocupação com os aspectos de convívio dos assentados. Nesse sentido, a cooperativa proporciona renda, espaço de aprendizado para os mais jovens, e principalmente, tem a preocupação em transformar a comunidade, com área de lazer, Unidade de Saúde, escola, mercado, transporte, e acesso à cidade de maneira facilitada.

Em consonância com a importância dada à melhoria das condições de vida no assentamento, no dia 28 de novembro de 2023 os assentados do Eli Vive foram até à prefeitura de Londrina pedir por melhorias nas estradas do Assentamento. A condição das estradas do assentamento se apresenta como um limitador em dias de chuva intensa, impossibilitando, inclusive que as crianças cheguem às escolas. Além disso, os produtores mal conseguem entregar sua produção na cooperativa para escoamento dos produtos. A importância dada à educação das crianças é um dos elementos que fortalece as reivindicações do movimento.

Aspecto relevante que correlaciona a pauta da educação e a COPACON é a formação superior dos assentados que atuam em setores administrativos ou técnicos da cooperativa. Segundo os organizadores, todos os associados que trabalham na cooperativa e possuem ensino superior completo e acessaram a academia por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), outra política pública que foi destacada como de elevada importância para os trabalhadores do campo.

Retomando a discussão sobre a COPACON, um segundo representante da Cooperativa, engenheiro agrônomo, tomou a palavra para tratar sobre a estrutura da Agroindústria. O associado apresentou as instalações e buscou explicitar sobre o desenvolvimento do empreendimento. A maior parte da estrutura da agroindústria foi construída a partir de recursos próprios dos associados, com apoio também de programas estaduais e contrapartidas. Não foi esclarecido o valor total para construção da agroindústria, no entanto o Financiamento via FINAPOP totalizou 1,5 milhões de reais e possibilitou a aquisição de uma balança de pesagem rodoviária, uma empacotadora, uma enfardadeira, uma esteira e a construção de um barracão. O financiamento via FINAPOP é pago em parcelas de aproximadamente 30 mil reais mensais por parte da COPACON. Considerando que a arrecadação do FINAPOP foi coletiva e distribuída para diferentes cooperativas, não é possível estabelecer como cada cooperativa efetua esse pagamento e quais são os valores.

O responsável pela apresentação da agroindústria disse que o principal problema atualmente é o armazenamento. Falta espaço para receber a quantidade total que poderia ser

processada com a estrutura atual. A situação atual, evidencia que o autofinanciamento teve relativa importância para finalizar a aquisição dos equipamentos necessários para a inauguração da agroindústria e alçar a cooperativa em outro patamar produtivo. Contudo, esses recursos ainda não foram suficientes para promover um salto qualitativo e de escala. A expectativa recai sobre recursos advindos de políticas públicas, como o programa "Terra-Sol" do Incra, e sobre a desburocratização do acesso ao crédito por meio dessas políticas. Assim, pode-se inferir que o FINAPOP não foi o foco principal na fala dos membros do movimento. O que se observou, na verdade, foi um apelo pela retomada de políticas públicas robustas, direcionadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

7.1.1 Cooperativismo-Crescimento-Responsabilidade Socioambiental e o Financiamento

A aproximação junto à Cooperativa possibilitou acesso a informações que permitiram elencar elementos a partir de associações ainda precárias, as quais serão objeto de aprofundamento posterior para a construção teórica e científica, aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos que envolvem a organização. A primeira aproximação ao MST na cooperativa de Arapongas possibilitou elencar categorias como a cooperação e o crescimento, e a perspectiva do financiamento público e autofinanciamento. Nesse segundo momento, já em contato direto com a cooperativa objeto desta pesquisa, COPACON, foi possível revisitar essas categorias.

Por meio do contato junto à cooperativa, foram elencados alguns elementos em uma mesma chave de análise que seriam, em certa medida, contraditórios. Os quais são: Cooperativismo, Crescimento e Responsabilidade Socioambiental. O cooperativismo é apresentado pelos teóricos do tema como uma forma alternativa à lógica de acumulação do capitalismo. Nesse sentido, a partir da idealização de cenários transitórios, as cooperativas estariam presentes nesse horizonte. Boaventura de Sousa Santos (2003) sugere o cooperativismo ao pensar uma ruptura com o capitalismo selvagem ao qual, principalmente os países periféricos, estão submetidos, no entanto, Santos (2003) evidencia o paradigma do crescimento.

Desta forma, pensar em uma ruptura com o modelo capitalista significa uma mudança na intencionalidade de crescimento a todo custo, o que pode ser entendido como um retorno à lógica do capitalismo que busca por meio da exploração, do meio ambiente e do trabalho humano, a acumulação de riqueza. O desenvolvimento a partir do crescimento não possibilita uma proposta realmente sustentável, é necessário amplificar a qualidade de vida das

populações, principalmente das mais vulneráveis, mas sem que isso signifique o crescimento destruidor do próprio ambiente no qual a vida acontece, como coloca Santos: “O desenvolvimento entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor, está longe da ideia do desenvolvimento como crescimento, como incremento. As atividades econômicas podem, neste sentido, desenvolver-se sem crescer”. (Santos, 2003, p. 54).

A partir da contradição que se evidencia na correlação entre Cooperativismo, Crescimento e Responsabilidade Socioambiental, é necessário retomar os termos da visita junto à cooperativa, e correlacionar com o desenvolvimento da organização. Quando foi tratado sobre cooperativismo no âmbito da COPACON o que ficou evidente é que essa é uma estratégia de sobrevivência frente à lógica capitalista. A fala dos representantes da Cooperativa confirma que a cooperação foi importante para o desenvolvimento da agroindústria, etapa do desenvolvimento da organização que colocou a cooperativa em outro patamar de competição no mercado tradicional, possibilitando a alocação de recursos de maneira mais propositiva o que potencializou o retorno financeiro aos associados, e aumento do número de associados. Em matéria publicada na ocasião da inauguração da agroindústria, o número de associados era de 360 (Oliveira, 2022; MST, 2022a) e segundo a fala dos representantes esse número hoje é de 409.

O que está colocado com relação ao primeiro elemento da chave de análise é que a Cooperação se consolida como uma alternativa à lógica tradicional de comercialização. O aumento dos associados pode significar uma ampliação dos beneficiados com os rendimentos da cooperativa. Como sugere Luzio-dos-Santos (2020), as cooperativas devem priorizar produtos e serviços de outras cooperativas, e no caso da COPACON eles têm como marco, o apoio de outra cooperativa, COPRAN, também vinculada ao MST, como ator importante da consolidação da iniciativa. As organizações compartilham uma mesma marca comercial

Outro elemento que é possível destacar com relação ao aspecto de cooperação é o assalariamento, o que foi citado pelos representantes. Neste sentido, Luzio-dos-Santos (2020) destaca esse elemento como um risco: “Há sempre o risco das cooperativas se curvarem à lógica individualista e de domínio do capital sobre o trabalho, e isso é particularmente evidente quando fazem uso intensivo de mão de obra assalariada, dentro dos mesmos moldes que norteiam as empresas capitalistas.” (Luzio-dos-Santos, 2020, p. 202). Com relação a esse aspecto é importante percorrer um caminho de análise pormenorizado em aproximações seguintes, no entanto, os representantes da cooperativa afirmaram que a grande maioria dos trabalhadores registrados com Carteira de Trabalho pertence à família dos associados, o que sugere uma

relação direta com o núcleo de cooperação, haja vista que estão próximos da condição de partícipes, apesar de assalariados.

Quando evidenciada a questão do ‘Crescimento’ na fala dos representantes da Cooperativa, esta categoria não esteve atrelada ao acúmulo de capital, mas sim à melhoria de condições de vida dos associados e à comercialização de alimentos saudáveis para a população. Os representantes políticos do MST e os da Cooperativa ressaltam a produção de alimentos saudáveis para a população, e ações de distribuição de alimentos aos mais necessitados durante os momentos críticos da pandemia (Bergamo, 2021; MST, 2022b; Terra, 2023).

Outros aspectos podem caracterizar o posicionamento contra o crescimento indiscriminado da produção da cooperativa, que são: opção por produtos não transgênicos e pela não utilização de agrotóxicos em suas lavouras. Os transgênicos e os agrotóxicos são utilizados, em essência, para o aumento da produtividade, maior resistência das plantações e amplificação do rendimento final do produto. Segundo a EMBRAPA, os transgênicos possibilitam a obtenção de plantas com atributos de interesse econômico como resistência a patógenos, insetos-praga; maior tempo de prateleira; crescimento acelerado entre outros (Capalbo et al, 2009). Na mesma perspectiva estão os agrotóxicos, que têm como principal função a ampliação da produtividade das plantações (Moraes, 2019). Nesse sentido, a não utilização de Organismos Geneticamente Modificados e a perspectiva de não utilização dos agrotóxicos como meta, posicionam o Movimento, e a Cooperativa em questão, em oposição a um crescimento comum à lógica capitalista.

Independentemente da alta ou baixa nocividade desses ferramentais (transgênicos e agrotóxicos), o movimento se posiciona contra a utilização deles, justificando seu posicionamento a partir da necessidade de produzir alimentos seguros, mesmo que isso signifique menores retornos financeiros a médio e longo prazo.

Esse posicionamento também destaca a categoria responsabilidade socioambiental da cooperativa. Além de não se valer de transgênicos e não utilizar agrotóxicos a fim de manter seus produtos seguros e saudáveis, o movimento atua a partir de ações de reflorestamento do assentamento Eli Vive como contrapartida das ações do movimento na região. Em 2020 a Coordenação Nacional do Movimento lançou o plano “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”, a iniciativa é de em um prazo de 10 anos plantar um total de 100 milhões de árvores. Na ocasião da visita os representantes do MST informaram que o Eli Vive está atuante no processo de reflorestamento, e durante três anos o assentamento plantou 10 mil árvores. O Movimento já plantou um total de 10 milhões de árvores ao redor do país, segundo informações divulgadas pelo movimento.

Ainda, em consonância com o desenvolvimento da cooperativa, os representantes reivindicam melhorias estruturais junto ao poder público e investem em ações para maior qualidade de vida dos assentados. Segundo o representante da Cooperativa, os esforços estão direcionados para a transformação da comunidade, por isso reivindicam espaço de lazer, Unidades de Saúde e escolas de ensino básico para os estudantes. Com relação à educação, o assentamento possui a sua escola construída de maneira ainda rudimentar que atende primeiro ciclo de formação, que é de responsabilidade do poder público local. No assentamento foram instalados blocos de salas construídas pelo governo do Estado, as quais estariam direcionadas para os alunos do ensino fundamental 2 e ensino médio.

Recentemente, foi aprovado, por parte da prefeitura de Londrina, a construção de um prédio para atender todos os alunos do assentamento e os demais habitantes da região. Além disso, é possível citar a manifestação organizada com o objetivo de pressionar o poder público a fim de pedir por melhoria das condições das estradas que dão acesso ao assentamento. A mobilização em questão foi realizada no dia 28 de novembro de 2023 e contou com a participação de moradores do assentamento e integrantes da Cooperativa COPACON.

Com relação ao autofinanciamento FINAPOP foi possível evidenciar sua relevância para o desenvolvimento da cooperativa, pois possibilitou a finalização da agroindústria. O posicionamento com relação ao autofinanciamento precisa de maior aprofundamento. É preciso compreender de maneira mais característica como essa iniciativa se consolidou junto à COPACON. No entanto, esse contato possibilitou materializar o que representou os 1,5mi de reais para a estruturação da cooperativa que processa 6 toneladas de milho por dia. Assim como no encontro no Assentamento Dorcelina Folador, o foco dos trabalhadores do campo é reivindicar políticas públicas para o desenvolvimento de suas cooperativas. Grande parte dos recursos que viabilizaram a Agroindústria são advindos de políticas públicas de apoio financeiro dos governos estaduais e federais. Dessa forma, uma parte diminuta advém dos recursos levantados via título de dívida junto aos mecanismos de investimento privados. No entanto, o que se pode evidenciar é que o instrumento de investimento privado foi direcionado para a aquisição de equipamentos e construção de infraestrutura para a agroindústria. Recursos esses que estão sendo pagos pelos cooperados em parcelas de aproximadamente 30 mil reais por mês a partir das ferramentas do mercado e de acordo com as regras estabelecidas no momento de tomada do título de dívida.

A aproximação possibilitou uma identificação de elementos importantes, mas não é conclusiva sobre o objeto da pesquisa. Nesse sentido, novas aproximações foram realizadas a fim de compreender detalhes sobre a ação de autofinanciamento, ao passo que o pesquisador

refletia sobre as percepções precárias e constrói conhecimento científico, estabelecendo categorias que possibilitem a compreensão da totalidade envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e o seu alinhamento ou não com uma perspectiva hegemônica ou contra hegemônica considerando o sistema de produção capitalista, de forma a teorizar sobre o objeto de pesquisa em questão.

7.2 APROXIMAÇÃO 3: ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DO MST E DA COPACON

Após aproximações introdutórias e precárias, buscou-se compreender como a cooperativa, por meio dos seus representantes, interpretavam a estratégia de financiamento das agroindústrias do MST via mercado de capitais. Para tal, empreendeu-se em um trabalho de entrevista com sete diferentes integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. As entrevistas buscaram compreender sobre a história dos militantes junto ao movimento, qual o impacto que a cooperativa tem na vida dos assentados e buscaram essencialmente compreender o que significou a aderência ao tipo de investimento vinculado ao mercado de capitais.

A pesquisa conseguiu acessar três representantes nacionais do MST, dois assentados no Paraná e um no Rio Grande do Sul, dois representantes políticos de Londrina ligados ao movimento, mais especificamente do Assentamento Eli Vive, e dois representantes da Cooperativa COPACON. A intencionalidade primeira das entrevistas era a de compreender a adesão ao FINAPOP como parte da estratégia de financiamento do MST a partir do posicionamento dos diferentes níveis hierárquicos da organização. Ao ouvir os integrantes do MST e como eles interpretaram esta ação de financiamento, o pesquisador buscou refletir sobre o percebido a fim de alcançar o real apresentado por meio das contradições e a sua materialidade passível de verificação. É importante destacar que os nomes utilizados não são reais, a fim de resguardar o sigilo com relação à identidade dos entrevistados.

A seleção dos entrevistados foi realizada de maneira não probabilística e intencional. Analisou-se os atores envolvidos na estruturação e operacionalização do fundo de investimento em colaboração com a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon). O período de realização das entrevistas foi entre os meses de março de 2024 e abril de 2024, realizadas todas dentro do Assentamento Eli Vive.

Utilizou-se um roteiro como principal instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1). Foram entrevistados um total de sete integrantes do Movimento

dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Optou-se por acessar diferentes níveis hierárquicos da organização. A pesquisa teve acesso a três representantes da cúpula nacional do movimento, dois representantes políticos do Assentamento Eli Vive e dois assentados vinculados diretamente à estrutura da COPACON. As entrevistas tiveram média de 50 minutos de duração cada. Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina sob o número CAAE: 73531523.9.0000.5231 e Número do Parecer: 6.326.159.

Reitera-se aqui que a escolha dos entrevistados se deu em virtude do conhecimento dos mesmos sobre a estratégia de financiamento utilizada pelo movimento, todos os sete entrevistados participaram direta ou indiretamente deste processo tendo conhecimento sobre a dinâmica que envolveu a captação dos recursos e o que isso pode significar frente à estratégia ampla do movimento.

Para a análise das entrevistas, o pesquisador empreendeu em um percurso dialético no qual considerou aproximações sucessivas para o processo de construção teórica. O pesquisador teve seu primeiro contato com o objeto a partir das estruturas cognitivas e afetivas do pesquisador, “constituídas de esquemas cognitivos e esquemas emocionais (conscientes e inconscientes)” (FARIA, 2004, p. 29). Então deu-se início a um processo reflexivo de absorção deste contato primário atuando em um processo de reflexão sobre o seu próprio pensar, e então, a partir da interpretação destes elementos primários, classificação destas informações até o retorno para o real a partir de um esquema aprimorado sobre o real, que será essencialmente diferente do real que foi absorvido no primeiro contato feito pelo pesquisador (FARIA, 2004).

O que se propõe com uma análise dialética é que o real observado precariamente seja objeto de reflexão, *reesquematização*, e aprimoramento, possibilitando a construção teórica baseada em informações coletadas junto ao objeto em análise. O que se propõe é uma construção dos dados a partir de um diálogo entre o pesquisador e o ator da pesquisa, tornando o processo complexo, pois essa construção dos dados deve ser organizada como um processo contínuo de construção desses dados.

7.2.1 *Entrevista 02 Celso e Dario*

Em nível nacional, foi possível trocar informações com um assentado do estado do Paraná (Dario), e outro assentado do estado do Rio Grande do Sul (Celso). Ambos participam das discussões do MST Nacional, um atuando no setor de produção e o outro na frente de

comercialização. É importante ressaltar que essa entrevista foi realizada conjuntamente com os dois representantes respondendo as perguntas, o que influencia diretamente no resultado, gerando uma confluência de assuntos concordantes entre os dois entrevistados. No entanto, a dinâmica pareceu importante haja vista que o objetivo era compreender o posicionamento nacional do MST.

Ao serem questionados sobre como eles descreveriam o conceito do FINAPOP, Darío iniciou a fala apresentando a conjuntura nacional e o golpe contra a presidente Dilma Rousseff. A atuação dos governantes subsequentes teria inviabilizado qualquer política pública direcionada à reforma agrária. Sem nenhuma perspectiva de apoio estatal por conta dos governantes federais, Darío comenta sobre a aproximação² de um grupo de empresários progressistas, liderado por Eduardo Moreira, para a criação desse mecanismo de financiamento popular, o FINAPOP. Darío ainda enfatizou que todos os trâmites legais foram realizados, passando pelo processo de securitização, e por todos os trâmites junto ao Banco Central brasileiro. Enfatizou, portanto, a legalidade do processo: “Ou seja, foi um processo totalmente legal, passando (...) pelas várias esferas financeiras e Banco Central e tudo o que precisou, não é? Com securitizadora e tudo,” (Darío, 2024). Darío referiu-se, provavelmente, às normativas que regem a criação de uma plataforma eletrônica de investimento participativo, formato adotado pelo Finapop para a estratégia de autofinanciamento do movimento, cujo registro é realizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2022). O entrevistado ainda ressalta que a experiência foi uma surpresa e muito importante o MST ter conhecido esse grupo de pessoas interessadas no combate à fome que possibilitou, “por dentro ainda do capital financeiro” (Darío, 2024) financiar as iniciativas da agroindustrialização.

Questionado sobre a suposta contradição de um movimento como o MST acessar um instrumento normalmente utilizado pelo sistema capitalista para acumulação de capital, os entrevistados ressaltaram a ineficiência do estado, e que existiu resistência para acessar esse tipo de recurso por parte dos integrantes do MST, mas que a produção de alimentos necessita de recurso para funcionar, e para Darío, não é possível que um dos maiores produtores de alimento do Brasil fique de fora dessa esfera financeira: “embora foi encarado com muito preconceito, num primeiro momento e até com muita dificuldade, mas entendemos que foi importante e continua sendo importante como parte da nossa ação e esse autofinanciamento da reforma agrária.” (Darío, 2024).

²Eduardo Moreira, principal idealizador do FINAPOP, buscou aproximação com o MST, chegando a viver por curtos períodos em assentamentos do movimento e com o vínculo estabelecido sugeriu a criação de um título de dívida que permitisse a investidores emprestar recursos ao MST (SOUZA, 2023).

O representante do MST do estado do Rio Grande do Sul, Celso, ressaltou a importância do instrumento de financiamento via mercado de capitais, mas que ele se apresenta insuficiente para os anseios do movimento. Segundo Celso, a revolução agrária, que o MST objetiva alcançar, necessita de investimento financeiro, por este motivo iniciativas como a do FINAPOP terão continuidade, mas não será uma ação única de busca por recursos financeiros que subsidiem as ações populares do MST. “[O FINAPOP] é importante, vai continuar, mas nós temos consciência que ele é insuficiente. Nós vamos continuar como movimento social, fazendo luta, pressionando para que tenha também o estado brasileiro consiga aplicar muito dinheiro para poder transformar.” (Celso, 2024).

Questionados sobre a relação do agronegócio e a produção de excedente de lucro por parte dos grandes proprietários de terra em comparação ao FINAPOP como um instrumento de aumentos dos ganhos financeiros, e se isso realmente significa uma ruptura com a exploração do trabalhador e do meio ambiente, ambos os entrevistados percorreram um caminho de apresentar o FINAPOP como uma ferramenta, um meio para determinado objetivo. Desta forma, o que os representantes do MST parecem buscar referendar em suas falas é que o financiamento não é o fim em si mesmo, mas apenas uma ferramenta para colocar em prática uma proposta transformadora de reforma agrária que considere o equilíbrio ambiental da produção de alimentos e o desenvolvimento das forças produtivas.

Darío colocou que o MST não vê a terra como mercadoria, mas sim como um bem comum, um bem natural. Por este motivo, a terra tem valor de uso, “por isso que nós defendemos o uso da terra de forma comum e coletiva” (Darío, 2024). A posição do entrevistado é a de que a terra precisa cumprir com a sua função social, resolvendo assim problemas estruturais da sociedade, que no caso brasileiro “é a fome, é o desemprego, que são problemas estruturais que nos acompanham, é... toda a nossa trajetória” (Darío, 2024). O entrevistado Celso também reafirma que o FINAPOP seria “só um elemento, o FINAPOP, qualquer outro, são ferramentas para desenvolver, o que altera o modo de utilização, é o modelo que tu te estabeleces na relação com a agricultura” (Celso, 2024).

Quando questionados sobre o futuro envolvendo ou não o FINAPOP, os dois representantes nacionais do movimento direcionaram suas perspectivas para a produção e comercialização por parte dos trabalhadores do campo vinculados ao MST. O FINAPOP, mais uma vez, foi destaque como ferramenta importante, mas que não se apresenta como um fim em si mesmo. O foco seria, portanto, implementar um processo de produção e de comercialização que beneficie os trabalhadores assentados pelo MST.

Produção e Comercialização são os dois elos da cadeia produtiva destacados pelos representantes. Darío destaca a importância em aumentar a produtividade das lavouras do MST a partir de bioinsumos, seleção das sementes, a mecanização agrícola e a utilização de energias renováveis. O entrevistado destaca que é necessário aumentar a produtividade para que isso seja direcionado para a alimentação de qualidade para o país, para que a partir dessas frentes de atuação se consolide uma revolução agrícola no país. Celso ratificou os pilares apresentados pelo Darío (sementes, bioinsumos, mecanização), e ressaltou a importância de fazer com que isso se amplifique por meio da comercialização, “que é uma ferramenta que ajuda no processo de organização das cadeias produtivas que nós temos” (Celso, 2024). O que o entrevistado buscou enfatizar, portanto, é que para o alcance de uma revolução da produção agrária, pautada nos três elementos citados por Darío (sementes, bioinsumos e mecanização) a comercialização é importante e necessária para que exista volume financeiro que possibilite que essas frentes de atuação se consolidem.

A produção, a agroindústria, o crédito, ela vai (...) dar conexão, na medida em que você fizer essa roda girar a partir da comercialização. Então, tem esse elemento que nós estamos buscando qualificar. Por isso que as nossas cooperativas, elas se transformam também, no território, numa força econômica. Porque na medida em que você, a partir da cooperação, busca escala, você busca profissionalizar, padrão de qualidade dos alimentos (...), tudo isso faz parte da dinâmica da organização da produção sob controle dos trabalhadores e do movimento. (Celso, 2024)

Em essência, a fala dos representantes nacionais buscou apresentar o FINAPOP como uma ferramenta importante para a sobrevivência do movimento frente a uma conjuntura nacional desfavorável. O financiamento surge como uma opção viável de manutenção e ampliação das agroindústrias atreladas ao MST, haja vista a redução do volume de iniciativas estatais direcionadas para a política de reforma agrária. Os representantes nacionais buscaram, portanto, defender a utilização do recurso, e afirmaram que a opção vai continuar sendo válida para a organização, no entanto, o enfoque deve ser a revolução no campo. Uma produção mais eficiente, com maior produtividade, e que respeite o meio ambiente. Buscar-se-á, a partir do que foi dito pelos representantes, modificar a forma como o setor agrário atua. Redistribuir espaço produtivo para os pequenos, os quais devem atuar de maneira cooperada com condições que favoreçam uma atuação no campo eficiente que leve em consideração instrumentos como a mecanização direcionada para as pequenas propriedades, seleção de sementes como forma de ampliar a qualidade da produção, e a substituição completa de agroquímicos por bioinsumos.

A fala dos representantes evidencia que o MST atua por mudanças conjunturais que alterariam de maneira drástica a configuração nacional com relação às dinâmicas de poder, isso

porque o Brasil se caracteriza como um país produtor de matéria-prima para exportação, setor dominado por poucos, porém grandes proprietários de terra. Ao passo que se evidencia a necessidade por mudanças conjunturais, o movimento aponta para uma ruptura parcial com o instituído. O que é possível de constatar com a fala dos representantes nacionais é a necessidade de mudanças progressivas.

7.2.2 *Entrevista 02: Dorival*

O entrevistado está assentado no estado do Paraná, e é integrante do movimento dos trabalhadores sem-terra desde 1989. Ele começou a atuar junto ao movimento em virtude da condição de instabilidade com a qual convivia no campo. Trabalhava em terras arrendadas e devido a essa condição tinha que se locomover constantemente com a família para outras regiões. Nesse sentido, Dorival elenca duas questões fundamentais para o seu ingresso junto ao movimento:

Uma delas é a necessidade de ter o pedaço de terra e melhorar de vida. Eu vivia trabalhando na terra dos outros, de arrendatário. Isso me tirava parte da minha renda, parte da minha energia, do meu trabalho, da renda que eu pagava. Era tanto menos que a minha, que eu produzia e não ficava com a família. E essa insegurança de ter um lugar para morar, a gente vivia mudando cada um ano ou dois. [...] E o segundo ponto é de estar participando exatamente dos espaços organizativos daquele período, principalmente no que diz respeito à comunidade eclesial de base, ali e na pastoral da juventude. (Dorival, 2024)

Ao ser questionado sobre o FINAPOP, Dorival buscou contextualizar a luta do movimento, considerando a terra como o elemento primordial, e para além da condição de produção existe a necessidade por educação, cultura e sociabilidade dentro da comunidade que se forma em um assentamento. Para que os elementos complementares à terra sejam alcançados é necessário que o assentamento seja desenvolvido. A produção de alimentos de qualidade para comercialização é o que faz com que a comunidade tenha acesso à educação, cultura, sociabilidade e qualidade de vida. Ao citar a necessidade de desenvolvimento interno do assentamento, com a organização de espaços de cultura, educação e sociabilidade, Dorival retoma a história recente do MST, e afirma que durante o segundo mandato do presidente Lula, o movimento focou suas iniciativas em desenvolver os assentamentos. No entanto, esse processo foi interrompido com os governos Temer e Bolsonaro. Como ele mesmo pontua:

E nós, nesse horizonte [...] de continuar desenvolvendo os assentamentos. Esse foi o período que nós [...] chegamos na síntese que de 2014 até 2022 foi

uma dura travessia. Não é? É uma dura travessia que intensificou a partir de 2018-2019, um período de dura travessia. De resistência mesmo, de resistência em todos os sentidos, resistência política, resistência econômica, resistência organizativa. (Dorival, 2024)

Nesse cenário de resistência e de dificuldade de desenvolver os assentamentos é que surge a possibilidade de acessar o recurso via mercado de capitais. Ele relata que a iniciativa foi do Eduardo Moreira que demonstrou interesse em conhecer o movimento, passou um período conhecendo as diferentes comunidades do MST e participando como um dos integrantes. Após a experiência, Eduardo Moreira sugeriu a opção de captação de recursos via título de dívida. Buscando manter a proposta de desenvolver os assentamentos, os dirigentes nacionais concordaram com a sugestão e iniciaram uma primeira experiência até expandir e atingir a COPACON.

Ao ser questionado sobre a condição do MST acessar o mercado de capitais, e a contradição evidente dessa relação, o entrevistado retomou os três pilares do movimento: “Nós temos 3 objetivos. Vocês devem saber dos três ‘luta pela terra’; ‘a luta pela reforma agrária’ e a ‘luta pela transformação social’” (Dorival, 2024). Ao retomar as três frentes permanentes do movimento, Dorival reconheceu a necessidade de capital para o desenvolvimento do país e dos assentamentos. Dorival enfatizou que as famílias que moram nos assentamentos do MST precisam produzir, alimentar os filhos, precisam inserir os filhos no ensino superior, e para isso é necessário que se tenha recursos financeiros. O que o entrevistado busca enfatizar é que não basta que a pauta política esteja alinhada com a mudança social que beneficie o povo do campo, se a organização não busca os meios para viabilizar o desenvolvimento das comunidades para que então se efetive uma mudança estrutural.

Aí tem um elemento que eu acho [...] nós achamos fundamental é assim: nós vamos desenvolver o país é com capital. Não vai desenvolver o Brasil sem capital, se a gente vai achar que nós vamos sair, um grupo de militantes de dirigentes convencido que nós vamos construir o socialismo e sair gritando o “Socialismo Já” e não fazer ele na prática, nós não vamos chegar a lugar nenhum, não é? Nós vamos sair gritando socialismo, sem dinheiro, com bolso vazio? Os nossos assentados precisam produzir, a família precisa se alimentar, os filhos dos assentados precisam estudar, precisa ir para a faculdade, não é? Então o desenvolvimento, ele é o desenvolvimento da economia. (Dorival, 2024)

Dorival ainda destaca a sua perspectiva de que a mudança estrutural da sociedade deve vir via Estado, mesmo reconhecendo a importância do movimento ter optado por buscar investimento privado, Dorival acredita que quem tem essa responsabilidade é o Estado, e é por

meio de um Estado fortalecido que será possível mudanças estruturais na sociedade brasileira, seja para o povo do campo ou para os trabalhadores no geral.

E o investimento, hora ele vai vir do Estado brasileiro, que nós achamos que é muito pouco o Estado brasileiro que deveria resolver essa parte, né? Porém, o Estado brasileiro faz o contrário, investe muito pesado na iniciativa privada e nas empresas e pouco no desenvolvimento produtivo mais popular, né? E principalmente nos assentamentos, na agricultura familiar. E isso só vai ser possível quando a gente tiver um governo e um estado popular, né? É isso que vai desenvolver. O socialismo não é sinônimo de miséria. É isso que nós teríamos que ter clareza, né? [...].

Então assim pra nós entender essa questão. Né? Às vezes, alguns da militância, [...] aquela militância mais apressada de querer ver o socialismo depois de amanhã. O socialismo, ele é construído ao longo tempo de um processo, assim como está sendo em Cuba. Que é resistência. Mas principalmente o que está sendo na China, não é? (Dorival, 2024)

A fala do representante do MST busca justificar a utilização do recurso do capital privado em tom de crítica ao Estado que deveria ser o responsável por esse processo de investimento público nos setores da economia. Como exemplo, Dorival cita a China como um estado que investe em setores da economia daquele país a fim de desenvolver o país como um todo. Ele classifica a China como um Estado Investidor, que rumia para o socialismo de maneira gradativa. O entrevistado destaca que a entrada no “mundo do capital” tem o objetivo de desenvolvimento das comunidades a partir da ampliação das possibilidades de comercialização e produção de alimento saudável e consequente geração de renda para os trabalhadores do campo. Ele nega qualquer possibilidade de se valer desse espaço para especulação: “a nossa relação com esse mundo do capital, ele vai nesse sentido [desenvolvimento], não ao capital especulativo, porque esses querem nos degolar. [...] eles querem tomar a nossa terra, eles querem tomar nossas reservas, principalmente agora nessa onda do capitalismo verde (Dorival, 2024). O que o MST busca, na perspectiva do representante do movimento, é o desenvolvimento a serviço do social, das pessoas e dos territórios da reforma agrária: “é com esse passo a passo, que nós vamos construir o socialismo, construindo a partir dos espaços dos territórios.” (Dorival, 2024).

Dando continuidade ao aspecto de desenvolvimento dos assentamentos, o entrevistado afirma que a partir de meados dos anos 2000 o movimento estabeleceu como pauta a estruturação dos assentamentos como uma etapa da atuação do movimento. O FINAPOP surge, segundo Dorival, como uma ferramenta “alternativa” para a continuidade do processo de desenvolvimento dos assentamentos via investimento às cooperativas e estruturação das agroindústrias. Ele é enfático ao dizer que esse é um papel do Estado brasileiro: “O estado brasileiro precisa de criar política. Para desenvolver as nossas empresas sociais, as nossas

cooperativas. Não só as nossas. As pequenas e médias empresas do Brasil à fora.” (Dorival, 2024).

Questionado sobre a “mais-valia da terra”, Dorival afirma que o trabalhador do campo não vai ter mais-valia, mas terá renda. Porque, segundo ele, o grande produtor busca o seu excesso de lucro na exploração do meio-ambiente com a utilização de agroquímicos, da mecanização ostensiva e da exploração do trabalhador do campo. Neste sentido, o FINAPOP surge não como uma ferramenta para geração de mais-valia, mas sim como um caminho para o aumento da renda do trabalhador do campo por meio da agroindústria que agrega valor ao produto do campo. Além disso, o grande proprietário se vale também do mercado de capitais para conseguir o seu lucro em excesso.

Por exemplo, onde que o agronegócio busca sua mais-valia? A primeira é na exploração da Terra, né? Certo? Na exploração da Terra com o uso de veneno excessivo para não gastar com mão de obra. Certo? Essa é uma coisa. Segunda coisa. Quando eles usam mão de obra, eles exploram a mão de obra no extremo. Certo? Mas veja bem que eu disse que ele já dispensou a mão de obra, e quando precisar, ele explora no extremo. E a segunda coisa é no mercado, né? No mercado. [...] Então, exatamente aqui, nessa coisa, nessa coisa da exploração da Terra, da tecnologia, do excesso de veneno, do trabalho, [...] e da especulação. (Dorival, 2024)

Quando questionado sobre a possibilidade do FINAPOP significar um passo para a revolução que ele havia citado, o entrevistado afirmou ver a revolução como um processo longo de construção. Ele cita a história do Assentamento Eli Vive como uma expressão do processo de construção desse caminho para a transformação social, uma expressão do que o movimento quer para o campo, subvertendo os ganhos financeiros como um fim em si mesmo, considerando como proposta a produção de alimento de qualidade, acesso à cultura, educação, não utilização de veneno, produção orgânica, e que isso se consolida em virtude da organização que o MST exerce.

É para quem viu isso aqui [local onde estava sendo realizada a entrevista, próximo da sede da cooperativa onde foi instalada a agroindústria], com a única sede e estar olhando aquela escola sendo construída ali, né? E a escola estadual que tem que sair aqui e a agroindústria aqui que, a duras penas, nossa companheirada tem conseguido construir. Não é? Toda essa sociabilidade. Essa festa do dia de hoje, dos 15 anos, né? A cavalgada da reforma agrária para comemorar os 15 anos, que é um espaço, principalmente a cavalgada, que participa meio mundo dentro, né? Então é um espaço, eu vejo isso aqui como um espaço de projeto. E o nosso esforço, ele é exatamente nos assentamentos. E nos assentamentos construir uma comunidade camponesa que expresse um projeto que nós queremos para o campo brasileiro: Sem o uso de veneno. Com produção orgânica, saudável. As crianças estudando, com a juventude estudando, trabalhando, não é? Eu vejo o FINAPOP construindo esse tipo de desenvolvimento. E para mim, e falando em transformação social ou

revolução, conforme queira, isso para mim é a transformação social que nós estamos construindo ao longo do período. Né? (Dorival, 2024)

O que está colocado por Dorival vai ao encontro do que os outros dois representantes do MST Nacional trataram, a relação do MST com a transformação social perpassa essencialmente os processos de trabalho envolvendo a produção rural. O que ambos os entrevistados apresentam é a importância dada ao processo de transformação de maneira processual e contínua por meio de novas formas de atuação no campo, com respeito ao meio ambiente e à qualidade de vida do assentado e trabalhador do campo.

O FINAPOP surge, portanto, como um instrumento de manutenção da pauta de desenvolvimento e ampliação da qualidade de vida dos assentados. Apesar de estar relacionado diretamente com um espaço de negociação tradicionalmente ocupado pela classe dominante do sistema econômico vigente, o instrumento serviu, segundo o entrevistado, para ampliação da renda do pequeno produtor de maneira a atingir os objetivos do movimento que é: “luta pela terra”; ‘a luta pela reforma agrária’ e a ‘luta pela transformação social’”.

Apesar de destacar processos de mudança estrutural, como a adesão ao socialismo, o objetivo do movimento parece estar limitado à atuação junto ao trabalhador do campo e a mudanças de caráter progressista. Eles buscam aderir a um processo de uma suposta transição para um modelo não definido de sociabilidade que supõe uma mudança estrutural, mas que não significa, necessariamente, uma superação do capitalismo. A proposta é contra-hegemônica quando se avalia o recorte feito a partir do capitalismo brasileiro, que historicamente se apresenta fortemente vinculado ao poder hegemônico dos grandes proprietários de terra e à burguesia compradora. O MST se coloca como um questionador do instituído, isso não significa necessariamente uma revolução para superação completa e total do capitalismo, mas como Dorival afirmou: “O MST, pelo menos, cumpriu esse papel de questionar o poder, questionar o latifúndio improdutivo. Principalmente aqueles bandidos [...], invasor de terras de quilombola e de índios, [...] de terra pública [...]. Imagine se não fosse o MST para questionar, né?” (Dorival, 2024).

7.2.3 *Entrevista 03: Edson - Representante Político no Assentamento Eli Vive*

Edson é um dos representantes políticos do MST no Assentamento Eli Vive. Edson possui um percurso histórico com o MST desde sua infância. Os pais participam da militância do movimento desde quando ele tinha 11 anos. Nesse sentido, Edson cresceu no movimento e

ao longo de sua trajetória entre acampamentos e assentamentos foi desenvolvendo sua militância com o MST.

Edson retoma o que foi dito pelos representantes nacionais e relata que o momento de desenvolvimento do assentamento foi interrompido por conta das mudanças institucionais do governo federal. Com o impeachment de Dilma Rousseff, as políticas públicas direcionadas à reforma agrária e ao apoio financeiro aos trabalhadores do campo cessaram, o que dificultou o desenvolvimento do assentamento: “E começa aquela outra fase de assentamento que saiu daqui até quando é acampamento. É uma fase de luta de... Luta massiva e tudo mais. Assentamento é outra fase. Assentamento é parte de desenvolvimento, entendeu?” (Edson, 2023). Edson destaca que, durante a fase de acampamento, as famílias não têm acesso a políticas públicas específicas. O processo de titulação do território como área de reforma agrária é longo. Apenas quando o território obtém o status de assentamento, os ocupantes passam a ter direito às políticas públicas voltadas para a reforma agrária. Nesse estágio, a infraestrutura começa a ser implementada, permitindo acesso a benefícios como habitação, escolas rurais próximas, estradas, água encanada, energia elétrica, entre outros serviços essenciais. No entanto, essas expectativas não foram plenamente concretizadas devido às mudanças no governo federal, que comprometeram a continuidade e a eficácia dessas políticas.

Dentro da perspectiva do desenvolvimento do assentamento, o entrevistado afirma que em 2011 os assentados construíram o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), “ali é a nossa bíblia que nos rege, que nos norteia a construção do assentamento” (Edson, 2023). Nesse documento constam os três pilares que sustentam o desenvolvimento do assentamento: cooperação, educação e o desenvolvimento social. Ele afirma que nos eixos da cooperação e da educação o assentamento está conseguindo evoluir, no entanto os espaços de sociabilidade ainda não foram possíveis de construir até o momento, mas que o movimento não abre mão: “Isso é sempre, as pessoas que não têm convivência social, elas vão se isolando da sociedade e vão ficando... Então, e vai dando isso, né? Vai dando depressão, vai dando um monte de coisa que a gente vê aí na sociedade” (Edson, 2024).

Em conclusão à fala sobre o processo de desenvolvimento do assentamento, Edson retoma a ‘história interrompida’ com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, momento que deveria ser o de um ‘salto de qualidade’, com políticas públicas de crédito, programas de habitação, estradas de acesso, escola etc. No entanto, segundo o entrevistado, a única política pública que os assentados tiveram acesso foi o bolsa família. Nesse sentido, os assentados buscaram outras fontes de apoio para atingir os objetivos de estruturação do assentamento.

O entrevistado cita também processos de financiamento público como o programa Coopera-Paraná que é uma iniciativa do Governo do estado do Paraná para subsidiar cooperativas. O FINAPOP surge então para suprir uma carência de investimento público junto aos assentados. Ele rememora a aproximação do Eduardo Moreira no processo de instituição do FINAPOP e destaca que hoje o MST possui uma equipe própria para gestão e continuidade do FINAPOP.

Dentro do FINAPOP, que é uma equipe nossa, do movimento interno que cuida do FINAPOP, tem a consultoria do Eduardo Moreira, mas é uma equipe nossa, interno. O interno nacional que está cuidando do FINAPOP hoje. A gente está vinculado à GAIA com o Eduardo, mas é nosso isso [...] É a Ana Terra, e o pessoal que cuida mais na política do FINAPOP, mas tem a equipe técnica mesmo que estão dentro da [...] Nós temos uma equipe técnica mesmo, técnico, técnico mesmo, equipe que estudou, se capacitou para isto é uma equipe técnica. Aí a Ana Terra é política, o Diego é político [...] , entendeu? (Edson, 2024)

O entrevistado ainda citou duas funções do FINAPOP para além do processo de aquisição de recursos financeiros, que é a organização e articulação política junto às demandas públicas e a equipe técnica que apoia as cooperativas no processo de assessoria econômico-financeira e de gestão dos recursos. A exemplo disso, Edson citou um convênio de assistência em parceria com a Itaipu que a equipe do FINAPOP teria participado do processo de estruturação da solicitação de apoio. A ação é de assistência técnica das cooperativas: “Então nós vamos ter dois agrônomos que vão ser de campo para atender o nosso sócio e vamos ter um auxiliar administrativo e o coordenador da região também vai ficar aqui no assentamento [...] que vai coordenar esse processo da coordenação” (Edson, 2024).

O FINAPOP também possibilita direcionamento de recursos para as cooperativas como forma de capital de giro, com devolução dos recursos de maneira mais rápida. Nesse sentido, o FINAPOP se apresenta, segundo o entrevistado, como um instrumento importante para as cooperativas e para o desenvolvimento dos assentamentos, e que esse instrumento deve continuar apoiando o movimento de maneira ampla. Edson ainda afirma que o diferencial dessa modalidade é que qualquer pessoa pode contribuir para o movimento: “Acho que essa questão foi criada para qualquer um poder financiar. Porque eu [...] hoje com ‘duzentão’, posso contribuir, ‘duzentão’ no FINAPOP. Imagina em Londrina quanto ‘duzentão’ não pode arrecadar, que pode contribuir para um projeto de sociedade?” (EDSON, 2024). Atualmente, o FINAPOP possui três modalidades de investimentos, abertas ao público em geral: investimento produtivo, capital de giro e capital semente (FINAPOP, s.d.).

Sobre a contradição do MST entrar no mercado de capitais, e se o FINAPOP pode significar um caminho para o alcance da hegemonia popular, o entrevistado ponderou algumas questões. Para ele, o mercado de capitais sempre foi um espaço para os ricos: “Então é isso? Esse processo todo dentro da estruturação do capitalismo, vamos pegar mesmo? Aqui está a acumulação da Riqueza... Com quem? Por que nós pobres não têm acesso a essas ferramentas [...] de acesso do recurso” (Edson, 2024). Ele afirma que o sistema bancário inviabiliza o acesso do pobre ao crédito: “está ligado a essa estrutura mesmo que o pobre até aqui só ... Se não provar que por A+B, você não pega 10 reais no banco. Do contrário, os caras conseguem milhões e trilhões de reais.” (Edson, 2024). O entrevistado evidencia que esse espaço de aquisição de recursos serve como um instrumento de ampliação de possibilidades para as cooperativas do MST, e por isso é que souo como algo contraditório, porque é o MST ocupando mais um espaço tradicionalmente ocupado por uma parcela economicamente poderosa: “É porque nós incomodamos nisso [reforma agrária], né? E agora também vamos incomodar a questão do mercado financeiro, vamos entender que bicho que é esse também?” (Edson, 2024).

Já quanto instrumento de construção da hegemonia popular, o entrevistado afirmou que isso depende de como o movimento irá se comportar e que não é possível afirmar sobre o futuro e que isso “vai depender se nós estamos entrando para qual objetivo que é?” (Edson, 2024). Apesar de ponderar sobre os caminhos do movimento com relação à estratégia de acessar o mercado de capitais ele afirma que o objetivo no momento de tomar a decisão era o de “entender o mercado financeiro e abrir esses cofres, para o desenvolvimento da construção do projeto popular, é pra isso que nós estamos ali” (Edson, 2024).

Dentro dessa perspectiva, o entrevistado afirma que fomentar o desenvolvimento das cooperativas e o crescimento econômico destas por meio de estratégias como a do FINAPOP é o caminho para continuar o processo de acampamento e de assentamento de “milhares de pessoas que precisam ser assentadas ainda hoje” (Edson, 2024). O desenvolvimento dos assentamentos via estruturação da educação, dos espaços de sociabilidade e fortalecimento das cooperativas e agroindústrias possibilita que a organização se mantenha no processo de luta por um projeto popular de mudança. Ele ainda afirma que o FINAPOP alcança investidores conscientes e que isso pode significar uma ruptura com essa mentalidade de acumulação:

E tem investidor que quer investir no projeto que ... um projeto social, porque a sociedade está mudando, né? Então tem novas perspectivas, né? E talvez um cara que tenha essa mentalidade investe um dinheiro lá, no banco ou no fundo, não sei das quantas lá... Faz investimento. Não sabe se está financiando, o próprio agronegócio está incentivando, o trabalho escravo, a arma [...], entendeu? (Edson, 2024)

O entrevistado buscou, portanto, referendar a utilização do FINAPOP como um instrumento de fomento às cooperativas e às agroindústrias do MST como um caminho para a ampliação das iniciativas do movimento com o objetivo claro de consolidação de um projeto popular de sociedade. Apesar disso, o entrevistado deixa claro que esse processo não está finalizado. Há referências constantes ao objetivo idealizado inicialmente, que é o que foi exposto, mas que o processo está aberto, não foi finalizado. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra é vivo e sujeito às contradições do mundo vivido, por isso, o que se pode constatar é que essa “ocupação” do mercado de capitais, supostamente, segue os mesmos princípios inaugurais do movimento que é a luta pela terra, pela reforma agrária e pela mudança social.

A fala do entrevistado se apresenta como um posicionamento lúcido sobre as possibilidades da “ocupação” do mercado de capitais por parte do movimento. Para o representante político do MST no Assentamento, todas as ações têm o objetivo de construção de um projeto popular voltado para a melhoria da vida dos trabalhadores do campo, mas que o movimento precisa se manter vigilante com relação aos seus princípios. Ele busca elucidar que o processo de desenvolvimento social do assentamento foi interrompido por mudanças em instâncias do poder público, o que impulsionou a organização para a captação dos recursos via mercado de capitais sem que isso significasse uma ruptura com os preceitos do movimento. Frente à realidade local, ao qual ele está inserido de maneira mais efusiva, ele afirma que o pilar da socialização precisa de maiores avanços, e o FINAPOP potencializando a cooperativa pode significar não só a possibilidade de ampliação dos espaços de sociabilidade para os já assentados no Eli Vive, mas significar a continuidade da luta por reforma agrária, a luta pela distribuição de terra para os que ainda não foram assentados ao redor do país.

7.2.4 *Entrevista 04: Flávia - Representante Política no Assentamento Eli Vive*

Flávia, ao contrário do outro representante político do Assentamento, iniciou a caminhada com o MST depois de constituir família. A participação no movimento não é muito longa, mas em pouco tempo Flávia ganhou importância e visibilidade dentro da organização do MST e atualmente é uma das responsáveis pelas tratativas estaduais do Paraná. A representante política do Assentamento Eli Vive contou o seu processo até a chegada ao nível estadual do MST, passando de uma integrante pouco envolvida com as atividades, para a de coordenadora de uma das brigadas do assentamento, rapidamente passou a acumular a coordenação de outras

brigadas, até assumir todo o assentamento, chegando, então, ao nível de representante estadual do movimento no Paraná.

Após explicitar sobre a sua trajetória interna no movimento, Flávia comenta sobre a importância da Cooperativa para os assentados ao dinamizar a produção e evitar os atravessadores, conseguindo maior renda para os assentados. “Ao trazer as cooperativas para dentro das áreas da reforma agrária, é uma forma de você, assim, trazer os próprios assentados se associem e ter mais qualidade na sua produção. Para trabalhar a agroecologia, preciso de uma ferramenta que também entenda o assentamento. (Flávia, 2024). A entrevistada ainda destaca a diferença das cooperativas do MST, como exemplo da COPACON, e as demais cooperativas que possuem maior preocupação com os lucros do que com os produtos ou com a distribuição desses recursos. “[As grandes cooperativas] têm consciência deles lá. Eles querem dinheiro e eu preciso do dinheiro, mas eu também quero cuidar da saúde. Eu também quero uma qualidade de vida melhor, né? Não só para minha família, mas para toda a sociedade que está no meu entorno, que é essa nossa luta.” (Flávia, 2024)

A agroecologia e o projeto de adesão total à produção orgânica foram reiteradamente citados pela entrevistada que destaca esses como um dos pontos que diferenciam a COPACON das demais cooperativas não vinculadas à reforma agrária. E ela admite que optar pela semente não transgênica e buscar reduzir os agroquímicos dá um retorno menor do que a produção totalmente tradicional, mas que o retorno “é saúde, é consciência de uma vida mais longa, melhor. Não é? Meus netinhos vão crescer saudáveis estudando na nossa escola, se alimentando da produção” (Flávia, 2024). Ela ainda ressalta os impactos positivos na consciência das demais gerações que têm contato com essa produção não tradicional, e que isso pode significar a formação de profissionais preocupados com questões para além dos retornos financeiros.

O processo decisório envolvendo a cooperativa também foi citado. A representante política do assentamento comentou brevemente sobre a assembleia que reúne os sócios para debate sobre a divisão das sobras: “aí, coletivamente, as famílias que são sócias, elas predefinem, né? Ó, sobrou tanto, então não vai investir na melhoria do Barracão do PNAE, que está pequeno hoje e nós precisamos ampliar aquele Barracão. [...] ou nós vamos melhorar na agroindústria, né? Ou é [...] fazer um escritório melhor, né?” (Flávia, 2024). E ela também citou a evolução do número de associados, e o impacto dessa intermediação que a cooperativa faz entre os assentados e o consumidor final, seja ele as instituições públicas ou o consumidor individual. A cooperativa beneficia o milho por meio da agroindústria, e recebe os alimentos como feijão, hortaliças e legumes para a comercialização.

Por fim, ela comentou, de maneira breve, sobre o FINAPOP. A entrevistada não chegou a comentar sobre a conjuntura política no momento de adesão ao financiamento. A referência que ela fez foi relacionada às dificuldades no momento de pandemia, que impactou na condição financeira como um todo envolvendo as famílias assentadas. Apesar de não citar diretamente a conjuntura de mudança do governo federal, a entrevistada afirma que essa ação deveria ser uma proposta governamental, que o poder público deveria investir nos pequenos como foi feito com essa proposta do FINAPOP. “Dizer que no momento que o FINAPOP chegou, num período que a gente estava passando por uma pandemia difícil, que estava nos matando literalmente, né? Nos matando! Foi um fôlego. Deu fôlego para a nossa cooperativa. É, ajudou a aguentar a pandemia passar.” (Flávia, 2024).

Com relação à estratégia, ela destaca a importância de ser um investimento coletivo onde qualquer pessoa, mesmo sem muitos recursos, pode investir. E que em virtude de ser um dinheiro que irá retornar ao investidor, as pessoas podem reinvestir para ajudar outras cooperativas do movimento.

A entrevistada buscou dar destaque ao impacto positivo que as iniciativas da COPACON, de maneira ampla, têm na vida do associado, e do assentamento. E que a cooperativa é uma “ferramenta fortíssima de conscientização e de valorização da nossa produção” (Flávia, 2024).

Para a Flávia, o FINAPOP surge para socorrer as famílias no momento de pandemia, finalizando o projeto de agroindústria e possui caráter popular, no qual todos podem participar do financiamento, que hoje atinge a COPACON, mas futuramente irá beneficiar outras cooperativas e outras famílias que estão nas mesmas condições.

7.2.5 Entrevista 05: Fagner e Lourdes - Representantes da COPACON

As entrevistas sintetizadas nesta sessão foram realizadas separadamente, mas estão reunidas para facilitar a compreensão sobre a relação da COPACON com o FINAPOP. Fagner desenvolveu um diálogo mais ampliado sobre a cooperativa e a relação com o FINAPOP enquanto Lourdes, que atua no Administrativo da Cooperativa, se concentrou na dinâmica burocrática envolvendo o FINAPOP. Ambos os entrevistados têm uma história de longa data no movimento. Fagner acompanha o movimento desde a sua infância. Segundo ele, os pais residiram em sítio arrendado até os seus 8 anos de idade, depois disso, mudaram para Curitiba, onde ficaram até ele completar 15 anos quando começaram a acampar em diferentes localidades junto ao MST. Isso de longou-se por 10 anos até o momento que chegaram ao assentamento Eli

Vive em 2010. Ele afirma que o movimento oportunizou a conclusão de um curso técnico em agroecologia, o que fez com que ele começasse a atuar no movimento na área de produção. Em parceria com os demais integrantes do movimento chegaram à conclusão de que a melhor forma de evitar os atravessadores seria via cooperativa. Inicialmente, sem uma agroindústria de beneficiamento, eles trabalharam na COPACON com venda de sementes via programas públicos de aquisição de alimentos.

Lourdes por sua vez também tem uma longa história com o MST. Ela afirma que está junto ao MST desde os 8 anos de idade quando os pais começaram a militar em 1989. Toda a sua atividade de atuação profissional foi dentro das áreas organizativas do MST. Ela cita ter concluído o curso em tecnologia em gestão de cooperativa com o apoio do MST em parceria com a Universidade de Mondragón e o Instituto Federal do Paraná. Depois de se formar, ela passou a atuar junto à COPRAN, a cooperativa vinculada ao Assentamento de Arapongas Dorcelina Folador. Lourdes atuou na COPRAN até o ano de 2020, quando veio definitivamente para o Assentamento Eli Vive participar da estruturação da Agroindústria da COPACON. O Assentamento Eli Vive é onde a entrevistada reside com o companheiro e o filho. A COPACON está lotada no Assentamento Eli Vive desde 2017.

Lourdes afirma ter sentido uma grande diferença entre uma Cooperativa já estabilizada com um alto faturamento próximo a R\$ 20 milhões e a realidade ainda inicial da COPACON que estava se estruturando e ainda não tinha a agroindústria funcionando totalmente. Ela afirma que participar desse processo de estruturação foi trabalhoso, mas que aos poucos a cooperativa foi se ajustando, viabilizando condições de trabalho, até a chegada dos recursos do FINAPOP que possibilitaram iniciar as atividades de maneira objetiva com o beneficiamento do milho.

Perguntado ao Fagner sobre a estrutura da cooperativa, ele cita as normativas legais que regem as cooperativas de maneira geral, comentou sobre a apresentação do desempenho da cooperativa, apresentação das sobras e da tomada de decisão coletiva com relação à destinação dos recursos entre outras decisões como a adesão de novos sócios, mudança do estatuto, entre outros assuntos discutidos em conjunto. Em resumo, Fagner disse que a cooperativa se estrutura em seis principais setores: Comercial, Administrativo, Tesouraria, Lavouras, Político e Recursos Humanos. Cada um dos setores possui um responsável que coordena as ações em cada uma desses setores organizativos.

Quando perguntado para Lourdes sobre a importância da cooperativa na vida dos associados a entrevistada afirma que a cooperativa “não tem razão de existir se não for para a melhoria econômica e social do sócio” (Lourdes, 2024). Ela cita também o valor agregado pela condição do milho comercializado pela agroindústria, chegando a 30% a mais em virtude de o

milho não ser transgênico. Em complemento, ela cita que quase a totalidade dos sócios conseguiu estruturar um espaço de moradia mais confortável, e que essa possibilidade de agregar valor via agroindústria e centralização das vendas privilegia o ganho dos associados proporcionando melhoria da qualidade de vida de maneira geral.

Fagner percorre caminho semelhante e afirma que a cooperativa possibilita a agregação de valor ao produto, e que o sócio recebe proporcionalmente mais do que se ele fizesse o processo sozinho. Além disso, Fagner também cita o valor extra de 30% pago pela cooperativa no valor do milho, e outras políticas de preço mínimo, que garantem um valor base independentemente do valor de mercado. O entrevistado afirma que para comercializar com a COPACON, é necessário ser sócio e, para ser sócio, é necessário possuir a documentação específica sobre o lote e ser um produtor familiar. Ele comenta que a propriedade não pode passar de 45 hectares, o que representaria, na cidade de Londrina, um pouco menos de 4 módulos fiscais. De acordo com a LEI N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006 (Brasil, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, é considerado um produtor familiar as propriedades com até 4 módulos fiscais. Segundo o entrevistado, nem todos os assentados do Eli Vive são sócios da Cooperativa, e essa é uma opção dos assentados de maneira individual.

Ainda, Fagner diz que a intenção é qualificar a produção do milho, e consolidar a totalidade da produção do assentamento como orgânica, que atualmente não são todos os produtores de milho que conseguem produzir no molde orgânico. Segundo o entrevistado, com os 120 produtores de milho do assentamento produzindo orgânico, a cooperativa viria a se tornar a maior produtora de milho orgânico da América Latina, o que ele admite ser uma iniciativa ambiciosa, porque requer investimento no manejo da produção, e por isso essa prospecção é para o ano de 2030. Assim sendo, o entrevistado ainda retoma a relação da cooperativa com a justiça social, e afirma que a COPACON possibilita a melhoria da qualidade de vida dentro do assentamento, mas também possibilita que o MST continue atuando junto aos que ainda não foram assentados e em busca da reforma agrária. “Nós só vivemos por causa disso, da reforma agrária.” (Fagner, 2024).

Ao ser questionado sobre o acesso ao FINAPOP, Fagner explica que essa era a única opção para conseguir os recursos para finalizar a agroindústria e passar a beneficiar o milho do assentamento. Ele conta ainda que existiram outros processos de financiamento envolvendo políticas do governo do estado do Paraná, mas que o modelo da política não priorizava a qualidade do que estava sendo comprado, o que inviabilizou a comercialização dos produtos. Ele diz que a Cooperativa havia participado de uma chamada pública para a entrega de uma

grande quantidade de produtos industrializados e por este motivo foram buscar maneiras de viabilizar o beneficiamento dentro da cooperativa. “Fomos pesquisar no mercado. Onde que nós íamos conseguir dinheiro, né? Nos bancos, só com garantia real, sabe? Garantia real, é aquele dinheiro que você tem que ter, você tem que ter máquinas, terrenos e tal, para você poder emprestar. E... chegamos no FINAPOP, né?” (Fagner, 2024).

Fagner ressalta que o FINAPOP não era a ferramenta ideal para as cooperativas do MST por conta do percentual de juros, o qual ele avaliou como uma taxa alta, valor que impacta a maioria das modalidades de investimento e financiamento no país. Lourdes também comentou sobre o valor alto dos juros que impactam diretamente no valor das parcelas mensais que a COPACON paga. Além disso, Lourdes destaca o processo demorado e exaustivo para conseguir captar recursos via FINAPOP. A entrevistada avalia que essa morosidade se deu em virtude da condição das cooperativas em território da reforma agrária. “Então assim, foi um trabalho bem árduo mesmo, é... se fosse uma empresa do mercado, que está no mercado normal, consolidado no mercado, aí... Eu acredito que não seria esse processo tão demorado assim, até que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizasse, a captação de recursos” (Lourdes, 2024).

A entrevistada, Lourdes, comenta que o FINAPOP ainda mantém relação com a GAIA, mas que atualmente o movimento possui uma pessoa jurídica que cuida das tratativas envolvendo os recursos do FINAPOP. A organização conta com equipe específica do MST e atualmente é possível retiradas rápidas de recursos para compor o fluxo de caixa das cooperativas. Fagner também cita a independência do FINAPOP como uma organização vinculada ao movimento com equipe capacitada para auxiliar as cooperativas na gestão dos recursos e apoio financeiro dentro das possibilidades da organização.

Ambos os entrevistados vinculados diretamente à COPACON foram questionados sobre o acesso ao mercado de capitais. O que isso significou para um movimento como o MST, e como isso pode aproximar o movimento dos objetivos organizativos traçados pelos militantes. Lourdes focou em explicitar sobre as dificuldades para compreender como que isso funcionaria na prática, como fazer a captação, e o que isso significa para o desenvolvimento da cooperativa, e até citou que a COPACON está buscando acessar recursos dos bancos públicos. No entanto, ela destaca que o acesso ao mercado de capitais via FINAPOP possibilitou finalizar a agroindústria o que modificou a dinâmica do assentamento, isso porque reduziu custos o que ampliou os ganhos dos sócios e assentados.

O entrevistado Fagner, por sua vez, vê o acesso ao mercado de capitais como uma possibilidade de um marco para o movimento e de independência frente às políticas públicas. Ele afirma que o FINAPOP é uma das ferramentas para uma sociedade mais justa,

agroecológica e orgânica, com acesso à educação para todos e distribuição de renda. Fagner fala que o acesso ao mercado de capitais pode significar o início de uma economia própria.

O entrevistado afirma que acessar essa ferramenta só foi possível por conta dos agentes externos ao movimento - Eduardo Moreira e João Paulo Pacífico - que perceberam determinada mudança na normativa que regula o acesso ao mercado de capitais. Fagner acredita que essa mudança teria como objetivo privilegiar as empresas convencionais e cooperativas tradicionais, no entanto abriu espaço para o MST acessar e segundo ele isso foi um tiro na água “porque eles estão investindo em quem eles mais odeiam. Quem não querem ver crescer. Porque vai destruir todo o pensamento do capital. Toda a ideologia de que eles são e que eles podem fazer, só eles que podem fazer, nós não podemos” (Fagner, 2024). Acessar esse espaço que, segundo o entrevistado, era direcionado apenas para os mais ricos proporcionou a ampliação dos horizontes o que deu visibilidade para a ação aumentando o número de pessoas que têm intenção de apoiar o MST.

A fala dos representantes da COPACON evidencia uma dificuldade de acesso à captação dos recursos via mercado de capitais, e que financeiramente não era a primeira opção em virtude da taxa de juros que significava uma imobilização de recursos, o que dificulta a gestão da cooperativa. No entanto, o investimento se mostrou uma ferramenta importante para a consolidação da agroindústria que alavancou os ganhos da cooperativa. Além disso, foi possível perceber uma visão mais ampliada sobre as possibilidades que essa ação pode significar para o movimento de maneira ampla. Essencialmente, o entrevistado Fagner ressaltou aspectos de uma nova sociabilidade com princípios que se assemelham ao que o próprio movimento diz buscar, que é a redução da desigualdade com acesso à terra, educação, e distribuição de renda. A fala do entrevistado não significa que este é o futuro do Movimento ou que o acesso ao mercado de capitais vai possibilitar a criação de “uma bolha dentro do capitalismo” como ele mesmo cita, mas o posicionamento do representante da cooperativa possibilita visualizar cenários ainda não colocados no panorama histórico do movimento, e apresenta possíveis categorias que podem auxiliar na compreensão do real.

8 NÓS PODEMOS SER UMA BOLHA DENTRO, QUE VAI CRIAR UMA NOVA SOCIEDADE

O processo dialético exige que o pesquisador fique atento a todos os elementos que se colocam na materialidade do processo histórico. A partir de uma análise preliminar é necessário que a construção teórica leve em conta um processo de reflexão sobre o observado e para tal é preciso um robusto cabedal teórico e de informações confirmadas na materialidade. (Faria, 2004). A partir desse movimento será possível elencar categorias já utilizadas ou até mesmo estabelecer categorias inéditas que irão possibilitar a construção teórica e o esclarecimento sobre o real, o qual é efêmero e ainda encontra-se em movimento, ou seja, não foi superado. Esse real possibilitará a construção teórica que não finda em si mesma, mas sim no processo histórico de superação das condições dadas pela materialidade. Isso significa que o que será aqui apresentado é limitado pela própria história. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra não findou. Um movimento múltiplo, amplo, que permanece atuante, de diferentes maneiras, há 40 anos.

O mesmo se aplica à estratégia escolhida pelo MST em acessar os recursos via mercado de capitais. Esse ato prático aproxima-o à uma nova encruzilhada política, pois pode significar um novo momento de independência das instâncias político-partidária-burocrática do estado brasileiro e construção de um novo momento de atuação para uma mudança estrutural, ou pode ainda significar uma ruptura completa com os preceitos originais da organização. Nenhuma das duas opções está determinada neste momento, o que é possível estabelecer é a abstração do concreto pensado. Esse estudo serve, portanto, como apoio para os seguintes momentos de estudo dos movimentos dialéticos na sociedade capitalista.

O que está colocado, portanto, é o movimento ambíguo de criação do fundo de investimento no mercado de capitais pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), e o que isso significa com relação ao posicionamento da organização frente aos processos de ruptura com o sistema capitalista. Isso foi realizado a partir de informações coletadas junto a uma das cooperativas que receberam recursos do fundo de investimento, a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon).

8.1 O CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Como apresentado no item três desta dissertação, o MST surge como agente de luta frente aos processos de exploração mais aflorados da história brasileira. A organização se mobiliza no momento final da ditadura militar tendo como pauta principal a distribuição de terra por meio de uma ampla reforma agrária, com o objetivo de dar condições de sobrevivência e melhorar a qualidade de vida do trabalhador do campo (Caetano, 2012; Fernandes, 1999; Nascimento, 2016). Considerando a realidade brasileira, explicitada no item dois deste trabalho, atuar como força política contra os grandes proprietários de terra e reivindicar reforma agrária se consolida como um posicionamento antissistêmico (Fernandes, 2020 [1974]), indo de encontro ao poder hegemônico constituído, apresentando-se como força de embate e de mudança.

Para tal enfrentamento, o MST sempre teve como principal ato político as ocupações de terras improdutivas, ou até mesmo a ocupação de espaços públicos. As ações tinham um caráter pedagógico a fim de evidenciar o estado de vulnerabilidade da população campesina e o não cumprimento das políticas direcionadas à reforma agrária. O marco legal na época de surgimento do movimento era o Estatuto da Terra, posteriormente, a reforma agrária virou pauta constitucional, item VII, capítulo III da política agrícola e fundiária e da reforma agrária:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (Brasil, 1988)

As ações de ocupação de espaços improdutivos, realizadas por movimentos que lutam pela reforma agrária, a exemplo do MST, precedem a constituição federal e a redemocratização, mas se mantiveram presentes mesmo depois de anos da redemocratização. Segundo o grupo REDE DATALUTA da UNESP (NERA, 2017) de Presidente Prudente, o MST acumulou entre os anos de 2000 e 2016 um total de 3.180 ocupações, contemplando 530.555 famílias assentadas.

A luta que o MST trava, portanto, é construída frente a estrutura específica de funcionamento do capitalismo brasileiro. A realidade nacional está distante da dinâmica do capitalismo avançado em países do norte global. Com uma economia fortemente dependente da produção não industrializada, realidade histórica que caracteriza o sistema econômico brasileiro (Marini, 2017; Cardoso; Falleto, 1975).

Não é, portanto, um capitalismo subdesenvolvido ou em desenvolvimento, ou como alguns preferem “pré-capitalismo”. A condição do capitalismo brasileiro e dos países do sul global a exemplo dos países latino-americanos, é o de “um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (Marini, 2017, p. 326).

A condição de subdesenvolvimento não está necessariamente vinculada a um estágio específico, mas sim à característica histórica e de função frente à configuração global do capitalismo, porque mesmo que isso signifique um desenvolvimento insuficiente das relações do sistema capitalista, “essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas” (Marini, 2017, p.326).

Cardoso e Falleto (1975) também dialogam sobre a necessidade de caracterizar o capitalismo das economias subdesenvolvidas não como um estágio, mas sim como característica da estrutura do capital internacional. Inclusive indicavam que as relações entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas se caracterizam, muitas vezes, como relações de dependência, evitando simplificações terminológicas entre os conceitos de subdesenvolvimento, periferia e dependência. Essas categorias são distintas e estão intrinsecamente relacionadas às características específicas de cada nação, considerando sua posição na estrutura do capitalismo global, e isso se consolida no momento de exportação dos bens primários em troca de manufaturas no momento de expansão das colônias ao redor do mundo.

[...] entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Entretanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. (Cardoso; Falleto, 1975, p.26).

No entanto, o que diferencia a teoria de Cardoso e Falleto para a descrição do capitalismo *sui generis* de Marini é a convicção dos dois primeiros sobre as possibilidades de superação dessa condição de dependência sem que isso signifique a substituição do sistema econômico vigente. Marini (2017) analisou a dinâmica comercial que caracterizava a troca entre os países dependentes da América Latina e os centros capitalistas europeus e sugere que a subordinação entre as nações independentes é o que consolida o funcionamento do capitalismo

global, por isso a superação da condição de dependência estaria atrelada também à superação do capitalismo.

Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 2017, p. 327)

A caracterização dos países latino-americanos em relação ao mundo capitalista globalizado é dada, portanto, a partir do aspecto periférico com relação à tomada de decisão, produção, consumo, e distribuição, e dependente com relação ao sistema político-econômico global. Quando se trata do Brasil, tem-se uma configuração atrelada à característica histórica de formação da nação, na qual uma elite agrária tem mantido seu poder desde a era colonial, com raízes na lógica escravocrata que persistiu mesmo após o surgimento do capitalismo brasileiro (Fernandes, 2020 [1974]).

Os teóricos do capitalismo dependente afirmam que a capacidade dos países latino-americanos de produzir alimentos foi essencial para a divisão internacional do trabalho. O fortalecimento da classe operária industrial nos países que passaram pela revolução industrial provavelmente não teria ocorrido se a produção de alimentos não estivesse sendo suprida, principalmente, pelos países latino-americanos (Marini, 2017). Ainda hoje isso se apresenta como uma realidade no mundo capitalista. A produção agropecuária do Brasil é uma das mais volumosas do mundo, o país está listado como um dos maiores produtores de alimentos (FAO, 2022). A alta escala produtiva nacional está intrinsecamente ligada a uma longa história de desigualdade na distribuição de terras no Brasil conforme apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Embora a produção e exportação de produtos alimentícios tenham sido, e ainda são, pontos de destaque nos países latino-americanos desde o início da divisão internacional do trabalho, seria simplista atribuir apenas essa função aos países de capitalismo dependente em relação ao modelo global de organização do capital. A condição de agentes explorados em contexto global coloca esses países como impulsionadores da superexploração do trabalho, permitindo que os países de capitalismo avançado transitem da produção de mais-valia absoluta

para mais-valia relativa, o que depende do aumento do grau de exploração, como sugere Marini (2017, p. 328)

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (Marini, 2017, p. 328)

Marini ainda afirma que a característica de dependência dos países latino-americanos possibilita esse deslocamento dos países de capitalismo avançado para a mais-valia relativa, ao passo que os países dependentes são atingidos com uma realidade de aumento da exploração do trabalhador.

o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (Marini, 2017, p. 328)

A condição de superexploração se consolida em virtude da taxa reduzida de lucro dos capitalistas da periferia global, essa condição explica a “vocação” brasileira, ao agronegócio e à exploração de recursos naturais de maneira amplificada. A exportação é uma das ferramentas que possibilita que os retornos financeiros das classes dominantes permaneçam interessantes e viabilizem a divisão internacional do trabalho transferindo valores do sul para o norte.

a baixa da taxa de lucro nos países dependentes, como contrapartida da elevação de sua composição orgânica, se compensa mediante os procedimentos de superexploração do trabalho, ademais das circunstâncias peculiares que favorecem, nas economias agrárias e mineiras, a alta rentabilidade do capital variável. Em consequência, a economia dependente segue expandindo suas exportações, a preços sempre mais compensadores para os países industriais (com os efeitos conhecidos na acumulação interna destes) e, simultaneamente, mantém seu atrativo para os capitais externos, o que permite dar continuidade ao processo. (Marini, 2017, p. 349)

A condição de dependência e superexploração molda a contradição capitalista no território brasileiro, dando origem aos movimentos que lutam por uma reforma agrária nacional para a redução das desigualdades sociais no campo e produção de alimentos para consumo interno. Após a década de 1990 o MST se consolidou nacionalmente e passou a estar atuante em praticamente todas as regiões do país, mantendo-se ativo durante as discussões da

constituinte de 1988, e realizou em 1990 o Segundo Congresso Nacional do MST que contou com a participação de 5 mil delegados de 19 estados onde o MST estava organizado (MST, 2023).

8.2 AS ESTRATÉGIAS DO MST PARA SE MANTER CONTESTATÓRIO

O MST é uma organização que surge em meio “[...] às contradições de execução do projeto de modernização conservadora da América Latina” (Traspadini, 2022, p. 239). Esse projeto pode ser datado com início nos anos 1930 com a expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade (Traspadini, 2022; Fernandes; Welch; Gonçalves, 2012), a partir da promessa de um salto qualitativo com relação às condições de vida da população brasileira. O MST surge junto ao anúncio da ‘morte’ do mundo rural, encarnada na ideia de nascimento da modernização” (Traspadini, 2022, p. 239).

A gênese do movimento é de embate contra o instituído. O movimento inicia a sua trajetória com o apoio da igreja e atuou durante os primeiros anos de existência a partir de um posicionamento enfático por meio das ocupações de terras improdutivas (Traspadini, 2022; Fernandes, 1999; Caetano, 2012; Navarro, 1997). A vinculação à igreja católica ao passo que dava força organizativa em virtude de sua presença nacional e força, inclusive, financeira, fez com que o movimento estabelecesse alguns limites frente aos embates mais violentos. Com o crescimento da visibilidade e com o sucesso em algumas empreitadas, os dirigentes optaram por abdicar da “tutela” da igreja, traçando um rumo independente e cada vez mais ambicioso.

Quando o movimento cria independência à igreja, a organização passa a atuar de maneira ainda mais enfática a fim de evidenciar as desigualdades no campo, e para tal participava de ações mais radicais. O movimento buscou ampliar sua atuação, buscando alcance nacional como um movimento dos pobres do campo. Passou a atuar, portanto, no Estado de São Paulo e em estados do Nordeste, até que atingiu todos os estados do país em meados dos anos 1990 (Traspadini, 2022; Corrêa, 2024; Navarro, 1997).

O MST sempre pautou a sua atuação com a referência teórica e ideológica do marxismo/leninismo (ANDRADE, 2015), devido a esse motivo, o movimento foi interpretado como subversivo e, em virtude de suas ações confrontacionais, passou a ser visto como um grupo violento e perigoso. O que antes era considerado um movimento legítimo e moralmente aceito pela opinião pública passou a ser alvo de reprovação. Esse cenário também se aplicou a

pesquisadores, como Zander Navarro, especialista na causa camponesa, que se dedicou ao estudo dos pobres do campo e atuou de forma muito próxima ao MST.

Infelizmente, como é o caso de tantos movimentos e iniciativas populares que surgiram no Brasil, vencido o ciclo dos governos militares, raramente tem-se apostado na democracia, pois as agendas e os recursos retóricos, quase sempre, opõem-se a inimigos reais, mas de importância secundária, ou até mesmo concentram sua capacidade de pressão e de denúncia política a sistemas de dominação que, embora concretos, pouca proximidade tem com o imaginário popular. [...]. Não surpreende, portanto, a proliferação de um “radicalismo camponês”, que encontra campo fértil para ampliar-se quando confrontado com a espantosa história agrária brasileira, ambiente paradigmático do Brasil arcaico e de uma dominação oligárquica que torna infantil e absurdo o costume de oferecer a promessa de modernidade capitalista, ocasionalmente aventado por setores das elites brasileiras. (Navarro, 1997).

Em texto de 2010, Navarro afirma que o erro do Movimento foi não se formalizar quando havia espaço e apoio popular para tal em meados dos anos 1990, preferindo se manter em uma condição semiclandestina:

A marcha poderia ter produzido consequências de longo alcance, se a organização tivesse decidido se transformar em uma estrutura robusta para defender os interesses dos mais pobres do campo no Brasil. Seus dirigentes, no entanto, insistiam em seu status semiclandestino, um contraste bizarro com o restante da sociedade brasileira, então em curso um processo vibrante de democratização. Não é novidade que, a partir daí, os dilemas políticos enfrentados pelo MST se multiplicaram, pois essa antinomia política dificilmente poderia prosperar com os anos. (Navarro, 2010, p. 204)

Para Navarro a não institucionalização foi um lapso de oportunidade. Para Traspadini (2022), o movimento viveu seu melhor momento durante os anos 1990 saindo de uma condição intimista e restrita ao campo para uma organização com visibilidade e potência nacional importante para o processo de reivindicação popular por mudanças estruturais. O MST de 1990 apresenta-se, portanto, como de fato “contestatório ousado e representante de uma nova fase de lutas aberta no campo e na cidade por todo o Brasil” (Traspadini, 2022, p. 240-250).

O que para Navarro fez com que o Movimento perdesse apoio público foi, propriamente, a sua radicalização. No entanto, Traspadini (2022) possui uma interpretação diferente e que enfatiza que essa reprovação por parte da opinião pública se consolida a partir de um processo de criminalização do movimento via meios de comunicação tradicionais que, em disputa ideológica, construiu uma perspectiva do movimento como uma organização atrasada, de uma pauta esgotada e retrógrada; no entanto, o que ainda se tinha era uma outra face que também reverberou no imaginário nacional, o de “trabalhadores sem terras em longas marchas, em que a história contemporânea da luta dos trabalhadores do campo ganhou as ruas

das cidades e dos territórios e, através do debate e da solidária relação estabelecida, colocou-se em debate o modelo de desenvolvimento.” (Traspadini, 2022, p. 252).

Os posicionamentos apartados de Navarro e Traspadini parecem estar distanciados em virtude de concepções de sociedade e das soluções dadas por cada indivíduo. Enquanto Navarro parece confiar nos processos institucionalizados, Traspadini se posiciona como uma defensora da ação popular de ocupação e contestação e se necessário uma atuação enfática o que muitas vezes significa confrontacional. Este trabalho possui maiores afinidades com o posicionamento de Traspadini.

Para Traspadini (2022) e Corrêa (2024), o MST começa a desviar dos seus princípios justamente quando se alinha ao que Navarro diz que seria o mais adequado, que é o processo de institucionalização. Apesar de ainda hoje o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra não ser uma organização formalizada com qualquer registro de pessoa jurídica ou qualquer procedimento burocrático-legal de institucionalização da organização, esse processo se deu a partir da adesão partidária ao partido trabalhista quando este chega ao governo federal. “Com a mudança de governo - do PSDB para o do PT -, o MST deixa de lado a perspectiva de enfrentamento [...] e, na construção da aliança governamental, cria novos sentidos de organização social sem luta à espera das políticas sociais para o campo” (Traspadini, 2022, p. 254).

A práxis do MST não é linear, como não o é nada na história da sociedade. O processo é efêmero e constantemente se rearticula frente às condicionantes presentes na atualidade. Isso fica muito evidente na história do movimento. Um primeiro momento de flexibilidade frente às contradições do capitalismo foi a não imposição do modelo coletivista de propriedade, o que para os líderes inaugurais era de extrema importância (MST, 1986b), passou a ser considerada como uma construção de longo prazo. Desta maneira, o que se tinha em suas primeiras cartilhas educativas do movimento era a imposição da lavoura coletiva, pois o formato não isolava os trabalhadores do campo e a força coletiva seria importante para a manutenção das conquistas. “Cada família mora em pequenos lotes onde planta o que quer, mas as lavouras maiores são feitas em conjunto. Essa forma de organizar a posse da terra é a mais segura para o agricultor. Dessa forma ninguém vai expulsá-lo da terra, nem o banco, nem o latifundiário, nem as doenças na família, nem as pragas da lavoura” (MST, 1986b, p. 12-13). Ao longo do processo contraditório de construção do movimento, esse posicionamento se tornou flexível, os líderes perceberam que a imposição do formato poderia ser um problema prático de manutenção da organização, isso porque os trabalhadores rurais preferiram abandonar o movimento a seguir a proposta de coletivização do espaço de trabalho (Andrade, 2015). A lógica que o movimento

considerava individualista, em certa medida, prevaleceu. No entanto, o que as cartilhas apresentavam era um posicionamento claro de que a imposição não seria uma prática, mas que a cooperação teria que ser incutida na mentalidade dos trabalhadores do campo.

Não visamos adequar a produção agrícola dos trabalhadores que decidiram se cooperar à economia mercantil capitalista. Temos consciência de que necessitamos acumular trabalho, portanto capital, para garantir a nossa sobrevivência e para financiar a luta pela transformação da sociedade, através: da liberação de quadros políticos para o processo de transformação global (20), da participação nas lutas: do auxílio econômico às organizações de luta; da prestação de serviço às lutas e à formação (alimentação, transporte) Temos que ter clareza de que não conseguiremos resolver todos os nossos problemas no capitalismo. Para nós a cooperação agrícola é uma forma de resistência, assim como a luta pela reforma agrária também é. Temos que assumir de que estamos inseridos dentro de uma sociedade capitalista internacionalizada e de que não (...) [nos] é possível criar espaços socialistas dentro dela, porque nos isolaríamos do conjunto da sociedade ou, no mínimo, nos isolaríamos do mercado através da comercialização direta com algum grupo urbano. Mesmo no capitalismo é possível melhorar a produção e a produtividade do trabalho e, em algumas regiões ou linhas de produção, até podemos competir e assim resgatar o argumento econômico da reforma agrária, mas o nosso objetivo é resistência ativo ao capitalismo e não competição (MST, 1993, p. 29).

O posicionamento do movimento em sua cartilha de 1993 mostra certa sobriedade ao compreender que o processo de ruptura com o sistema capitalista não é possível sem que a organização se fortaleça com os ferramentais disponibilizados pelo próprio sistema, ou seja, acúmulo de trabalho, por meio da produção de riqueza de maneira coletiva, por meio da cooperação.

O MST trilhou um percurso envolto a inúmeras “encruzilhadas” como sugere Traspadini (2022). O movimento surge em meio à forte repressão da ditadura militar, com uma proposta intimista, e vinculado à Igreja Católica. O grupo se fortalece com a massa dos trabalhadores do campo, expande suas potencialidades durante a década de 1990. Já em um país redemocratizado, esbarra em governos “democráticos” alinhados com a proposta neoliberal. Ao final da década de 1990, vive a Encruzilhada de Eldorado dos Carajás, ou o massacre de Eldorado dos Carajás no qual os trabalhadores do campo foram assassinados pelo Estado “democrático”. Um total de 21 manifestantes foram mortos pela polícia no Estado do Pará. Os militantes do MST estavam obstruindo uma rodovia próxima ao município de Eldorado dos Carajás e o poder público decretou a desobstrução da via. A polícia então atuou com armamento letal, ocasionando a morte dos militantes do MST. O episódio é um marco na história do movimento, e em todos os meses de abril, os militantes intensificam suas ações, principalmente de ocupação, no que eles nomeiam de Abril Vermelho.

Durante toda a década de 1990 a militância permanece atuante. Com a possibilidade de eleição do partido dos trabalhadores, identificam a possibilidade de melhoria das condições para a reforma agrária. Momentos antes da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, o MST cresceu de maneira acelerada, pois vislumbrava a tão sonhada reforma agrária transversal em todo o Brasil e uma ruptura com os grandes proprietários de terra. Não aconteceu.

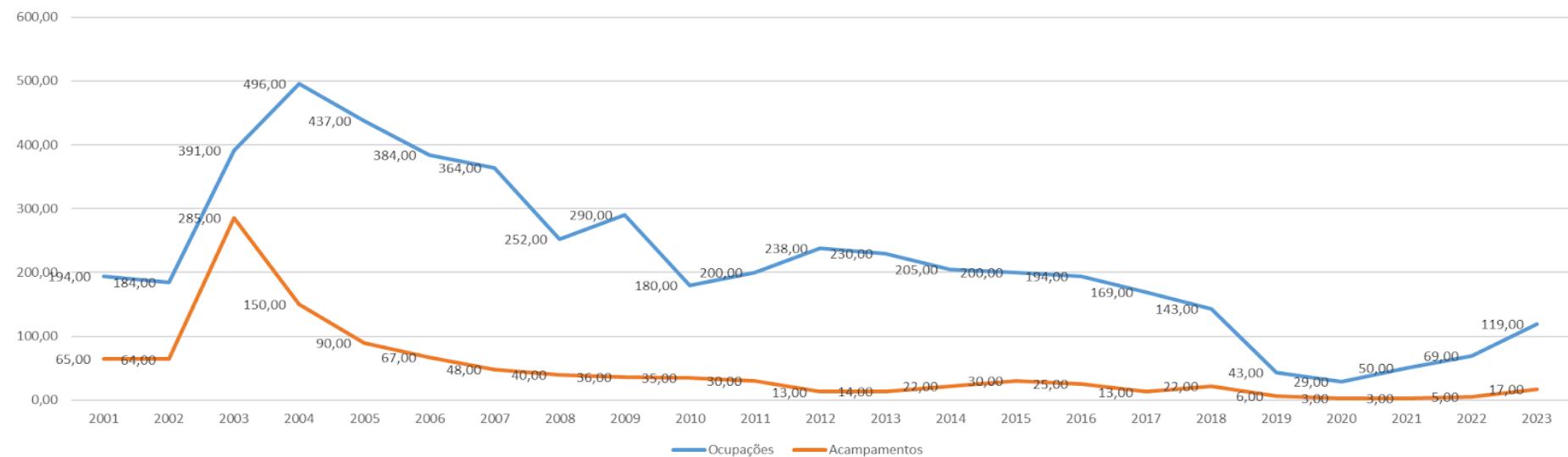
Durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores, os Assentamentos foram formalizados, as políticas públicas se avolumaram, os recursos públicos foram distribuídos aos pobres do campo (De Conti, Roitman, 2011; Grisa *et al*, 2022; INCRA, 2024). O que não significou nenhuma revolução no campo, ou na forma de produzir alimento no país, nem mesmo uma mudança da vocação exportadora do país (FAO, 2022; IBGE, 2020), isso porque os grandes produtores do agronegócio também receberam a sua parte das políticas públicas (Xavier, 2021 Souza, Ney & Ponciano, 2015).

O MST, portanto, parece assumir outra postura. Ao passo que continuava a sua luta pela reforma agrária, optou por uma atuação mais próxima do institucionalizado, mais próxima das lógicas de mercado. Parece retomar o mesmo posicionamento de 1993 quando afirmava que não seria possível vencer o capitalismo sem a principal ferramenta do sistema que é o capital.

Com base no acompanhamento que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) faz anualmente, as ocupações e acampamentos se comportam de forma semelhante ao que sugere Traspadini (2022) e Corrêa (2024), com um aumento característico em 2003, se mantendo alto durante os anos seguintes, primeiro mandato do presidente Lula. No segundo mandato de 2007 a 2010 é possível perceber uma redução no número de ocupações e acampamentos. A partir de 2011, já no governo da presidente Dilma, os números se mantêm abaixo do padrão dos governos Lula, e a partir de 2017, Governo Temer, esse número reduz drasticamente, e entre 2019 e 2022, governo Bolsonaro, a quantidade de ocupações e acampamentos é muito baixa. Quando o Partido dos Trabalhadores reassume em 2023 o número de ocupações e acampamentos se modifica com um crescimento no número de ocupações e acampamentos. A visão macro apresentada pela CPT engloba uma diversidade de segmentos, dentre estes estão: os trabalhadores do campo, os sem-terra, os integrantes de movimentos de sem-terra, indígenas, quilombolas, entre outros atores sociais que também buscam reivindicar via ocupação e acampamento, o que está representado no gráfico 09. No gráfico 10 foi apresentado o número de ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) durante

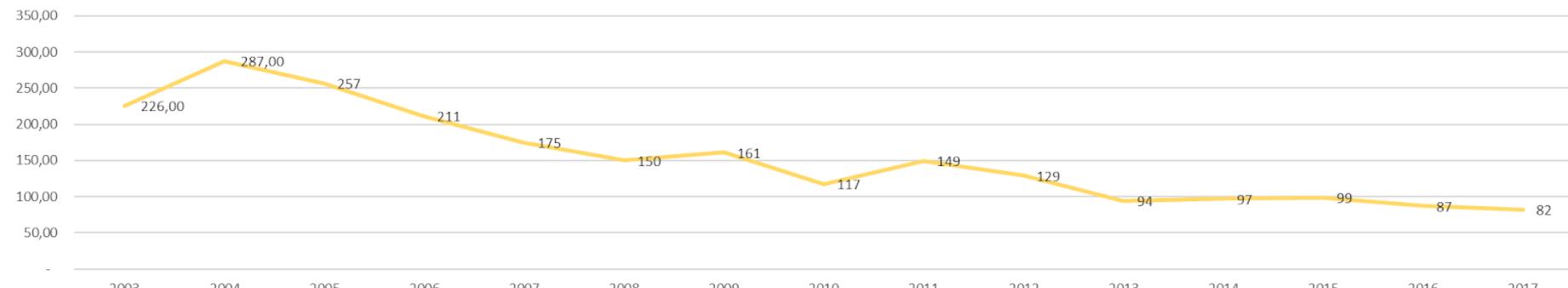
o período de governo petista (2003 até 2017). A partir de 2017 a CPT não identifica quais organizações estão envolvidas na ocupação em questão.

Gráfico 9 - Total de Ocupações e Acampamentos registrados pela Comissão Pastoral da Terra



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT (2001-2023)

Gráfico 10 - Total de Ocupações que o MST participou registrados pela Comissão Pastoral da Terra



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT (2003-2017)

A redução do número de ocupações ao longo do período histórico recortado (2003-2023) sugere um novo formato de atuação da militância, inclusive essa informação esteve presente em entrevistas. Dorival comenta que a partir de meados dos anos 2000 e início de 2010 o movimento optou por um processo de desenvolvimento dos assentamentos. Outro entrevistado, comenta que após a formalização do assentamento em 2010 os assentados do Eli Vive esperavam ansiosos por um “salto de qualidade [...] O assentamento vai estruturar, vai ter casa, vai ter energia, vai ter crédito, vai ter estrada, vai ter tudo, escola. Então em 2016 é interrompido com aquele golpe da Dilma, vem Temer aí a pauta da reforma agrária vai caindo, vem o Bolsonaro detona” (Edson, 2024). A estabilização e o aumento da qualidade de vida dos já assentados e de estruturação das cooperativas e agroindústrias está colocado como uma das estratégias definidas pela organização para o período.

Segundo o apontamento dos entrevistados, o fortalecimento das cooperativas e, por conseguinte, dos assentamentos se coloca como uma forma não só de otimizar a qualidade de vida dos assentados, mas também de manutenção da pauta de revolução campesina, com aumento do número de assentamentos, o aumento do número de famílias assentadas, e continuidade da luta por reforma agrária.

O que o movimento tenta, de maneira pública e na construção interna direcionada aos líderes integrados ao movimento - o que se evidencia no processo de entrevista dos integrantes do assentamento Eli Vive - é a manutenção da proposta de revolução no campo, o que fica claro com a fala dos entrevistados:

Nós temos 3 objetivos. Vocês devem saber dos três “luta pela terra”; “A luta pela reforma agrária” e a “luta pela transformação social”. São os três objetivos do MST. Já definido no primeiro encontro nacional, em 1984, em Cascavel, né? Então, O MST. Nós, seguimos esses três. Nossa baliza de ação de tudo e qualquer decisão, e do nosso *fazimento*, ele vai em cima desses três objetivos. Nós nunca vamos abrir a mão pela luta pela terra, a não ser que se realize a reforma agrária no Brasil, depois de amanhã, que não está colocado. (Dorival, 2024)

Primeiro aspecto, para nós, que a terra ela tem valor de uso. Na reforma agrária, a terra tem valor de uso. Como ela é um bem comum, um bem da natureza, ela não é mercadoria. Então ela tem o de uso, por isso que nós defendemos o uso da terra de forma comum e coletiva. O segundo aspecto é: ela tem que estar na perspectiva de resolver problemas estruturais. Esse bem comum. Olhar para a perspectiva que não é mercadoria, ela tem que cumprir sua função social, ela tem que estar numa perspectiva de resolver problemas estruturais da sua sociedade. E no caso do Brasil, é a fome, é o desemprego, que são problemas estruturais que nos acompanham, toda a nossa trajetória. Então, a reforma agrária popular, que tem a terra, a democratização da terra como um dos elementos principais, ela tem que olhar a perspectiva do

equilíbrio, do equilíbrio ambiental, da produção de alimento e o desenvolvimento das forças produtivas (Darío, 2024)

Três pilares importantes ali [no plano de desenvolvimento do assentamento], né? Que são: pilar da cooperação, que é essa questão da cooperativa. [...] Aí tem esse pilar da educação, que é outra parte de formação humana e reprodução da vida. E essa formação intensa mesmo, de consciência de classe, tudo mais, né? E esse outro pilar que é a vida social, né? [...] esse Pilar do social, que eu imagino que as pessoas sem convivência social se tornam um lixo, né? Isso é, as pessoas que não têm convivência social, vão se isolando da sociedade e vão ficando. Então, e vai dando isso, né? Vai dando depressão, vai dando um monte de coisa que a gente vê aí na sociedade. (Edson, 2024)

Mas nós temos consciência que é o investimento que precisa ser investido, para nós, fazer uma nova revolução agrária, que seja numa condição de produção de alimento saudável, é evidente que o FINAPOP ele é insuficiente. [...]. Nós vamos continuar como movimento social, fazendo luta, pressionando para que tenha também o Estado brasileiro consiga aplicar muito dinheiro para poder transformar. (Celso, 2024)

A cooperativa nasceu, é fruto dessa luta [por justiça social]. Então, nada mais claro do que manter isso como objetivo. [...] Nós ajudamos na parte cultural, ajudamos na parte educacional, libera gente para estudar, libera gente para trabalhar. Então, nós só vivemos por causa disso, da reforma agrária. (Fagner, 2024)

A práxis de estruturação dos assentamentos não se apresenta como inércia, mas sim como estratégia de fortalecimento frente às contradições do sistema para que, a partir dos ferramentais disponíveis no Capital, seja possível manter as pautas de mudança social e estrutural na sociedade brasileira e principalmente para os pobres do campo. O cenário não parece materializar um processo de arrefecimento puro e simplesmente por uma mudança da vocação da organização, mas sim um momento de demarcação do ‘até onde’ o movimento chegou com suas ações combativas, para que seja possível dar continuidade à luta por uma reforma agrária transversal. Para isso, é necessário sobreviver ao sistema, com as ferramentas do sistema.

Desta forma, a condição de existência do MST significa que a organização é viva e as contradições do sistema econômico vigente impulsionam os atores sociais para situações de construção e reconstrução do entendimento sobre as condicionantes que os moldam. Neste sentido, como Traspadini (2022) aponta:

O MST não é vítima nem vitimador. É sujeito político e histórico produtor e reproduutor de diversas práticas em um tempo de indefinições que exigem outros pactos, novas propostas e históricos projetos de classe. Se tomarmos como base a história do Movimento, verificamos o quanto a violenta estrutura do capital no continente consolidou uma permanente opção pela conciliação, em vez do enfrentamento. A cultura do medo, da acomodação, é capaz de silenciar

a ofensiva libertadora inerente à condição de luta entre as classes. Nesse processo, de medo e freio, fica notória a condição dominante do capital para além dos marcos conjunturais, dado que está introjetada, como raiz estrutural, no próprio horizonte de luta da classe trabalhadora (Traspadini, 2022, p. 259)

O MST é, portanto, produto dialético de um capitalismo dependente, onde a superexploração se apresenta como elemento intensificador das contradições sistêmicas e cíclicas. Não se têm no horizonte caminhos palpáveis de superação das condições de exploração. Isso se dá em virtude da especificidade do capitalismo *sui-generis* latino-americano, o que significa uma vinculação forçada à lógica global de funcionamento do capital. Dessa forma, a desigualdade na troca dos bens de consumo e da matéria-prima entre países periféricos e centrais do capitalismo evidencia o processo de apropriação da mais-valia - parte da produção social dos países periféricos - por parte das economias centrais e reforça a superexploração da força de trabalho (Traspadini, 2022; Marini, 2017).

Em comparação aos países de capitalismo avançado, a reforma agrária é uma pauta já superada, mesmo que muitas vezes realizada a partir de uma perspectiva capitalista. A grande maioria dos países do norte global implementaram alguma forma de reforma agrária (Leite; Ávila, 2007). O Brasil também formalizou, em sua constituição, uma proposta de reforma agrária nacional, no entanto, sua implementação não se efetivou. O que se tem é mais próximo de uma política de assentamentos sociais (Stedile; Fernandes, 1999; Coca, 2013) no qual o governo federal desapropria espaços improdutivos para quem está requerendo esse espaço para produção, o que legitima as ações do MST no campo. O lugar do qual parte o MST é, portanto, anterior ao da discussão sobre a superação do capitalismo, ele se localiza no processo ainda de superação das condições de superexploração para um mínimo de avanço das condições de vida.

8.3 AS AMBIGUIDADES DO MST FRENTE ÀS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO BRASILEIRO

A trajetória do movimento, conforme apresentada até aqui, pode ser sintetizada a partir de três momentos históricos específicos, a partir de suas práxis em relação à condição política do país (Traspadini, 2022).

Quadro 1 - A práxis do MST ao longo dos 30 anos

1985-1995	1995-2000	2000-2015
Práxis de resistência e libertação: Centralidade da Ocupação	Práxis reflexiva e produtiva: Centralidade da Ocupação- Formalização	Práxis institucionalizada: Centralidade da institucionalização

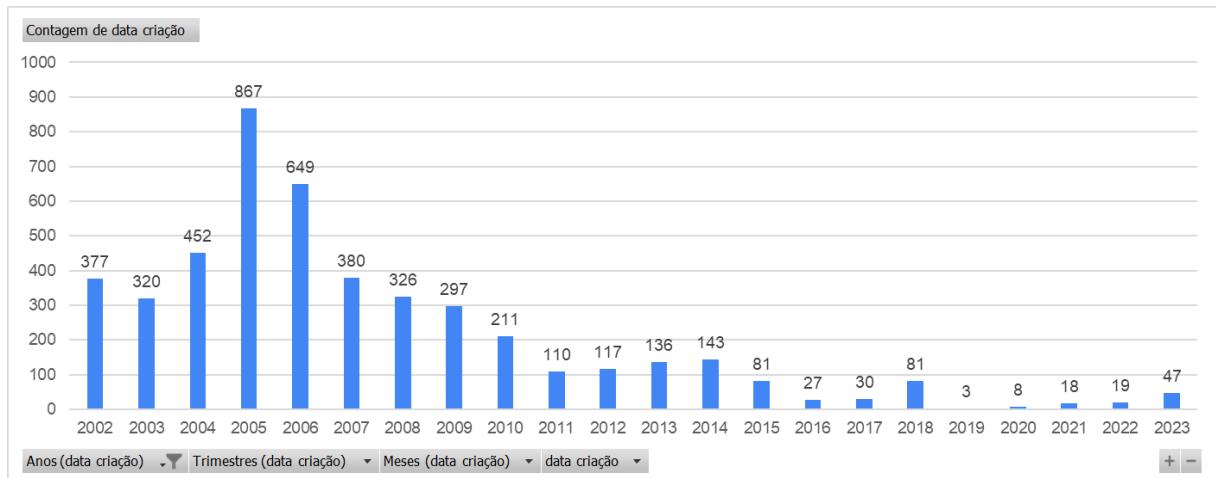
Fonte: Traspadini, 2022, p. 263

A última fase do movimento sugere uma mudança da dinâmica de atuação, com objetivos claros de fortalecimento e criação de real independência frente ao capitalismo dependente brasileiro, no qual os líderes do movimento demonstram conhecimento sobre suas nuances. Isso fica claro em uma entrevista concedida por João Pedro Stédile ainda antes da ascensão do PT, em 1999. Na entrevista, ele afirma que o objetivo do MST não é uma reforma agrária nos moldes capitalistas, mas sim uma proposta de desapropriação regionalizada para que essas terras sejam distribuídas para as famílias sem-terra. Para Stedile o modelo capitalista se configura com uma distribuição da terra para “os camponeses transformando todos em pequenos produtores autônomos. Com isso se gera um enorme mercado interno produtor de mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor” (Stedile; Fernandes, 1999, p. 157). Já o modelo defendido pelo MST passa por um por um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem-terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil. (Stedile; Fernandes, 1999, p. 159).

Em virtude da condição dependente do país, e consequente desenvolvimento tecnológico acelerado no campo, faz-se necessário não só a democratização da terra, mas também do Capital. Desta forma, é necessário que essa população tenha acesso a “crédito subsidiado, para que possam não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização, enfim, que se democratize também a propriedade dos demais meios de produção e comercialização.” (Stedile; Fernandes, 1999, p. 161).

O que sugere Traspadini (2022) com a apresentação das práxis do movimento é um percurso que caminha em paralelo até o encontro característico com o Partido dos Trabalhadores (PT). Isso se consolida porque o MST anseia por uma vitória eleitoral da classe trabalhadora do campo e da cidade. Veem no PT a possibilidade clara de reforma agrária ampla e uma revolução geral para a classe trabalhadora. Em 2003 os movimentos, crédulos no governo trabalhista, se movimentam e ocupam terras improdutivas e requerem a reforma agrária. Somando todos os movimentos de luta no campo e outros setores, o número de ocupações, segundo os dados da CPT, sai de 184 ocupações registradas em 2002 para 391 em 2003 e em 2004 chegam a 496 ocupações, maior número de ocupações registradas entre 2002 e 2023. Essa mobilização não fez com que a reforma agrária se consolidasse. Em contrapartida, os assentamentos sociais são formalizados. Esses assentamentos acessam políticas públicas nunca antes acessadas, ou acessadas com pouca efetividade.

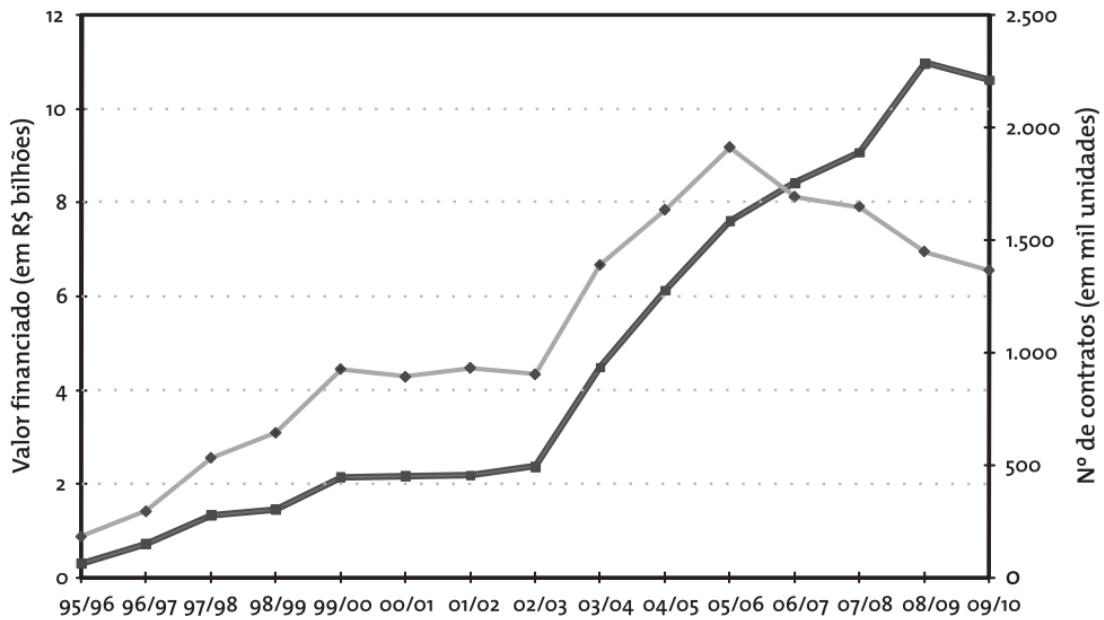
Gráfico 11 - Número total de Assentamentos Criados - INCRA



Fonte: INCRA (2021)

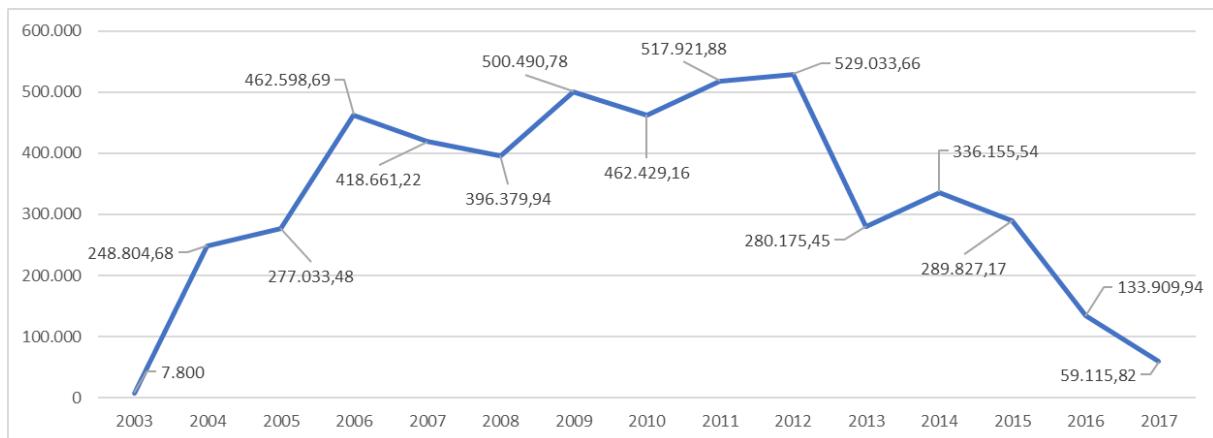
O número de assentamentos formalizados pelo governo federal explode em 2005, ano seguinte ao grande número de ocupações, número que se reduz ao longo dos anos, chegando a apenas 3 em 2019, primeiro ano do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Gráfico 12 - Pronaf: valor financiado e número de contratos – anos-safra 1995-1996 a 2009-2010



Fonte: Base de dados do Crédito Pronaf – SAF/MDA (DE CONTI, ROITMAN, 2011)

Gráfico 13 - Toneladas de alimentos adquiridos via PAA (2003-2017)



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Grisa *et al*, 2022

Duas políticas importantes para os assentados da reforma agrária - PRONAF que é o acesso à crédito dos pequenos e médios produtores rurais; e o PAA que é a Política de Aquisição de Alimentos que direciona a compra de alimentos via agricultura familiar - tiveram incremento relevante durante os anos de atuação do partido dos trabalhadores. Como apresentado nos gráficos acima, existe um aumento no direcionamento de recursos para essas políticas durante os anos do governo trabalhista. Apesar de não representar uma revolução popular ou a conquista da reforma agrária almejada pelos movimentos, esse momento possibilitou o fortalecimento dos grupos organizados, que durante as décadas do partido trabalhista tiveram acesso às políticas públicas para a melhoria das suas condições de vida. Assim como reconhece Traspadini (2022):

Na ação dentro da ordem, o pouco que ganhou neste governo foi expressamente superior às gestões anteriores Programa de Aquisição de Alimentos; Minha casa, minha vida; acesso a vários editais públicos vinculados à reforma agrária (residência agrária) e às demandas das mulheres e da juventude; editais de inserção dos militantes dos movimentos sociais camponeses nas universidades e em cursos de capacitação [...] (Traspadini, 2022, p. 374)

E complementa:

O período de governabilidade do PT contribuiu para o Movimento se burocratizar. Institucionalizou suas pautas à custa de inúmeras negociações de recursos com o Governo Federal. Os Congressos V e VI do MST foram um exemplo da relação direta entre a produção de suas pautas nacionais e o patrocínio do Governo Federal. A autonomia financeira e política, base sobre a qual o Movimento ancorou historicamente seus princípios e valores, foi substituída pela dependência e defesa de uma gestão de governo (Traspadini, 2022, p. 374)

O que se viu foi os barracos de lona preta se transformarem em casas de alvenaria organizadas e bem estruturadas, assentamentos com estradas, saneamento básico e escolas construídas pelo estado.

Corroborando com a postura de reivindicação de políticas públicas, o MST afirma no ano de 2013 em seu texto preparatório para o VI Congresso Nacional que o programa de Reforma Agrária Social defendido não é um programa socialista, isso porque o movimento não conseguia visualizar a pauta como sendo uma preocupação atual do Estado brasileiro, e que uma reforma agrária socialista “exige a execução de políticas de um Estado socialista” (MST, 2013, p. 32). Apesar disso, o movimento diz acreditar em um modelo superior de socialização da produção, dos bens da natureza, e uma diferente relação social entre os cidadãos brasileiros (MST, 2013). As pautas sugeridas no documento em questão, estabelecem inúmeras exigências a serem feitas para o Estado, algumas como: exigir a adoção de políticas que garantam o acesso dos camponeses à água; exigir proteção dos aquíferos e bens naturais; exigir que o Estado garanta por meio de empresas públicas de abastecimento como a CONAB a compra de produtos alimentícios dos camponeses; exigir do estado políticas de créditos e financiamentos subsidiados e pesquisas que aumentem a produtividade do trabalho no campo; exigir do Estado políticas que impulsionam a produção de maquinário e equipamento agrícola que atendam aos pequenos agricultores; exigir do Estado programas de distribuição e produção de sementes; exigir do Estado o fomento e a instalação de empresas públicas e cooperativas de camponeses para insumos; exigir que o Estado invista em instrumentos de garantia de preços para os agricultores, seguro rural e assistência técnica; exigir do Estado políticas públicas que dê acesso aos meios de produção para a população do campo; exigir do estado reestruturação da pesquisa agropecuária para que ela seja direcionada para a agroecologia; e exigir do Estado apoio na educação da população do campo (MST, 2013).

Apesar do volume de reivindicações direcionadas ao Estado instituído, algumas das principais pautas apresentadas no congresso de 2014, estavam presentes nos primeiros encontros, como: impedir a concentração da propriedade privada; estabelecimento de tamanho máximo de propriedade da terra; eliminação do latifúndio; garantia da função social do uso, posse e propriedade da terra; entre outras, o que é referendado por Traspadini (2022). No entanto, para a autora, o movimento passa a ser agente apático, e pouco contestatório. Para a autora, o MST aderiu ao PT e não ousa fazer críticas realmente enfáticas (a autora comenta que as críticas existem, mas que são contidas). O que não necessariamente seja falso.

O apoio do MST ao Partido dos Trabalhadores é público. Os militantes se posicionam em defesa do partido em diferentes ocasiões. Inicialmente, esse apoio surge com uma esperança

de rompimento com o instituído (Traspadini, 2022, p. 351). Ao longo do processo, esperava-se que o MST, percebendo que as mudanças estruturais não se consolidariam, romperia com o partido trabalhista. No entanto, isso não aconteceu. O movimento aderiu publicamente ao partido dos trabalhadores como um aliado frente à ordem.

O MST não parece esperar por uma revolução socialista por parte do partido dos trabalhadores, isso fica claro no texto síntese do sexto congresso nacional. A organização espera políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população do campo. Durante as aproximações realizadas na pesquisa, os militantes se colocam ansiosos por políticas públicas a fim de alavancar as estruturas dos assentamentos, com crédito, políticas de compras públicas, políticas habitacionais, entre outras possibilidades de incremento da condição de sobrevivência ao sistema.

O MST estava presente antes do Partido dos Trabalhadores chegar ao poder, quando foi combatido de maneira violenta pelos governos neoliberais. O MST estava presente durante o governo do Partido dos Trabalhadores, e a reação do Estado frente às ações combativas mantivera o nível de violência, como é comum ao estado burguês (Traspadini, 2022). Entretanto, o acesso a políticas públicas passou a existir. A passos lentos foram amplificando a formalização dos assentamentos sociais e a melhoria da qualidade de vida nesses espaços direcionadas à reforma agrária (De Conti, Roitman, 2011; Grisa *et al*, 2022; INCRA, 2024). O MST ao longo dos anos de Partido dos Trabalhadores reduziu a constância de suas ocupações de terras improdutivas. Porém, ao longo desses anos o movimento passou a organizar agroindústrias e cooperativas com potencial de fortalecimento no mercado interno. Assim como o MST esteve presente antes do PT e durante o PT, a organização também vivenciou o PÓS-PT (a partir de 2017) e o Estado se manteve violento, talvez com maior constância, como é possível conferir no quadro abaixo, no qual os conflitos por terra se avolumaram após 2018.

Quadro 2 - Conflitos no Campo - Comissão da Pastoral da Terra

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Conflitos	1.399	1.380	1.636	1.524	1.567	1.963	2.130	1.838	2.050	2.203
Assassinatos	37	50	64	72	30	32	21	36	47	31
Pessoas Envolvidas	747.483	783.046	878.193	817.062	1.002.899	945.003	942.826	925.043	923.556	950.847
Hectares	27.681.086	42.104.746	41.677.135	46.278.981	47.970.546	60.053.784	79.485.787	74.645.855	81.243.217	59.442.784

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno – CPT (2023)

Em entrevista aos integrantes do MST concedida à revista ‘Valor Econômico’, a afirmativa dos representantes do movimento foi a de que era preciso recuar com relação às ocupações justamente por conta do posicionamento do governo:

Nossa prioridade política em 2019 não foi ocupação de terras, foi a venda direta de alimentos por meio das feiras”, afirma Kelli Mafort, integrante da coordenação nacional do movimento. As feiras da reforma agrária ocorrem regularmente em 15 cidades. Embora fosse uma tendência, o ajuste de foco foi aprofundado com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência - na campanha, ele defendeu que o MST fosse tratado como organização terrorista. A avaliação da coordenação do MST é que, se o movimento tivesse reforçado invasões neste primeiro ano do novo governo, teria provocado respostas violentas no campo por parte de forças de segurança. E que expor famílias sem terra a esse risco não valeria a pena. (Moura; Souza, 2019)

Além disso, registrou-se o retrocesso com relação às políticas públicas direcionadas à reforma agrária (Grisa *et al*, 2022). As secretarias foram esvaziadas, o direcionamento dos recursos foi reorganizado, e a proposta se apresentou como desmonte, justamente, das políticas direcionadas à reforma agrária (Grisa *et al*, 2022), o que não atingiu somente o MST.

O cenário de 2017-2022 teve como protagonista a extrema direita que assumiu o poder, além disso, a população mundial vivenciou uma grande pandemia que modificou toda a conjuntura global. As ações de ocupação de terra nunca foram tão reduzidas (CPT, 2024). O principal motivo que se evidenciava era o de oposição, dos então governantes, aos movimentos sociais do campo. Nesse sentido, o risco da repressão violenta se mostrava mais provável do que os possíveis avanços com assentamentos e políticas para a população rural.

Esse processo de ruptura da continuidade das políticas públicas é o que justifica o acesso ao mercado de capitais por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Uma contradição evidente, mesmo porque o MST é um movimento de atuação disruptiva e estaria se valendo de uma ferramenta do sistema capitalista, organizada pela burguesia financeira (Chesnais, 2016).

8.4 BUROCRATIZAÇÃO INSTITUCIONAL E CAPITALISTA OU UMA NOVA PRÁXIS?

Esse novo momento, posterior à institucionalização sugerida por Traspadini (2022), pode significar o fim do movimento com relação às suas pautas originais ou um caminho para a independência das políticas de estado e uma retomada das ações de maneira autônoma.

Retomando o recorte temporal das fases do MST ao longo da história: 1985-1995, momento de embate inicial, intimista; 2000-2005, momento de ocupação e formação; 2000-2015, momento de institucionalização. Durante o primeiro e segundo período o MST se fortalece enquanto projeto de ruptura com o instituído, expande pelo país, e se apresenta como força contra-hegemônica que tem como proposta a ocupação de terras improdutivas para

evidenciar a necessidade de redistribuição das terras, e mudança estrutural na sociedade brasileira.

Fortalecido, o movimento apoia a via progressista eleitoral, com a esperança de mudanças práticas via Estado, o que não acontece. O que se materializou foi a implementação de políticas que garantissem o acesso às condições mínimas de existência e de manutenção da vida no campo. O MST passa então por uma nova etapa, a de estruturação dos aspectos sociais internos. Investe em agroindústrias e cooperativas, essa opção passa a dar mínima independência ao movimento que apesar de requerer políticas públicas, cria novas fontes de sustentação para embate com o instituído. As ocupações e as manifestações continuam acontecendo, em menor frequência, e as cooperativas se estruturam, as agroindústrias se fortalecem e se tornam organizações com autonomia financeira. Com essa estrutura construída, o movimento passa a necessitar menos do Estado, apesar de se manter firme em seu papel de solicitar por políticas públicas.

Durante o momento de ‘institucionalização’, é possível destacar exemplos de consolidação do movimento enquanto força política, mas também econômica e, portanto, minimamente autônoma. O MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico do país (Lemos, 2022; Anghinoni; Portela; Diel; Zang; Silva, *et al.*, 2020; Zang; Martins; Portela; Diel; Anghinoni, 2020). Um exemplo localizado no norte do Paraná, a COPRAN, recebeu recursos públicos para estruturar uma grande agroindústria de beneficiamento de leite que em 2023 completou 10 anos e, segundo a fala do representante da COPRAN, durante visita ao assentamento, a cooperativa beneficia 35 mil litros de leite por dia, no portal digital da marca “Campo Vivo” a produção diária é de 40 mil litros de leite em 2024. Ainda, é possível resgatar entrevista concedida pelos integrantes do MST à revista Valor Econômico onde são apresentados os volumes financeiros movimentados por diferentes cooperativas ligadas ao MST:

Um dos maiores grupos ligados ao MST, a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste), de Santa Catarina, faturou entre janeiro e outubro deste ano R\$ 223,9 milhões com leite e derivados. Sediada em São Miguel do Oeste, é dona da marca Terra Viva e tem no portfólio leite UHT, queijos, doce de leite e creme de leite, entre outros.
[...]

No Rio Grande do Sul, a Cooperativa de Sucos Monte Vêneto, que fabrica suco de uva com o mesmo nome, teve faturamento de R\$ 15 milhões de janeiro a outubro. Fundada por integrantes do MST e com sede em Cotiporã, na Serra Gaúcha, produziu 4 milhões de litros em 2018, volume que deverá se repetir neste ano. “Somos 440 sócios e compramos uva dos assentados e de pequenos agricultores”, diz Cedenir de Oliveira, presidente da cooperativa e assentado ligado ao movimento.

[...]

Também em solo gaúcho, a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Cootap) faturou de janeiro a outubro cerca de R\$ 20 milhões com vendas de arroz agroecológico. O produto se tornou um dos cartões de visita do MST. Uma das marcas comerciais do arroz do MST é a Terra Livre. “São 20 mil toneladas por ano de arroz sem adubo químico e sem pesticidas, e esse volume nos coloca como os maiores produtores de arroz agroecológico da América Latina”, afirma Milton Fornazieri, do MST.

[...]

Com o aumento do número de famílias assentadas, produção e venda de alimentos cresceram e se transformaram: no início, a oferta abastecia os próprios assentados; depois passou a ser vendida em feiras e para atravessadores; e desde o início dos anos 2000, além da venda direta, vem se estruturando em cooperativas, com frotas de caminhões próprios e grandes contratos de fornecimento. Segundo o MST, arroz já foi exportado para Uruguai e Alemanha e, para a França, açúcar mascavo e cachaça. (Moura; Souza, 2019).

E por fim, é possível citar a COPACON, que teve acesso a políticas públicas, apesar de drasticamente atingida pelo processo de ruptura com a eleição da extrema direita. No entanto, foram as políticas como o PAA e políticas do governo estadual que começaram a dar corpo para a cooperativa que viria a consolidar a agroindústria agregando recursos próprios, recursos do governo estadual e os recursos do FINAPOP. Segundo os dados disponibilizados pela Cooperativa o faturamento saiu de aproximadamente 2 milhões de reais no ano de 2019 para aproximadamente 11 milhões de reais em 2022.

O processo de fortalecimento dos assentamentos via cooperativa e agroindústria congrega o desenvolvimento financeiro mantendo a proposta formativa, educacional para as novas gerações, além disso, busca consolidar em suas lavouras a produção orgânica e não transgênica.

O MST se manteve aliado a um agente político-partidário de importância no campo progressista e se valeu dessa parceria para se fortalecer enquanto organização nacional criando, aos poucos, independência. Atualmente, é difícil separar o MST das políticas do Partido dos Trabalhadores, no entanto, o que parece avizinhar é um processo de maior independência a partir da sua solidez financeira.

Assim como o capital possui sua frente extraparlamentar, o trabalho também necessita dessa frente, uma força popular que não atue necessariamente via parlamento institucionalizado. Apesar da clara proximidade, o MST é agente apartado do parlamento e do governo federal. Apesar de atuar de maneira colaborativa com o partido trabalhista, mantém o seu fluxo de sobrevivência constante. Se fortalece, se estrutura e aos poucos pode vir a se consolidar como uma real força extraparlamentar vinculada ao trabalho.

O partido trabalhista, como sugere Mészáros (2010), é um agente da ordem. Por este motivo, não é possível conceber a superação do capitalismo via parlamento ou via ação partidária em uma democracia burguesa. Mészáros (2010) vai dizer que os partidos trabalhistas podem, até mesmo, ser considerados inimigos da superação do capitalismo em virtude de suas pautas conciliatórias, fazendo com que as relações contraditórias sejam disfarçadas, diminuindo a possibilidade de uma união dos trabalhadores. Logo, o autor sugere uma frente de atuação extraparlamentar, baseada no trabalho, que se contrapõe à frente de atuação extraparlamentar baseada no capital.

A identificação desse ponto de inflexão não significa dizer que o MST é o poder extraparlamentar do trabalho, mas sim um dos atores. Em uma outra perspectiva, o MST pode vir a se tornar uma organização que realmente atua contra as suas pautas originais, e acabe por se tornar um agente extraparlamentar do capital, o fim da história não está dado.

Isso quer dizer que o MST se fortalece com o apoio dos partidos progressistas, mas que isso não significou uma suspensão total de suas ações e de sua atuação junto aos pobres do campo. O fortalecimento dos assentamentos e das cooperativas e agroindústrias evidenciam uma estratégia de construção de autonomia, que pode vir a se transformar em uma ruptura com as pautas originais ou um retorno à reivindicação mais efusiva por uma reforma agrária e uma mudança social estrutural. Mas o próprio MST já admitiu em 2013 que a revolução socialista não está dada no horizonte e não é o MST o único responsável por fazer isso acontecer.

Quando os autores, nostálgicos por um movimento de contestação física, questionam a decadência do MST com relação às ocupações, faz-se necessário perguntar: Quais seriam as alternativas que o movimento teria? Como assentar mais famílias a partir de ocupações de terras improdutivas se os assentamentos conquistados não dessem o mínimo existencial? Como angariar recursos para que essas mobilizações fossem realizadas? Como, efetivamente, estruturar a cadeia produtiva dos produtos agrícolas sem estrutura de crédito e infraestrutura de escoamento? Questiona-se ainda: a realização das ocupações em massa ao longo de todo o país garantiria a reforma agrária popular? Como disse um dos entrevistados: um grupo de militantes gritando ‘socialismo já’ faria com que o socialismo fosse implantado? Como viabilizar a ruptura com o sistema se nem mesmo sobreviver às condições precárias da vida rural é possível?

As provocações feitas acima, não buscam sugerir a necessidade de uma burocratização dos movimentos sociais, mas evidenciar os elementos práticos de um processo de ruptura. Não se deve aderir ao estado burguês de maneira indiscriminada como a solução para a classe trabalhadora, no entanto, é necessário que seja viabilizado um equivalente compensador das funções vitais da reprodução individual e social, o qual não necessariamente será um novo

estado pós-capitalista (Ribeiro, 2014). É necessário que o processo se consolide ao longo do território até a tomada real de uma nova sociabilidade.

As políticas públicas não vão possibilitar a superação do capitalismo, mas elas demarcam momentos históricos de conquista e é por este motivo que se faz necessário agentes extraparlamentares baseados no trabalho, para que as políticas públicas compensatórias não só signifiquem puro assistencialismo conciliador. Como se manter relevante durante 40 anos? Resposta: com reivindicações ao Estado moderno, ainda necessárias. A estrutura mínima foi conquistada com as lutas na terra, mas também com a conquista de políticas públicas, e isso não significa uma adesão conciliadora, mas sim uma adesão estratégica para viabilizar as funções vitais dos indivíduos.

Acessar o mercado de capitais por parte do MST pode vir a ser o pior momento do movimento ou se transformar em uma ferramenta importante na construção de uma ‘comuna’ realmente contestatória. Mas esse é um caminho tortuoso. O movimento necessita de organicidade e clareza em seus objetivos, e precisa visualizar o futuro com base no coletivo. Na construção coletiva, na estruturação da base como elemento de decisão.

8.4.1 Poder Extraparlamentar do Trabalho: FINAPOP como alternativa autônoma e construção de uma nova *práxis*

A preocupação de Traspadini (2022) com relação ao MST vai ao encontro do que Mészáros (2010) trata como um dos problemas da sociedade capitalista moderna, que são os partidos trabalhistas que se apresentam como aliados da classe trabalhadora, no entanto atuam como integrantes da ordem e direcionam seus esforços para manter o sistema funcionando sem muitas alterações práticas na vida do trabalhador. A realidade analisada por Mészáros (2010) é a europeia, com específico destaque ao partido trabalhista inglês que foi eleito como representante dos trabalhadores e se mostraram apenas mais um dos elementos constituintes da lógica capitalista. O que se aplica também, segundo o autor, na Alemanha, França e outros países europeus. Traspadini (2022) comprehende que a realidade brasileira não é diferente da que foi apresentada por Mészáros com relação à Europa, para a autora, o Partido dos Trabalhadores participou da eleição com um apelo disruptivo, e atuou dentro da ordem. Essa dinâmica pode se apresentar como ainda mais problemática quando se considera que os aspectos conciliatórios podem fazer com que a própria classe trabalhadora se frustrre com a

dinâmica adotada, abrindo espaço para experiências populistas radicais com apelos conservadores perigosos, como foi o caso do Brasil na eleição de 2017.

O filósofo húngaro acredita que a alternativa para a superação do capitalismo não está na via eleitoral, mas sim na autogestão e atuação coletiva dos produtores associados, no entanto, é evidente que as ferramentas do Estado serão necessárias durante o tempo de organização.

A alternativa necessária ao sistema parlamentar está em íntima associação com a questão da verdadeira participação, definida como autogestão plenamente autônoma da sociedade pelos produtores livremente associados em todos os domínios, muito além das restritas mediações (obviamente ainda necessárias durante algum tempo) do Estado político moderno. (Mészáros, 2010, p. 16)

A realidade brasileira, narrada por Traspadini (2022) em sua análise ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, evidencia a derrocada dos partidos de esquerda em uma democracia burguesa. O que fica evidente durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil é que as políticas compensatórias, como já era previsível, não modificaram a estrutura de exploração dos trabalhadores, ou a configuração nacional perante a lógica internacional do capitalismo.

O país se manteve em sua trajetória de capitalismo atrasado, com grande dependência de exportações e do capital transnacional. Nem mesmo os processos de modernização forçada fizeram com que o setor industrial ou de serviços se aprimorasse a fim de modificar a condição de economia explorada perante os países centrais do capitalismo, não que este fosse o propósito primeiro do trabalhismo. A proposta ‘neodesenvolvimentista’ do Partido dos Trabalhadores, o qual se transveste de propostas cepalinas da época de Celso Furtado, não se distancia de uma continuidade da proposta neoliberal, sem que o nacional desenvolvimentismo fosse realmente retomado como fonte de estruturação da economia local (Traspadini, 2022). A proposta cepalina, a qual é defendida na proposta petista de desenvolvimento, propõe um processo contínuo, e acaba por ignorar a dependência como elemento complementar do capitalismo global (Marini, 2017; Traspadini, 2022).

Essa é a herança que perpassa a existência do MST, contradições e desdobramentos do imperialismo e do capitalismo dependente, que moldaram a organização que precisa compreender em sua práxis qual o percurso para a continuidade da proposta socialista (Traspadini, 2022).

Entre esses dois séculos, o capitalismo dependente estrutural revisitado deu passos da fase neoliberal de Cardoso rumo à continuidade neoliberal das gestões petistas disfarçadas no adjetivo de nacional desenvolvimentista pelo

PT. Neste então, os levantes dos governos "progressistas" na América Latina apresentaram, na cotidianidade das resistências no continente, a possibilidade concreta de construção de outro projeto necessário e possível. Em especial pelo papel histórico que representou a vitória do PT em 2002, momento em que as expectativas dos movimentos sociais latino-americanos desenharam uma esperança de mudança em meio a um cenário internacional pouco provável de execução de alguma alternativa para além do capital, haja vista as novas formas da ofensiva do capital de burlar sua tendência estrutural à queda da taxa de lucro. (Traspadini, 2022, p 285)

Qual é, portanto, o caminho para a transição de um sistema de exploração da massa trabalhadora para uma nova sociabilidade onde se estabeleça uma lógica diferente da qual reina no mundo atualmente? A democracia burguesa não se apresenta como verdadeiramente democrática. Qual será o caminho alternativo, então? O Movimento dos Trabalhadores Rurais se apresenta como a solução milagrosa para a superação da condição de exploração de toda a massa trabalhadora do campo e da cidade? Ou o MST teria se tornado um representante pró-forma dos trabalhadores do campo, e atuam apenas como parte do parlamento burguês? O MST abdicou da luta por reforma agrária por uma trajetória institucionalizada? O posicionamento do MST é apenas uma forma de se manter atuante e relevante enquanto agente propagandista do Partido dos Trabalhadores? A superação das dificuldades do povo do campo, acabaria com o motivo de existência do movimento? Essas são questões difíceis de serem respondidas sem que a história finde. É possível antecipar que o MST não é o agente que irá reunir os elementos necessários para uma superação do capitalismo dependente brasileiro. No entanto, pode se apresentar como agente extraparlamentar importante para que isso se torne real. Mas não pode ser único.

As mudanças estruturais, como sugere Mészáros, não virão pelo domínio político institucionalizado via democracia burguesa. Isso porque o "capital é a força extraparlamentar *par excellence* da nossa ordem social e, ao mesmo tempo domina completamente o Parlamento enquanto, fingindo ser simplesmente parte dele [...]" (Mészáros, 2010, p.25). Rafael de Souza, em análise a Mészáros, vai dizer que para "combater a força extraparlamentar do capital, só a força extraparlamentar do trabalho, organizado em um movimento de massas renovado, última chance da humanidade frente ao seu momento mais crítico." (De Souza, 2014, p. 27). Essa dicotomia entre uma força extraparlamentar do capital e outra do trabalho vai ao encontro do objetivo deste trabalho que é o de compreender os motivos e implicações da criação de um fundo de investimento por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essa iniciativa coloca o movimento como um possível agente extraparlamentar do capital, ou significa o início de um processo - mesmo que contraditório em sua concepção por estar vinculado a uma ferramenta normalmente utilizada para acúmulo de capital - de aprendizado

sobre como ‘comandar a riqueza’ (Mészáros, 2010), ao passo que o faz de maneira coletiva com base nos resultados do trabalho social? Mészáros sugere, justamente, que a sociedade capitalista moderna vive esse dilema essencialmente:

O capital não pode abdicar de seus - usurpados - poderes de produção social em favor do trabalho, nem pode compartilhá-los com ele, graças a algum pretenso mas totalmente fictício "compromisso político", na medida em que eles constituem o poder global de controle da reprodução societária sob a forma da "dominação da riqueza sobre a sociedade". Por isso, é impossível escapar, sob o domínio do sociometabolismo fundamental, à severa lógica de "um ou outro". Para tanto, ou a riqueza, sob a forma do capital, continua a comandar a sociedade humana, levando-a aos limites da autodestruição, ou a sociedade de produtores associados aprende a comandar a riqueza alienada e reificada usando os poderes de produção resultantes do trabalho social autodeterminado de seus membros individuais - mas já não mais isolados. (Mészáros, 2010, p.39)

Retomando, portanto, a fala dos integrantes do movimento que possuem relação aproximada com uma das cooperativas do MST que foi beneficiada com os recursos do FINAPOP, os entrevistados apontam de maneira praticamente unânime que o FINAPOP não era a primeira opção para a organização. Todos os entrevistados afirmam que as políticas públicas deveriam cumprir o papel realizado pelo instrumento do mercado de capitais criado pelo movimento. No entanto, o que fica evidenciado é que a transformação qualitativa das cooperativas, por meio da criação de agroindústrias e por meio da utilização de recursos financeiros para fluxo financeiro, fortalece as organizações que estão inseridas no mercado por meio dos processos de comercialização e geração de renda aos associados de maneira prática. Esse processo de fortalecimento das cooperativas possibilitado pelo FINAPOP se apresenta, na fala dos entrevistados, como uma forma de continuidade das propostas originais do MST.

Os representantes nacionais do movimento que participam das entrevistas viram o processo de arrecadação de recursos via mercado de capitais como uma ferramenta necessária para a continuidade da proposta de fortalecer os assentamentos em vista da conjuntura política que inviabilizou as políticas direcionadas aos trabalhadores do campo. Dário e Celso, dois representantes nacionais do movimento, defenderam a continuidade da utilização da ferramenta do capital financeiro com contínua pressão aos poderes instituídos por políticas públicas que concretizem uma revolução no campo. “Nós vamos continuar como movimento social, fazendo luta, pressionando para que tenha também o estado brasileiro consiga aplicar muito dinheiro para poder transformar.” (Celso, 2024). Essa revolução no campo defendida pelos entrevistados sugere a mudança em como o setor agrário se configura com relação ao meio ambiente, e principalmente com a distribuição de terras aos pequenos produtores. Os entrevistados veem a

terra não como mercadoria, mas como um bem coletivo o qual deve ser gerido, portanto, de maneira coletiva, e o trabalho no campo deve atuar de maneira cooperativa se valendo do avanço tecnológico para trazer eficiência para o trabalho.

O terceiro representante nacional entrevistado, Dorival, reitera que o FINAPOP surge em virtude da conjuntura política que impossibilitou a continuidade de uma iniciativa estabelecida pelo movimento que seria o de fortalecimento dos assentamentos. A partir do segundo mandato do presidente Lula, que se iniciou em 2007, o MST passou a atuar de maneira a estruturar os assentamentos. Essa decisão de desenvolvimento dos assentamentos corrobora a tese de que a organização reduziu a sua atuação confrontacional e passou a atuar por políticas públicas, no entanto, tanto o processo de manifestação e ocupação como o de desenvolvimento do assentamento aconteceram em paralelo, com a preocupação principal, naquele momento, de fortalecimento do já conquistado.

O entrevistado é pragmático ao explicar sua interpretação sobre o acesso ao mercado de capitais via FINAPOP. Ele retoma os pilares do movimento que são a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, e para o alcance desses objetivos é preciso que os assentamentos estejam estruturados o suficiente para que os que ali residem tenham condições de sobrevivência e qualidade de vida, e para tal, é necessário ter recursos. O alinhamento político por mudança é indispensável para a consolidação das demandas, mas sem as condições práticas para efetivamente se posicionar politicamente a partir de ações programáticas de luta, não será possível alcançar os objetivos e para isso é preciso desenvolver o Brasil, desenvolver a economia, é necessário capital.

O posicionamento do entrevistado vai ao encontro da proposta nacional-desenvolvimentista, semelhante à ideia original de desenvolvimento da CEPAL, de investimento interno na indústria gerando assim progresso técnico e produtividade (Colistete, 2001), reafirmando sua similaridade com a teoria keynesiana (Fonseca, 2000; Vaz; Braz, 2020), o Estado teria importância relevante nesse processo. A proposta é também defendida por parte dos teóricos aderentes ao PT (Traspadini, 2022).

Para o representante nacional, a opção pelo FINAPOP foi providencial. No entanto, ele entende que essa era uma função do Estado, inclusive a título comparativo, o militante cita a experiência do governo da China que, segundo ele, investe no mercado interno, e essa forte atuação do Estado no país significa um processo longo rumo ao socialismo. Dorival ainda ressalta o processo de construção do socialismo de forma gradativa e lenta, “Aquela militância mais apressada de querer ver o socialismo depois de amanhã. O socialismo, ele é construído ao longo do tempo” (Dorival, 2024).

O entrevistado parece depositar grande responsabilidade pela mudança estrutural ao que ele chamou de um “Estado Popular”. Afirma também que a utilização do mercado de capitais possui o objetivo de desenvolver os territórios da reforma agrária, possibilitando a geração de empregos no campo, a manutenção dos jovens junto aos territórios da reforma agrária e ressalta, portanto, que eles estão construindo a autonomia política e financeira, e que isso significa um caminho para o socialismo o que será construído a partir dos espaços, dos territórios.

O entrevistado segue um percurso de enaltecer a importância de uma mudança na lógica do Estado. Isso significa que o instituído deve assumir característica popular o que viabilizaria a mudança da estrutura social. No entanto, o entrevistado afirma que o Movimento constrói seu próprio caminho para o socialismo, se comportando como um agente independente ao poder instituído, pois se utiliza das dinâmicas disponíveis pelo estado, mas atua em paralelo com ações as quais eles avaliam que sejam o caminho para a mudança social.

Para Mészáros, o capital atua como força extraparlamentar dominando de maneira ampla todo o estado europeu via parlamento. Essa realidade, no entanto, não se altera no presidencialismo brasileiro, mesmo porque a composição das câmaras legislativas é de extrema importância para a tomada de decisão e implementação ou suspensão de políticas públicas.

Naturalmente, as mudanças fundamentais necessárias para assegurar e salvaguardar a transformação socialista da sociedade não podem se realizar dentro do domínio político tal como foi constituído e ossificado durante os últimos quatrocentos anos de desenvolvimento capitalista. Pois, o desafio incontornável a esse respeito exige a solução de um problema mais desconcertante. Ou seja, o capital é a força extraparlamentar *par excellence* da nossa ordem social e, ao mesmo tempo *domina completamente o Parlamento* enquanto, fingindo ser simplesmente parte dele, operando pretensamente em relação às forças alternativas do movimento operário numa base totalmente equitativa. (Mészáros, 2010, p.25)

E continua dizendo que seria ingenuidade acreditar na mudança via Estado, e por isso que é necessário uma condução popular e extraparlamentar com base no trabalho.

De fato, o Estado moderno, tal como constituído sobre o terreno material do sistema do capital, é o paradigma da alienação no que se refere aos poderes de tomada de decisão abrangente/ totalizante. Seria, portanto, ingenuidade extrema imaginar que o Estado capitalista pudesse entregar voluntariamente os poderes alienados de tomada sistêmica de decisão a qualquer ator rival que operasse dentro da estrutura legislativa do Parlamento. (Mészáros, 2010, p.41)

Retomando a fala dos entrevistados, o Estado é apresentado como de grande importância para a construção de uma nova sociabilidade (Dorival, 2024), no entanto, o representante nacional do MST cita a autonomia que vem sendo construída pelo movimento,

autonomia essa que é característica presente na história da organização, antes com as mobilizações mais efusivas de ocupação, depois com um posicionamento mais próximo do institucionalizado, e agora o movimento passa a acessar ferramentas novas que modificam a perspectiva de autonomia financeira, o que pode significar a consolidação do movimento como uma força extraparlamentar do trabalho, se distanciando das frentes institucionalizadas representadas pela aproximação aos partidos progressistas que chegaram ao poder, ou até mesmo, em uma ruptura total com os seus preceitos inaugurais, se associe à força extraparlamentar do capital. Nesse sentido, Mészáros (2010) vai retomar a proposta de que a ruptura não pode estar restrita ao âmbito político-partidário, o que não significa negar as limitadas benesses proporcionadas pelos partidos progressistas quando estão em momento de governo.

Por isso, o movimento em questão não pode ser apenas um tipo de partido político orientado para a obtenção de concessões parlamentares, que em geral são, mais cedo ou mais tarde, anuladas pelos interesses especiais da ordem estabelecida que também prevalecem no Parlamento. O movimento socialista não terá sucesso diante da hostilidade dessas forças a menos que se rearticule como um movimento revolucionário de massas, ativo de maneira consciente em todas as formas de luta política e social: local, nacional e global/internacional. Um movimento revolucionário de massa capaz de utilizar plenamente as oportunidades parlamentares quando disponíveis, ainda que limitadas nas atuais circunstâncias, e, acima de tudo, sem medo de afirmar as demandas necessárias da ação extraparlamentar desafiadora. (Mészáros, 2010, p.43)

A revolução para o representante nacional do MST, Dorival, é um processo longo e que um símbolo claro desse processo está na história do Assentamento Eli Vive, e em como esse espaço da reforma agrária evoluiu com o processo de luta dos trabalhadores do campo, até a consolidação da agroindústria como um marco importante na autonomia dos assentados, que viabiliza a continuidade da luta com os recursos que a cooperativa consegue arrecadar com a comercialização profissionalizada a partir de uma perspectiva coletiva.

O entrevistado local, um dos dois representantes políticos do MST no assentamento, aqui chamado de Edson, explica que o FINAPOP é também uma forma de dar fluidez às contas das cooperativas, com empréstimos para capital de giro e com apoio técnico na criação de projetos a serem implementados com apoio governamental e de empresas públicas. Como exemplo, ele cita uma proposta de apoio técnico que será financiado pela Itaipu. A condição de utilização dos recursos arrecadados pelo FINAPOP como capital de giro rápido também foi citada pela Lourdes, que trabalha no setor administrativo da cooperativa. Este aspecto do FINAPOP enquanto ferramenta de estabilização financeira das cooperativas evidencia uma

condição nova, o que se avizinha é um cenário de dinamicidade financeira que coloca a organização entre as duas possibilidades de participação das dinâmicas de controle sociometabólico sugeridas por Mészáros (2010), reprodução do capital, ou uma proposta hegemônica do trabalho:

Apenas dois modos abrangentes de controle sociometabólico são viáveis hoje: a exploração de classe da ordem de reprodução do capital - impõe a qualquer custo pelas "personificações do capital" - que miseravelmente traiu a humanidade, levando-a nos nossos dias à beira da autodestruição; e a outra, diametralmente oposta à ordem estabelecida: a alternativa sociometabólica hegemônica do trabalho. Uma sociedade gerida por indivíduos sociais com base na igualdade substantiva que lhes permite desenvolver todo o seu potencial humano produtivo e intelectual, em harmonia com os requisitos metabólicos da natureza, em vez de se inclinarem para a destruição desta, portanto deles próprios, como ainda acontece no modo de controle sociometabólico incontrolável do capital. (Mészáros, 2010, p.47)

Esse dilema foi citado pelo representante político do assentamento, Edson, que reitera as motivações do MST em acessar o mercado de capitais, “construção de um projeto popular de sociedade”, mas que o movimento precisa se manter vigilante e não se corromper durante o processo, mas o que se tem no horizonte é a construção de uma hegemonia popular de ruptura com a lógica atual do capitalismo.

A continuidade da luta, segundo o entrevistado Edson, perpassa o sucesso da cooperativa. A cooperativa se apresenta, portanto, como uma ferramenta de estruturação da luta por reforma agrária, viabilizando novos assentamentos, famílias assentadas e o aumento da capilaridade do movimento em todos os territórios e regiões que possuem potencial de mobilização e de distribuição de terras. Fagner, representante da cooperativa, também reafirma em sua fala que a cooperativa só existe por conta da luta pela justiça social. Segundo ele, a cooperativa possibilita uma melhoria na qualidade de vida dos assentados que são beneficiados diretamente, e são as cooperativas que possibilitam a continuidade das ações com o objetivo de requerer terra para quem ainda não está assentado.

A fala dos entrevistados evidencia que as ações que focalizam a reivindicação de políticas públicas não significam um ato de distanciamento das pautas originais do movimento em um processo de institucionalização acrítico, mas sim uma opção para estruturação e fortalecimento dos objetivos do movimento. Esse posicionamento é percebido no discurso dos militantes, o que não pode ser considerado como materialidade, no entanto a estruturação de uma ferramenta financeira que pode proporcionar sustentabilidade econômica às cooperativas possibilita dizer que o período que Traspadini (2022) vai nomear como *práxis de INSTITUCIONALIZAÇÃO* talvez não seja o mais adequado, mesmo porque ao que se

apresenta, o movimento não aderiu de maneira despretensiosa ao partido governista. Mészáros (2010) chamou de um posicionamento derrotista aderir ao instituído apenas com a pretensão de “ganhar força”, e o que se apresenta na história do movimento não é um ato simples de *desradicalização* em virtude da adesão ao instituído.

Pois a alternativa radical de fortalecimento da classe trabalhadora para se organizar e se afirmar fora do Parlamento - por oposição à estratégia derrotista seguida ao longo de muitas décadas até a perda completa de direitos da classe trabalhadora em nome do “ganhar força” - não pode ser abandonada tão facilmente, como se uma alternativa de fato radical fosse a priori uma impossibilidade. Especialmente porque a necessidade de ação extraparlamentar sustentada é absolutamente vital para o futuro de um movimento socialista rearticulado radicalmente. (Mészáros, 2010, p.35)

Os entrevistados também destacam como sendo essencial a característica acessível de investimento via FINAPOP. O instrumento não é direcionado apenas aos grandes investidores, mas pode ser utilizado por pequenos investidores que optam pelo MST em virtude das pautas defendidas pelo movimento.

Edson diz que essa condição é o diferencial da modalidade porque qualquer pessoa pode contribuir para o movimento, e ele ainda visualiza isso como uma possibilidade de que essa proposta de investimento atinja uma diversidade de pessoas que querem contribuir com um projeto diferente de sociedade. A fala da outra representante política do MST no assentamento corrobora a opinião de Edson. Flávia, deposita esperança no processo do FINAPOP, pois qualquer pessoa pode contribuir, inclusive os próprios assentados. A representante acredita que a ferramenta deve continuar ativa junto ao movimento porque o recurso investido retorna o que significa, para a assentada, ajudar os demais que ainda não estão na mesma condição: “Eu vou repor o dinheiro que eu peguei, porque supriu minha necessidade e vai suprir a outra. Tem outra pessoa, outra cooperativa precisando. Então eu vou sempre alimentar o sistema para não faltar aquele recurso, porque vai suprir aqui, vai suprir outra”. (FLÁVIA, 2024). Para a representante do assentamento, o FINAPOP não significa apenas investimento financeiro, mas sim a construção de uma ferramenta de reforma agrária, de produção de alimentos saudáveis de forma coletiva e transparente para os que participam desse processo:

É esse o significado não só do dinheiro em si. É o projeto do FINAPOP. É fazer você fazer parte dessa construção de projeto. ‘Todo aquele investimento está nisso’. E isso é: famílias se associando, ganhando corpo e ganhando visibilidade. E a comida de verdade está sendo mostrada. Então, e estou vendo o FINAPOP, não é só injetar dinheiro. Ele tem outro propósito, não é? Na minha visão, o propósito dele é esse. É te dar condições de você entender o

que é que vai ser feito. Vai ser investido na agricultura. No projeto da reforma agrária. E ele volta, o dinheiro volta e a tua consciência vai só ampliando junto. (Flávia, 2024)

O que parece reverberar entre os líderes do movimento é que o FINAPOP é uma ferramenta para a continuidade das ações do movimento. O FINAPOP foi a forma de manter a estratégia de fortalecimento das cooperativas do movimento, e com isso alavancar recursos que possibilitam que outras famílias sejam assentadas, e que o movimento ganhe a capilaridade necessária para uma mudança realmente estrutural.

8.4.2 A continuidade contestatória por meio de novas práxis

Como colocado anteriormente, Traspadini (2022) sugere a separação de momentos de práxis distintas por parte do movimento. Assim, de 1985 até 1995 a práxis do MST foi a de ‘resistência e libertação’ com a centralidade na ‘ocupação de terras’; de 1995 até 2000, a práxis que dominava o movimento era ‘reflexiva e produtiva’ centralizada em ‘Ocupação-Formalização’; de 2000 até 2015 a práxis institucionalizada que imperou, com a centralidade na institucionalização do movimento momento quando o movimento teve como parceiro o partido governista (TRASPADINI, 2022). Em uma interpretação com base na análise dos processos contraditórios do MST ao longo da história, sugere-se aqui outra configuração e nomenclatura.

A práxis do primeiro momento histórico se mantém igual ao sugerido por Traspadini (2022), de 1985 até 1995 práxis de resistência e libertação e centralidade na ocupação, de 1995 até 2000 também fica mantida a mesma práxis e centralidade reflexiva e produtiva e centralidade na ocupação e formalização. A alteração sugerida fica para o período final que, para a autora seria o de institucionalização. Neste estudo a sugestão seria um período diferente de 2000 até 2019 e a práxis seria nomeada como *estruturativa*, com a centralidade na manutenção das conquistas. Do ano de 2019 em diante a práxis reflexiva e produtiva é retomada pelo movimento, no entanto com centralidade na autonomia frente às políticas públicas. Ainda, é possível idealizar dois caminhos futuros possíveis ambos com a práxis da *autonomização*, no entanto em uma delas a centralidade estaria na *autonomia extraparlamentar* como força do *trabalho* e a outra possibilidade é a de abdicar das pautas originais e a práxis de *autonomização* se configuraria como um processo de adesão ao grande *capital*.

Quadro 3 - Práxis e Centralidade das ações do MST ao longo da história

1985-1995	Práxis resistência e libertação - Centralidade Ocupação de Terras
1995-2000	Práxis reflexiva e produtiva - Centralidade na ocupação e formalização
2000-2019	Práxis <i>estruturativa</i> - Centralidade manutenção das conquistas
2019-...	Práxis reflexiva e produtiva - Centralidade na autonomia
	<i>Práxis de libertação ou adesão – Centralidade na atuação extraparlamentar</i>

Fonte: elaborado pelo autor com base em Traspadini (2022)

A sugestão, portanto, busca levar em consideração o MST enquanto ator de seu próprio percurso. O que está posto não é uma avaliação de como o Partido dos Trabalhadores aderiu à ordem após a vitória eleitoral, o que de fato aconteceu, isso porque é inerente ao processo democrático burguês a adequação à ordem para ter acesso à ordem. A práxis *estruturativa* sugerida para as décadas de 2000 e 2010 se materializa em uma continuidade do trabalho do movimento ao longo da história. Existe uma necessidade revolucionária por mudanças radicais, no entanto, a sistemática capitalista é esmagadora e inviabiliza qualquer movimento que ouse ultrapassar as linhas institucionalizadas (isso quando o objetivo é romper com o capital). Isso reverbera na história do movimento, que é marcada por violência e criminalização, a exemplo, já citado anteriormente, em 2023 o MST foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito tendo como justificativa um suposto aumento das ocupações de terras, isso para citar o processo mais recente, como exemplo de violência de estado é possível citar o marco histórico do movimento que é o Massacre de Eldorado dos Carajás, também já citado anteriormente.

O Movimento não abdica do embate físico, continua ocupando terras improdutivas e mantém, ano após ano, as manifestações junto aos órgãos governamentais, aspirando por políticas públicas, mesmo que de maneira menos enfática do que já o fez. Em paralelo, investe em sua sobrevivência dentro do sistema, com a estruturação de cadeias produtivas da agricultura buscando aderir às pautas de respeito ao meio ambiente e a produção de alimentos de qualidade considerando o espaço produtivo como um bem coletivo e não uma mercadoria. A exemplo é possível citar uma das perspectivas de um dos entrevistados que citou como objetivo da cooperativa ser a maior produtora de milho orgânico da América Latina nos próximos anos.

Mas hoje nós estamos com 120 sócios que produzem milho, né? E se nós conseguirmos atingir esses 120 sócios [como produtores orgânicos], nós vamos ser o maior produtor de derivados de milho orgânico da América Latina. [Quando? No ano de] 2030, né? Mais ou menos. Essa é a ideia, né? Mas é uma proposta bem audaciosa, [...] estamos ampliando a indústria para produzir para o nordeste. (Fagner, 2024)

O movimento não deixa de estar presente no âmbito político-partidário institucionalizado, no entanto, isso não significa dizer que o MST é um partido, ou que está refém de um. O MST se apresenta como um movimento de massas que objetiva a mudança estrutural da condição de vida da população campesina e, portanto, um agente político de mudança.

Por mais desencorajadoras que sejam suas formas institucionais dominantes e suas práticas de autoperpetuação, não há opção fora da política. Contudo, precisamente por essa razão a política é importante demais para ser deixada com os políticos; na verdade, uma democracia digna deste nome é importante demais para ser deixada com as atuais democracias parlamentares, consentidas pelo capital, e com a pequena margem de ação dos parlamentares, mesmo dos "grandes parlamentares". (Mészáros, 2010, p. 125)

O MST participa da política e não opta por deixar que a mesma seja conduzida apenas por políticos como sugere Mészáros (2010), mas isso precisa ser feito com cautela. A participação junto ao poder político instituído, segundo Mészáros (2010) será um dos:

problemas mais desafiadores para o futuro pois ao longo do século XX testemunhamos a degradação da política parlamentar - outrora enraizada na pluralidade de capitais e na margem de ganhos relativos que poderiam derivar da divergência de interesses também correspondentes às seções limitadas da classe trabalhadora - para uma espécie de conspiração contra o trabalho como antagonista do capital. (Mészáros, 2010, p. 129).

A exemplo recente é possível citar as concessões do partido trabalhista brasileiro durante seus primeiros anos da retomada, com a adesão de políticas de austeridade fiscal, e de limitação de gastos, aderindo às práticas dos antecessores da extrema direita. (Sala.; Piolli, 2024) Desta forma, a organização precisa reivindicar políticas, mas não como a única forma de construção de uma nova sociabilidade.

O modo como são constituídos e administrados exclui qualquer possibilidade de até mesmo se levantar a questão da mudança do controle sociometabólico estabelecido. Pelo contrário, toda atividade política parlamentar está condenada - tanto no governo, como na oposição - à estabilização ou reestabilização do sistema do capital. Por isso, já há muito tempo a linha mestra da política parlamentar tem sido privar o trabalho de direitos políticos (não de maneira aberta e formal, mas em termos substantivos), de modo a anular os ganhos obtidos pela instrumentalidade dos partidos e sindicatos anteriores da classe trabalhadora. (Mészáros, 2010, p. 130)

O discurso dos entrevistados é coerente. Eles admitem que é preciso políticas públicas, e afirmam reivindicá-las, no entanto, seguem por um percurso de criação de autonomia ao parlamento e ao poder instituído. Desta forma, se manter relevante e manter uma posição de contestação frente à forma de sobreviver ao sistema é o que permite, ainda hoje, posicionar o

MST como um ator de relevância para a mudança estrutural da sociedade brasileira. Ao falar sobre a cooperativa, Fagner reafirma: “Nós só vivemos por causa disso, da reforma agrária.” (Fagner, 2024).

O FINAPOP surge, portanto, como última alternativa, mas que pode ser o início da sedimentação de um processo de construção de uma nova sociabilidade de longo prazo. Fagner, em especial, acredita que não só o FINAPOP é necessário, mas como uma multiplicidade de organizações de diferentes naturezas devem passar a ocupar o espaço antsistema para que assim seja possível a mudança estrutural, ou como ele sugere, “se não podemos superar o capitalismo, podemos criar uma bolha dentro dele” (Fagner, 2024), e essa bolha pode ser o início de um processo maior de vitória da classe trabalhadora.

Então... então, lá o FINAPOP está ajudando de que forma? A financiar a cooperativa a fazer isso que o MST faz. O movimento já vive isso, né? Nós temos produção de alimento, comemos bem, tem lá suas ações culturais de alto nível. Nossa piazada, se quiser estudar, o que quiser se formar, é só se dedicar, de medicina à contabilidade, agronomia à veterinária o que quiser. Enfim, estamos criando nossa própria economia. Então assim é, eu compro adubo de uma cooperativa que produz adubo; para plantar minha semente compro em uma cooperativa que produz semente, que é do MST, né? Então nós estamos criando nossa própria economia, nós já temos até um banco. Assim vai ser um, eu acredito que, se nós não podemos vencer o capitalismo, mas nós podemos ser uma bolha dentro. Que vai criar uma nova sociedade, para vencer, e se não é assim né, não consegue sobreviver, né? Então, nós temos que ter banco, nós temos que ter construtora, nós temos que ter é... cursos nossos... nossa própria educação, já temos, né? Nossa própria pedagogia. É um elemento atrás do outro, para elevar esse contexto, mas já existe isso, né? O FINAPOP é uma ferramentinha no meio desse bolão tudo aí... De grande importância (Fagner, 2024).

A fala do representante da COPACON, Fagner, evidencia um posicionamento que corrobora com a fala dos demais entrevistados. O que sugere Fagner, se assemelha ao que Mészáros (2002) vai estabelecer como as possibilidades de mudança estrutural a partir das comunas, o que ele traz a partir das sugestões de Marx.

A relação produtiva entre os sujeitos trabalhadores particulares deve ser necessariamente mediada em toda forma concebível de sociedade. Sem isto, a totalidade agregadora dos indivíduos ativos, qualquer que fosse o momento particular da história, jamais poderia se efetivar em um todo social sustentável. De fato, a especificidade histórica das formas determinadas de mediação tem uma importância seminal, na medida em que os indivíduos, por meio dos agrupamentos intermediários historicamente determinados e seus equivalentes institucionais, articulam-se respectivamente em um todo social mais ou menos densamente entrelaçado. É precisamente a especificidade mediadora inevitável das interrelações reprodutivas dos indivíduos que acaba por definir, pela determinação mais ou menos direta das condições operacionais prevalecentes de produção e consumo, o caráter fundamental dos

vários modos de intercurso social historicamente contrastantes. (Mészáros, 2002, p.880)

O que se apresenta é uma forma de ruptura com o modelo instituído de sociedade para a criação e consolidação de uma nova proposta de troca. E isso não deve significar uma nova “camisa-de-força” (Mészáros, 2002) como hoje se tem na divisão do trabalho onde o tempo é a medida estabelecida como o elo entre a exploração e produção de riquezas sociais. Isso não será construído com base na consciência individual e particular, mas deve ser conduzida por processos atrelados à própria realidade, “no intercurso material e cultural da existência social comunal dos indivíduos, que não admite ser conceituado em termos individuais, nem realmente ser apreendido com base na abstração das necessidades historicamente variáveis e em expansão dos indivíduos sociais. (Mészáros, 2002, p.880).

O posicionamento dos atores da pesquisa possibilita vislumbrar uma nova proposta de sociedade que considera uma nova forma de mediar a “troca metabólica da humanidade com a natureza” (Mészáros, 2002, p.881), a qual deve levar em consideração as atividades autodeterminadas pelos indivíduos em uma perspectiva societal, a qual deve superar as dinâmicas que atrelam a troca de valores-atividade em uma relação de tempo e produção de riquezas (Mészáros, 2002). Por isso que Mészáros (2002) sugere a retomada de Marx a partir das trocas comunais como a superação da divisão do trabalho apresentada no sistema capitalista e para que isso se consolide é necessário que a troca esteja sedimentada em termos de trocas de atividades concretas e seus correspondentes instrumentos (Mészáros, 2002).

O MST ainda está distante de se consolidar como uma alternativa clara e evidente ao capitalismo. O sistema comunal ao qual se refere Mészáros em sua obra “Para além do capital” de 2002, retoma Marx que coloca o tempo como sendo o elemento a ser considerado como de maior relevância, diferente da lógica econômica atual que considera a produção de bens de consumo como sendo o elo entre a produção de riquezas e a existência. O que sugere Mészáros, é que a troca, em um sistema comunal, deve considerar os aspectos qualitativos e de tempo total disponível da sociedade.

Se a riqueza da ordem social na sociedade comunal for medida pelo tempo disponível total, e não pelos produtos quantificados obtidos de maneira fetichista pela imposição do tempo mínimo sobre os indivíduos que trabalham, neste caso, o conceito de “lei econômica”, mencionado por Marx, adquire um significado qualitativamente diferente do da lei do valor que prevalece na relação de troca da sociedade de mercado. A “lei que damos a nós mesmos para regular os intercâmbios reprodutivos de um sistema verdadeiramente cooperativo não pode, de modo algum, ser comparável ao mecanismo que se auto-impõe pela lei natural, lei que não leva em conta as necessidades, os desejos e as aspirações dos indivíduos humanos. (Mészáros, 2002, p. 891)

A história do MST não está finalizada. O futuro que se vislumbra não é sólido. A trajetória que sobrevive às contradições apresenta caminhos dicotômicos os quais apenas o tempo poderá confirmar. O que se apresenta até o momento, e, principalmente, a partir do processo de pesquisa aqui desenvolvido, é que a organização é ainda um agente de mudança da estrutura social brasileira. A análise histórica permite estabelecer as práxis do movimento ao longo do tempo, e proporciona espaço de teorização futura sobre esse movimento social de relevante importância na história do capitalismo dependente brasileiro.

As práxis do movimento, como sugere Traspadini (2022), são colocadas como forma de construir um percurso histórico que ainda não teve fim, mas que auxiliam a compreender para onde pode-se chegar. O MST atuou ao longo do processo histórico a partir de práxis distintas, as quais formataram a identidade dessa organização. O que fica, portanto, é que de uma práxis ‘resistência e libertação’ o movimento passou a uma práxis ‘reflexiva e produtiva’, chegando ao seu momento de práxis ‘estruturativa’ com centralidade na manutenção das conquistas e de estruturação, e retomou, durante a crise global do capitalismo, a partir de 2019, uma práxis reflexiva e produtiva que atua com a centralidade na autonomia do movimento frente às políticas públicas. Hoje é possível dizer que as lideranças, representadas pelos entrevistados, corroboram com a necessidade de mudanças estruturais, e que a superação do sistema destruidor do capitalismo é um processo de construção de novas práticas. Essa construção de autonomia, central na práxis do movimento, apresentam duas hipóteses que necessitam de aproximações futuras em continuidade ao estudo do MST. A primeira hipótese sugere a consolidação do movimento como uma força extraparlamentar do trabalho, fortalecendo-se como um agente capaz de impulsionar mudanças estruturais em prol da classe trabalhadora. A segunda hipótese aponta para a possibilidade de o movimento ceder às pressões do capital adotando uma postura de adesão ao sistema capitalista.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida deste trabalho é a iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em acessar o mercado de capitais a partir da disponibilização de títulos de dívida para que qualquer pessoa pudesse investir. O objetivo da iniciativa do MST é dar continuidade ao fortalecimento das agroindústrias e estruturação dos assentamentos conquistados em todo o território brasileiro. Para isso, buscou-se compreender a dinâmica do sistema capitalista a partir de um recorte histórico que apresenta o neoliberalismo como um momento de reconstrução da estrutura do capital para a manutenção do *status quo*.

Em busca de delimitações no processo histórico e contraditório, foi destacada a grande depressão de 1929 e das dificuldades do período entre guerras, como uma crise do capitalismo. Deste momento emerge a teoria keynesiana, que defendia a intervenção estatal na economia para garantir a estabilidade e o crescimento. As políticas de bem-estar social, inspiradas por Keynes, foram implementadas nas democracias burguesas europeias, norte-americana e japonesa, resultando em uma era de crescimento econômico e melhoria nas condições de vida durante as décadas de 1950 e 1960. Contudo, esse modelo começou a ruir na década de 1970, devido à estagflação e à crise fiscal dos Estados, abrindo caminho para o neoliberalismo.

O neoliberalismo, consolidado nos anos 1980 com líderes como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, representou um abandono às propostas keynesianas, dando ênfase à liberdade individual e ao mérito, com culto ao conservadorismo. A primeira aplicação prática desta doutrina ocorreu no Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet, marcando o início de uma nova fase do capitalismo global. O Consenso de Washington, em 1990, reforçou essa tendência, promovendo a desregulamentação, privatização e redução das políticas de bem-estar social em todo o mundo, particularmente nos países do sul global.

O processo de neoliberalização resultou em um crescimento sem precedentes do capital financeiro, que passou a dominar a economia global. Esse momento histórico permitiu uma expansão significativa da atividade e do poder financeiro, levando à "financeirização" de todas as áreas da economia. Este fenômeno aprofundou a exploração e a acumulação de capital, intensificando as desigualdades sociais e econômicas, especialmente nos países de capitalismo dependente, como o Brasil.

No Brasil e na América Latina, a elite financeira passou a desempenhar um papel central na exploração dos recursos naturais e na orientação das decisões políticas. A dívida pública, elemento chave da acumulação financeira, serviu tanto aos interesses dos Estados quanto aos dos grandes grupos financeiros. A neoliberalização consolidou a burguesia

financeira como uma força hegemônica, enquanto a interconexão dos setores industriais, comerciais e agrários com o capital financeiro reforçou as estruturas de poder existentes.

O Brasil, portanto, está inserido nesta complexa rede internacional do capital como agente explorado perante as economias consolidadas. A exploração contínua dos recursos naturais e da força de trabalho reflete um legado de concentração fundiária e uso intensivo dos recursos. Portanto, entender essas mudanças globais e suas repercussões locais é crucial para compreender as dinâmicas de poder e desigualdade que moldam a trajetória econômica e social do país.

Essa condição está atrelada diretamente com a história de consolidação do país enquanto nação. Desde o início, com exploração das riquezas naturais, implementação do sistema de capitania e sesmarias, até os dias de hoje, o controle da terra esteve concentrado nas mãos de poucos, configurando uma aristocracia agrária poderosa. A Lei de Terras de 1850 e a transformação das terras em item direcionado aos mais abastados perpetuaram essa concentração fundiária, que se manteve relevante mesmo após a independência do Brasil.

O avanço para uma sociedade capitalista moderna foi impulsionado pela Era Vargas, que buscou a modernização do país e a proteção ao trabalhador urbano, embora a influência da oligarquia rural tenha perdurado. A ditadura militar de 1964-1985 fortaleceu a orientação neoliberal, alinhando-se ao capitalismo global e promovendo um novo momento de urbanização forçada.

A Constituição de 1988 trouxe um marco civilizatório ao reconhecer direitos e promover políticas de bem-estar social, mas o neoliberalismo persistiu, especialmente nas políticas voltadas para a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário representaram avanços, mas as políticas públicas continuaram oscilando entre apoio ao setor agrário e tendências neoliberais.

O período recente, incluindo os governos de Fernando Collor até Jair Bolsonaro, refletiu uma alternância entre políticas neoliberais e sociais, sempre em sintonia com o mercado internacional. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em resposta a essa dinâmica, buscou alternativas autônomas de financiamento, como o Finapop, para sustentar a luta por reforma agrária e alimentos de qualidade.

Em suma, a história do capitalismo brasileiro é uma complexa interação entre ideais políticos, agendas econômicas e movimentos sociais, moldada pelas forças do neoliberalismo e a resistência dos trabalhadores. Essa trajetória evidencia a necessidade de superação das condições hoje vigentes, e os movimentos do campo se colocam como de estimada importância

pois estão diretamente atrelados à realidade da construção do país enquanto uma nação explorada. Desta forma é que o MST se apresenta como ator importante.

O MST se estruturou com o apoio da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra, adotando uma abordagem progressista inspirada na Teologia da Libertação. Durante seu primeiro Congresso Nacional em 1984, o movimento estabeleceu demandas focadas na distribuição de terras, oposição às multinacionais e a reforma agrária.

Ao longo dos anos, o MST realizou diversos congressos, ajustando suas estratégias conforme a conjuntura política. A partir de meados da década de 1990, o movimento adotou uma postura mais flexível, reconhecendo a necessidade de adaptar-se às dinâmicas dos trabalhadores rurais e enfatizando a cooperação agrícola como forma de resistência.

O MST se destacou na luta pela reforma agrária e pela justiça social, posicionando-se contra as políticas neoliberais e a concentração de terras. Apesar dos desafios, o movimento continua a desempenhar um papel crucial na busca por uma distribuição mais justa da terra e pela melhoria das condições de vida no campo.

Ao longo dos anos, o MST continuou seu processo frente às contradições inerentes ao sistema capitalista. Evidenciava as condições da população do campo com suas ocupações de terras, e quando conquistaram seu espaço lutaram por políticas públicas para viabilizar a continuidade da organização. No entanto, a política pública de apoio à agricultura familiar impôs desafios crescentes aos camponeses, levando-os a buscar alternativas ao financiamento público. Chega-se, portanto, no objeto primeiro deste trabalho, a estratégia utilizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para continuar o processo de financiamento de suas agroindústrias e estruturação dos assentamentos, o FINAOP.

A solução possível se consolidou no mercado de capitais, através de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), um título de crédito de renda fixa que não requer um banco intermediário. Essa opção, regulada pela Lei 11.076, permitiu ao MST acessar recursos de forma menos burocrática e mais vantajosa financeiramente.

Esse processo ainda é inicial, mas é possível afirmar que viabilizou a expansão das cooperativas agroindustriais, oferecendo uma opção às escassas políticas públicas. Essa operação foi incentivada por atores externos ao movimento, e que, em primeira observação, poderiam ser considerados antagonistas da organização por seu histórico vinculado ao grande capital, são eles: Eduardo Moreira e João Paulo Pacífico, que se mostraram simpatizantes da causa, que ajudaram a criar o Finapop.

A Copacon recebeu aproximadamente R\$ 1,5 milhão para sua agroindústria, permitindo o processamento de milho não transgênico e agroecológico. Localizada no

assentamento Eli Vive, fruto de ocupações desde 1991, a cooperativa desempenha um papel importante para o movimento na região norte do estado do Paraná. O assentamento homenageia Eli Dallemole, um líder do MST assassinado em 2008, cuja morte intensificou a luta pela reforma agrária no Paraná.

A fim de compreender o movimento dialético envolto a esta iniciativa, esta pesquisa se aproximou do Assentamento Eli Vive, e principalmente da Cooperativa COPACON e entrevistou os integrantes do MST a fim de compreender o que significou essa estratégia. A fala dos entrevistados denota um posicionamento alinhado entre os respondentes. Todos com uma convicção de que apesar das suspeitas, esse foi um caminho acertado, e todos eles também tinham convicção de que isso se consolidou justamente para que a luta por uma mudança estrutural continue. Em nenhum momento os entrevistados demonstraram alinhamento à lógica do sistema hegemônico de manutenção do *status quo*. O que se apresentou foi um discurso construído de maneira organizada que buscava reiterar as pautas do movimento.

Desta forma, ao analisar a estratégia de autofinanciamento adotada o MST se valeu do conhecimento de integrantes do mercado financeiro simpáticos à causa do movimento, e criaram um título de crédito que pode ser adquirido por qualquer pessoa que tenha interesse em investir. A modalidade escolhida foi a de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que se trata de um título de crédito que não necessita de um banco como intermediário entre o cedente e o tomador, sendo um título de livre negociação que representa uma promessa de pagamento com tempo determinado para retorno, o qual é emitido por Securizadoras de Direito Creditórios do Agronegócio (Bicalho, 2022).

As operações do MST prometem retornos com juros próximos ao que se pratica no mercado tradicional. O diferencial, portanto, passa a ser o mote para qual o dinheiro está sendo direcionado. Inspirado em experiências internacionais onde organizações financeiras possibilitam que os investidores saibam em o que estão investindo, os interessados no Financiamento Popular para Alimentos Saudáveis (FINAPOP) tem o conhecimento de que os valores estão sendo investidos em cooperativas relacionadas à agricultura familiar e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Em análise às contradições inerentes à adesão do MST ao mercado de capitais, o que foi possível constatar é que essas contradições se apresentaram também aos integrantes do movimento que viam a adesão à ferramenta como algo questionável, sendo que a intenção era o de manter um posicionamento de cobrança do poder público por políticas públicas. O que se confirmou ao longo do processo de análise e construção dos dados junto à fala dos entrevistados e à análise teórica sobre a realidade, é que esse caminho, aparentemente contraditório, hoje se

apresenta como uma alternativa para a criação de autonomia do movimento para que a pauta da reforma agrária se mantenha viva e que o movimento permaneça atuante em cobrança por mudanças estruturais da realidade brasileira.

Por fim, foi possível compreender, de maneira prática, o que significou o valor investido na Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista. A agroindústria que havia recebido recursos financeiros por meio de políticas públicas conseguiu, com o investimento via FINAPOP finalizar a compra de equipamentos elementares para o funcionamento do processo produtivo e beneficiamento do milho produzido pelos associados. O valor de faturamento geral da cooperativa pulou de aproximadamente 2 milhões de reais no ano de 2019 para próximo de 11 milhões de reais em 2022. Esse incremento financeiro retorna aos associados agricultores familiares, e em discussão, por meio de assembleia coletiva, as decisões sobre a gestão dos recursos são tomadas.

O MST, portanto, se valeu do FINAPOP para sobreviver. Em vista de uma realidade trágica que envolvia a mudança do governo federal, esvaziamento total das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, um processo de interrupção completa da reforma agrária, e ainda com o agravante de uma pandemia que assolou o mundo todo e em especial o Brasil, o movimento se valeu das ferramentas que se apresentaram em seu horizonte. A utilização dos recursos advindos de investidores simpáticos à causa do MST caracteriza um novo formato de a organização se manter atuante e combativa.

O que este trabalho chega à conclusão é que as duas últimas décadas significaram momentos de estruturação e fortalecimento da organização. Para isso se apoiaram no instituído, se apoiaram na ordem. Mas isso não pode ser sinônimo de se transformar na ordem. O MST se valeu dos pequenos avanços possíveis via caminho instituído, mas deu continuidade à construção de uma mentalidade baseada em uma ideologia diferente da hegemônica. O MST deu continuidade às propostas educativas, deu continuidade às ocupações de terras improdutivas, e deu continuidade aos congressos com pautas ainda semelhantes àquelas presentes nos primeiros congressos do movimento.

O que se tem, portanto, a partir da materialidade é um processo de continuidade. As pautas continuam vivas e presentes no cotidiano das lideranças do movimento. A superação do capitalismo parece estar distante, nem mesmo os líderes reverberam essa superação, mas acreditam que é possível uma nova forma de sociabilidade onde a exploração não seja o mote de existência.

Essa manutenção ideológica original do movimento significa dizer que o MST é o mesmo de 1984? Definitivamente não. O movimento viveu 40 anos com contradições e foi

protagonista de ações ambíguas, e esses processos alteraram o movimento que hoje possui direções que focalizam em uma construção de longo prazo para uma sociabilidade, que respeite os trabalhadores e o meio ambiente. Para isso buscam viabilizar qualidade de vida para os integrantes das massas de trabalhadores do campo. Buscam, por meio do mercado tradicional, e da forma tradicional de trocas, estrutura financeira suficiente para dar continuidade à luta ao passo que viabiliza a vida no campo.

Permito-me aqui me posicionar. Ao longo do processo de elaboração deste trabalho, a partir das aproximações sucessivas, e principalmente durante o processo de reflexão para a construção do real, o questionamento que sempre fiz: “O MST ainda é uma ferramenta contra-hegemônica a favor da classe trabalhadora?”. Lendo autores críticos declarados, apoiadores, e principalmente em análise à história, o que se apresentava era uma tendência a acreditar que o MST não é mais a ferramenta que um dia foi. A autora Roberta Traspadini (2022) acompanhou grande parte da última sessão deste trabalho, e a análise da pesquisadora é extremamente coerente. Traspadini não disfarça a sua frustração no posicionamento do MST em continuar apoiando a ordem estabelecida via Partido dos Trabalhadores mesmo depois de as mudanças não se consolidarem. No entanto, em análise ao que coloca Traspadini e aos dados coletados durante esta pesquisa, a conclusão é outra. Conhecer o Assentamento, participar de festividades dos sem-terra, conhecer a escola que a duras penas o movimento conquistou, pressionando o Estado por isso, não me permite chegar à conclusão de que o MST retroage em sua luta.

A conclusão que este trabalho chega, portanto, é que a ligação entre o MST e o PT existe. No entanto, estes continuam com suas pautas particulares. A condição de adesão à ordem burguesa é uma dinâmica dos partidos que aderem ao sistema democrático burguês e não dos movimentos que apesar de seus posicionamentos partidários, buscam manter suas pautas e suas propostas vivas. Mesmo com a análise das evidências junto ao vivo, ainda me questiono se o meu anseio por uma mudança da condição de exploração da massa de trabalhadores não me pressionou a acreditar que o movimento ainda é uma alternativa. No entanto, eu chego à resposta de que mesmo que a minha propensão disruptiva seja algo intransponível, o processo metodológico que foi conduzido buscou acessar o real para a construção de teoria. O processo não foi um processo de militância, mas sim científico. Identificar o momento de uma práxis de *estruturalização* está colocada na realidade para além da fala dos representantes.

O MST surge com uma práxis contestatória, amplifica a sua atuação, busca se consolidar enquanto ator contra-hegemônico, e segue um percurso de estruturação se valendo das ferramentas disponibilizadas pelo Estado burguês. As políticas não mudaram a estrutura do capital no Brasil, mas mudaram a força do movimento. Neste sentido, o momento é de

continuidade da observação. É preciso retomar Mészáros quando afirma que não é possível se manter alinhado à ordem com a justificativa de se fortalecer. O Movimento se fortaleceu, e em uma ação aparentemente contraditória acessou uma ferramenta do capital que se apresenta como um caminho alternativo ao Estado burguês, mas aproxima o movimento do poder hegemônico do capital. A estratégia parece ser de construção de autonomia, no entanto, isso pode também significar o abandono das pautas originais dos fundadores do movimento.

O que se apresenta até o momento, e, principalmente, a partir do processo de pesquisa aqui desenvolvido, é que a organização é ainda um agente de mudança da estrutura social brasileira. O objeto primeiro deste trabalho estava envolto à estratégia de adesão a uma ferramenta do sistema, o mercado de capitais. As condicionantes disponíveis possibilitam a construção de uma proposta teórica transitória da sociedade. A análise histórica da realidade materializada permite estabelecer as práxis do movimento ao longo do tempo, e proporciona espaço de teorização futura sobre esse movimento social de relevante importância na história do capitalismo dependente brasileiro. Sendo assim, compreender o MST é também compreender o Brasil e sua configuração de superexploração como condição que impulsiona processos de mudança estrutural, e o MST é resultado destes.

O que foi aqui apresentado é um trabalho com limites. O primeiro deles é o de tempo de construção do conhecimento e da teoria. Desenvolver um processo dialético com um limitante temporal beira a frustração, isso porque o que se evidencia é que as categorias não foram totalmente apresentadas e esmiuçadas neste trabalho. É preciso retomar categorias como a de ‘hegemonia’, é preciso retomar os ‘processos de trabalho no campo’, ‘cooperativismo e contra-hegemonia’, ‘alienação’. Outras categorias deveriam ter sido aprofundadas como as relacionadas ao ‘Bloco no Poder frente à conceituação do Estado burguês’, e até mesmo as categorias de ‘Natureza Barata’ e os ‘Quatro Baratos’ sugeridos por Moore. Apesar disso, o trabalho não frustra completamente o pesquisador, pois apresenta o caminho para novas pesquisas as quais devem levar em consideração os elementos da materialidade dentro do processo histórico que está em desenvolvimento.

Uma das limitações enfrentadas foi o de retomar a literatura após a coleta de dados e desenvolver o processo reflexivo a partir dessa base. Embora o acesso ao campo tenha sido facilitado em virtude de uma rede de contatos, o retorno à teoria construída e a reesquematização até a construção de uma nova estrutura teórica se mostraram processos complexos. Esse desenvolvimento não é linear, pois cada pesquisador e cada objeto trazem suas próprias particularidades, o que torna essa etapa única demandando maior dedicação e cuidado.

O outro limitante de um trabalho dialético é a continuidade da história. O MST ainda é agente vivo e mobilizador da história, e a estratégia escolhida pela organização é recente e denota uma infinidade de possibilidades de construções da realidade. Logo, não é possível delinear o que essa ação realmente significa, mas é possível apresentar o que se materializou até o presente momento, o que deve servir como apoio para o desenvolvimento da teoria não apenas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, mas sobre a história da sociedade. Este trabalho, portanto, se encerra com a certeza que se faz necessário a continuidade crítica de análise da realidade a fim de compreender as contradições até o alcance da emancipação.

10 REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Luciana; MARANHO, Fernanda. O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 576-584, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1796/179669814014/html/>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Revisão técnica de Márcio Bilharinho Naves, Celso Kashiura Jr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- AMARAL, Maria Baptista Prates do. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a criação de alternativas de produção frente ao agronegócio. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 125-138, 2023. DOI: 10.47208/sd.v29i1.3340. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/3340>. Acesso em: 13 set. 2023.
- ANDRADE, J. A. Neto. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. **Revista NERA Presidente Prudente**, Presidente Prudente, v. 18, n. 27, p. 159-182, 2015.
- ANGHINONI, I.; PORTELA, E.; DIEL, R.; ZANG, M.; SILVA, C. A. da; et al. **Fundamentos, manejo e perspectivas da produção de arroz irrigado de base ecológica no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Cachoeirinha: IRGA/Estação Experimental do Arroz; Porto Alegre: Grupo Gestor do Arroz Agroecológico, 2020. 77 p. Disponível em: <https://admin.irga.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/26110714-boletim-tecnico-arroz-de-base-ecologica-no-rs.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024
- ASSIS, Lenir Candida de. **A mística político-social dentre os militantes do MST no Assentamento Eli Vive em Londrina-PR**. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados abertos Banco Central do Brasil. Matriz de Dados - Crédito Rural**. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/matrizdadoscreditorural>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES anuncia novas medidas para combater os efeitos do coronavírus na economia**. Rio de Janeiro, 4 abr. 2007. Disponível em: https://www.bnDES.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20070404_not07_0_07 Acesso em: 20 nov. 2023.
- BERGAMO, Mônica. MST contabiliza 5.000 toneladas de alimentos doados desde o início da epidemia de COVID-19. **Folha de S.Paulo**, Julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/mst-contabiliza-5000-toneladas-de-alimentos-doados-desde-o-inicio-da-epidemia-de-covid-19.shtml>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- BEZERRA, Lucas. Lenin e a questão agrária: pensamento e ação política. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 289-310, out. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/38240-Texto%20do%20artigo%20ou%20resenha-160893-1-10-20201015.pdf> Acesso em: 01 out. 2024

BICALHO, Bruna. A terra como ativo financeiro: mecanismos, práticas e instrumentos. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 1, p. 96-116, jan.-jun. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/63925>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BOITO JR., A. A questão da liberdade em Marx. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 25, p. 47-66, 2007. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica21-A-boito.pdf Acesso em: 05 ago. 2023.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, Editora Revan, n. 17, segundo semestre de 2003, p. 10-36.

BRASIL DE FATO. **Quer investir nas cooperativas ligadas ao MST?** Saiba como, passo a passo. 02 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/02/quer-investir-nas-cooperativas-ligadas-ao-mst-saiba-como-passa-a-passa>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Norma de execução INCRA/DD nº 109, de 12 de dezembro de 2013. Estabelece critérios e procedimentos referentes à implantação de Projetos da Ação de Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e às Atividades Pluriativas Solidárias - TERRA SOL. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v.38, p.17-48, Jul/Dez. 2010.

BUGIATO, Caio. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 83-103, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/125/128>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CABRAL, Rodolfo de Carvalho. **Direito à terra e trabalho**: o movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a crítica da estrutura fundiária brasileira. Dissertação de mestrado (mestrado em direito). Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. 207 p.

CAETANO, Juliana Faria. **A democracia como valor popular do MST**: dilemas do enfrentamento ao Estado burguês. 2012. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

CAPALBO, D. M. F.; DUSI, A. N.; PIRES, C. S.; PAULA, D. P.; ARANTES, O. M. N.; MELO, I. S. OGM e biossegurança ambiental. In: COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. F. B. da. **Biossegurança de OGM: uma visão integrada**. Rio de Janeiro: Publít, 2009. p. 190-219.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Zahar Editores, 1975.

CARRARA, Aniela Fagundes; CARVALHO, Leandro Vinicios; SBARAI, Nathalia. O impacto do Pronaf para investimento e custeio na demanda agregada da economia. **Revista de Política Agrícola**, v. XXIX, n. 2, pp. 35-49, abr./maio/jun. 2020. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/download/1507/pdf#:~:text=As%20linhas%20de%20custeio%20visam,to%20e%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

CARVALHO, Horácio Martins de. La emancipación del movimiento en el movimiento de emancipación continua (respuesta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Producir para vivir: los caminos de la producción no capitalista**. Fondo de Cultura Económica, 2011. p. 181-202.

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT**. [S.I.], [1985-2023]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-cadernoconflictos>. Acesso em: 31 abr. 2024

CHESNAIS, François. Introdução. In: **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Boston: Brill Academica Pub., 2016. p. 1-19.

CHESNAIS, François. The Further Globalisation of Financial Assets and Markets and the Expansion of New Forms of Fictitious Capital (Cap. 7). In: **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Boston: Brill Academica Pub., 2016. p. 173-188.

CHESNAIS, François. The Notion of Interest-Bearing Capital in the Setting of Present Centralisation and Concentration of Capital (Cap. 3). In: **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Boston: Brill Academica Pub., 2016. p. 67-88.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CLIFFORD, James. On ethnographic authority. In: LINCOLN, Yvonna; DENZIN, Norman K. (Edit.). **Turning points in qualitative research: tying knots in a handkerchief**. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 2003.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago., 2013.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, p. 21–34, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100004>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. **MST e Colapso da Modernização:** Contradições da luta pela terra no Brasil. 1^a ed. São Paulo: Editora Vozes, 2024. 320 p.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. **Global Wealth Report 2022:** Leading perspectives to navigate the future. Zurique: Credit Suisse, 2022. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/media/assets/corporate/docs/about-us/research/publications/global-wealth-report-2022-en.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. Resolução CVM nº 88, de 13 de abril de 2022. Dispõe sobre a oferta pública de valores mobiliários por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol088.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DAVIDSON, J. P. L. Fear of a Black planet: Climate apocalypse, Anthropocene futures and Black social thought. **European Journal of Social Theory**, [S.I.], 2021.

DE CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brener. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos. **Revista do BNDES**, v. 35, p. 1-56, set. 2011. Disponível em: https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3364/1/RB%2035%20Pronaf_uma%20an%C3%A1lise%20da%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20das%20fontes%20de%20recursos_P.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

DE SOUZA LIMA, R.; PIRES DE PAULA, R. Bloco no poder no centro do arranjo espacial: As contribuições de Nicos Poulantzas e sua atualidade para entender a formação socioespacial. **Revista da ANPEGE**, [S. I.], v. 17, n. 34, 2022. DOI: 10.5418/ra2021.v17i34.13558. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/13558>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica – Alternativas de gestão social**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2012. Disponível em: <https://dowbor.org/2012/06/1-dowbor-democracia-economica-alternativas-de-gestao-social-vozes-2012-131p.html>

ÉBOLI, E. MST prepara megaestrutura para seu congresso nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 fev. 2014. Seção Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mst-prepara-megaestrutura-para-seu-congresso-nacional-11554844>. Acesso em: 03 nov. 2023.

EGAS, Heloiza de Almeida Prado Botelho. **Movimentos sociais e Estado** - resistência e contra-hegemonia na ação do MST. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador. 241 p. 2008.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação:** fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FAORO Raymundo. **Os donos do poder:** Formação do patronato político brasileiro. 5.ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA, José Henrique de. Economia política do poder. Volume 1: Fundamentos. 5. reimpr. Curitiba: Juruá, 2015. 202 p.

FEOLA, G. (2019). Degrowth and the Unmaking of Capitalism: Beyond 'Decolonization of the Imaginary'? *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 18(4), 977–997. <https://doi.org/10.14288/acme.v18i4.1790>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Land Governance in Brazil**. Framing the Debate Series, no. 2. Roma: ILC, 2012. ISBN: 978-92-95093-79-9. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 1974 Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. 536 p.

FOLHA de São Paulo. 6º Congresso Nacional do MST. **Folha de São Paulo**, caderno: FOTOGRAFIA, 10.fev.2014. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/22710-6-congresso-nacional-do-mst> Acesso em 03 nov. 2023.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. Rio de Janeiro: **RBE**, v. 54, n. 3, p. 333-358, jul./set. 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Statistical yearbook: world food and agriculture 2022**. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc2211en/cc2211en.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FORA DO EIXO. MST reafirma compromisso com o desenvolvimento social em seu 6º congresso. **Fora do Eixo**, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://foradoeixo.org.br/2014/02/18/mst-reafirma-compromisso-com-o-desenvolvimento-social-em-seu-6o-congresso/>. Acesso em 03 nov. 2023.

FOSSÁ, Juliano Luiz; MATTE, Alessandra; MATTEI, Lauro Francisco. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 29, n. 1, e1, p. 1-27, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179668371>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

FRAGOSO, J. (2012). **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental**: notas de um ensaio. *História*, 31(2), 106-145.

FRAGOSO, J. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História*, [S.I.], v. 31, n. 2, p. 106-145, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/J68TcLYVt8SX6WBpWRV67Qq/?format=pdf#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%202020%20anos%20a%20historiografia%20brasileira%20tem,traduzida%20em%20termos%20de%20latif%C3%BAndio%2C%20monocultura%20e%20escravid%C3%A3o.>>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14 n. 28, p. 139-152, Ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 20 de Out. de 2023.

FUNDAÇÃO FHC. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - Zander Navarro** [vídeo online]. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pKIP9oR6AHE&t=18s&ab_channel=Funda%C3%A7%C3%A3oFHC. Acesso em: 03 nov. 2023.

FURTADO, Lays. Finapop consolida horizontes de investimentos para a agricultura familiar camponesa. In: **Página do MST**. Brasil, 28 de out. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/28/finapop-consolida-horizontes-de-investimentos-para-a-agricultura-familiar-camponesa/>. Acesso em: 01 nov. 2022

G1. Invasões do MST: onde ocorreram e o que o movimento quer. **G1**. 25 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/04/25/invasoes-do-mst-onde-ocorreram-e-o-que-o-movimento-quer.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GEERTZ, Clifford. Trick description: toward an interpretative theory of culture. In: LINCOLN, Yvonna; DENZIN, Norman K. (Edit.). **Turning points in qualitative research: tying knots in a handkerchief**. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

GRISA, Catia et al. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar**: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2022.

GRUPO GAIA. **A Gaia**. [s.l.], 2023. Disponível em: <<https://grupogaia.com.br/a-gaia/>>. Acesso em: 13 set. 2023.

GRUPO GAIA. **CRA - Cooperativas MST**. 2019. Disponível em: <<https://grupogaia.com.br/cra-cooperativas-mst/>>. Acesso em: 13 set. 2023.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Ethics: the failure of positivist science. In: LINCOLN, Yvonna; DENZIN, Norman K. (Edit.). **Turning points in qualitative research: tying knots in a handkerchief**. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 2003.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 2. ed. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBSBAWM, E. J. (2010). **A Era do Capital**: 1848-1875 (18th ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1975)

IBGE. Coordenação de Geografia. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 321 p. : mapas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 26 abr. 2023.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos - relação de projetos**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 28 abr. 2023.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O INCRA. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 28 abr. 2023.

JESSOP, B. Critical realism and the strategic-relational approach. **New Formations**, v. 56, p. 40-53, 2005.

JESSOP, B. SUM, N. What is critical? **Critical Policy Studies**, vol. 10, n. 1, p. 105–109, 2016.

K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KALLIS, G.; PAULSON, S.; D'ALISA, G.; DEMARIA, F. **The case for degrowth**. Cambridge: Polity Press, 2020. 160 p. ISBN 9781509541383.

KARKULEHTO, S.; KOISTINEN, K.; UGRON, N. Planetary activism at the end of the world: Feminist and posthumanist imaginaries beyond Man. **European Journal of Women's Studies**, [S.I.], v. 29, n. 1, p. 35-51, 2022.

KELLY, Marjorie. **Capitalismo Alternativo e o Futuro dos Negócios**: Construindo uma Economia que Funcione para Todos. 1.ed. São Paulo: Editora Cultrix. 2016.

L. DAVIDSON, J. P. (2021). **Fear of a Black planet**: Climate apocalypse, Anthropocene futures and Black social thought. European Journal of Social Theory. <https://doi.org/10.1177/13684310211067980>

LAPYDA, I.. (2018). François Chesnais. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump. Boston, **Brill Academic Pub.**, 2016. 310 pp.. *Tempo Social*, 30(2), 331–342. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.137236>

LARA, Ricardo; LUPATINI, Márcio; TRISTÃO, Ellen Lucy. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Especial, p. 65-91, mai. 2009. ISSN: 1676-2584.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 777-805, jul./set. 2007. Impressa em ago. 2007.

LEMOS, V. MST: maior produtor de arroz orgânico do Brasil, movimento vive dificuldades para comercializar o grão. **BBC News Brasil**, São Paulo, 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62746336>. Acesso em: Acesso em: 20 jun. 2024.

LIMA, Wesley. Com 31 novas ocupações e acampamentos, MST encerra Jornada Nacional de Lutas. **Da Página do MST**, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/04/19/com-30-novas-ocupacoes-e-acampamentos-mst-encerra-jornada-nacional-de-lutas/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LINCOLN, Yvonne S.; GUBA, Egon G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonne S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LUZIO-DOS-SANTOS. L.M.. **Ética e democracia econômica**: caminhos para a socialização da economia. 1.ed. São Paulo: Ideias & Letras. 2020.

MANSUR, Rafaela. Brasil tem cerca de 100 mil famílias à espera de assentamento, diz MST; em MG, são 42 acampamentos. **G1**, Minas Gerais, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/18/brasil-tem-cerca-de-100-mil-familias-a-espera-de-assentamento-diz-mst-em-mg-sao-42-acampamentos.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MARCONI, I. C.; SANTOS, L. M. L. DOS .. Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 2, p. 173–183, abr. 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. [1973] **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, n. 47, p. 55-73, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2019_04_21_10_42_35.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. A renda diferencial: condições gerais (cap. 38). In: **O Capital: Livro 3** [livro eletrônico, formato PDF]. Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. 1867. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p. (Coleção Marx e Engels; v. 16). ISBN 9788575595534.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo : Boitempo, 2007

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1848. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 1998. 254 p. ISBN 9788585934231.

MASCHIO, José. Líder de sem-terra é assassinado no Paraná. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 abr. 2008. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0104200815.htm> Acesso em: 16 set. 2023.

MÉSZÁROS, István. Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução de Paulo Cezar Castanheira; revisão técnica: Maria Orlando Pinassi. São Paulo: Boitempo, 2010. 202 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2002. pp.1094.

MOORE, J. W. **Capitalism in the Web of Life:** Ecology and the Accumulation of Capital. Londres: Verso Books, 2015. 336 p. ISBN 9781781689028.

MOORE, J. W. The road to ruin? Making sense of the Anthropocene. **IPPR Progressive Review**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 176-202, 2017.

MOREIRA, Anelize. Quer investir nas cooperativas ligadas ao MST? Saiba como, passo a passo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/02/quer-investir-nas-cooperativas-ligadas-ao-mst-saiba-como-passo-a-passo>. Acesso em: 01 nov. 2022

MOREIRA, Eduardo. Seria um contrassenso cooperativas ligadas ao MST acessarem o mercado de capitais. **Brasil de Fato**, 02 set. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/02/artigo-seria-um-contrassenso-cooperativas-ligadas-ao-mst-acessarem-o-mercado-de-capitais>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MORAES, R. F. de. Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória. Texto para Discussão, 2506. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

MOURA E SOUZA, M. de. Aumenta a produção de alimentos de cooperativas vinculadas ao MST. **Valor Agro**, Belo Horizonte, 06 dez. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/12/06/aumenta-a-producao-de-alimentos-de-cooperativas-vinculadas-ao-mst.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Página Inicial - MST**. 2023. Disponível em: <<https://mst.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MST. **Assentamento do MST inaugura agroindústria de derivados de milho livre de transgênicos em Londrina (PR)**. 12 jul. 2022a. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/07/12/assentamento-do-mst-inaugura-agroindustria-de-derivados-de-milho-livre-de-trangenicos-em-londrina-pr/>>. Acesso em: 14 set. 2023.

MST. MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia. 12 set. 2022b. **Da Página do MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-dou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/#:~:text=Solidariedade%20Sem%20Terra-,MST%20j%C3%A1%20doou%20mais%20de%207%20mil%20toneladas,desde%20o%20%C3%ADcio%20da%20pandemia>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MST. **Cadernos de Cooperação Agrícola nº 1:** uma concepção de desenvolvimento rural. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1993.

MST. **A luta continua:** como se organizam os assentados. Caderno de Formação n.º10. São Paulo: MST, jun. 1986a.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, jun. 1986b.

MST. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Clodomir Santos de Moraes. MST, Caderno de Formação n.º 11, ago. 1986c.

NASCIMENTO, L. A. S. V. do. A atuação dos agentes da comissão pastoral da terra para impulsionar políticas públicas de combate à redução do trabalhador rural à condição análoga à de escravo. **Organizações e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 98–109, 2018. DOI: 10.5433/2318-9223.2018v6n1p98. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/30811>. Acesso em: 17 set. 2023.

NASCIMENTO, Luiz Augusto Silva Ventura do. **A atuação dos agentes da Comissão Pastoral da Terra para impulsionar políticas públicas de combate à redução do trabalhador rural à condição análoga à de escravo**. 2016. 267f. Dissertação (Mestrado em Ciencias Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

NAVARRO, Z. "Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil". Texto apresentado no **XXXII Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG, 2008.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

NAVARRO, Z. **Mobilização sem Emancipação** - As Lutas Sociais dos Sem Terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (ed.). Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15(43), 2001.

NAVARRO, Zander. El MST y la canonización de la acción colectiva (Respuesta a Horácio Martins de Carvalho). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Producir para vivir**: los caminos de la producción no capitalista. Fondo de Cultura Económica, 2011b. p. 203-2018.

NAVARRO, Zander. Movilización sin emancipación: las luchas sociales de los sin tierra en Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Producir para vivir**: los caminos de la producción no capitalista. Fondo de Cultura Económica, 2011a. p. 146-180.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, 11(2), 1997.

NAVARRO, Zander. The Brazilian Landless Movement (MST): Critical times. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, 15(1), 196-223. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, Brasil. 2010.

NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **Relatório DATALUTA Brasil**. Coordenador: GIRARDI, E. P. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2017.

NINJA, Mídia. A trajetória e as lutas do MST. **Medium**, 19 fev. 2014. Disponível em: <https://medium.com/@MidiaNINJA/a-trajetoria-e-as-lutas-do-mst-a02e6d9b64dd>. Acesso em: 03 nov. 2023.

OLIVEIRA, Caroline. MST inaugura agroindústria de derivados de milho sem transgênicos no Paraná nesta sexta (15). **Brasil de Fato**, São Paulo, 12 de julho de 2022. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2022/07/12/mst-inaugura-agroindustria-de-derivados-de-milho-sem-transgenicos-no-parana-nesta-sexta-15#:~:text=Nesta%20sexta%2Dfeira%20\(15\),Lerrovil%2C%20a%20cerca%20de%2050](https://www.brasildefato.com.br/2022/07/12/mst-inaugura-agroindustria-de-derivados-de-milho-sem-transgenicos-no-parana-nesta-sexta-15#:~:text=Nesta%20sexta%2Dfeira%20(15),Lerrovil%2C%20a%20cerca%20de%2050). Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

ONDETTI, Gabriel. Repression, opportunity, and protest: Explaining the takeoff of Brazil's Landless Movement. **Latin American Politics and Society**, 48(2), pp. 61-94. 2006

PACHECO, Beatriz. O MST vai ocupar as carteiras: produto de renda fixa das cooperativas chega no varejo; saiba mais. **Valor Investe**, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2022/12/15/o-mst-vai-ocupar-as-carteiras-produto-de-renda-fixa-das-cooperativas-chega-no-varejo-saiba-mais.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PACIFICO, João Paulo. Artigo: Chorei por causa do MST. **Brasil de Fato**, outubro de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/07/artigo-chorei-por-causa-do-mst/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Relatório de habilitação jurídica OSC – final. Curitiba, 10 fev. 2020. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/relatorio_habilitacao_juridica_osc_final_editado_10fev2020.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Relatório final de habilitação jurídica. Curitiba, 15 out. 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/relatorio_final_habilitacao_juridica_15out21.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

PARENTI, C. Environment-Making in the Capitalocene Political Ecology of the State. In: MOORE, J. W. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland, CA: PM Press, 2016. p. 166-184.

PAULA, L. F. de. Financiamento, crescimento econômico e funcionalidade do sistema financeiro: uma abordagem pós-keynesiana. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 43, n. 2, p. 363-396, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/CPCSLCcyCjqdd9LKP4WkwqB/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PEDROSO, M. T. M., & NAVARRO, Zander. O Brasil Rural – do passado agrário ao sistema agroalimentar global (1968-2018). **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, 17(1), jan./mar. 2020.

PETERS, Michael. (Posts-)Modernism and Structuralism: affinities and theoretical innovations. **Sociological Research Online**, v.4, n.3, p.122-138, 1999.

Piccoli, A., Vittori, F., & Uleri, F. (2023). Unmaking capitalism through community empowerment: Findings from Italian agricultural experiences. *Journal of Rural Studies*, 101, 103064. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103064>

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Tradução de Lia Zatz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 103 p.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Rev. Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 15, jul./set. 1988.

RAMOS, Camila Souza. MST conclui captação de R\$ 175 milhões com CRA. **Valor**

Econômico, São Paulo, 16 set. 2021. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/09/16/mst-conclui-captacao-de-r-175-milhoes-com-cra.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

RIBEIRO, Danielle. **Estado e capital em István Mészáros**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 198 p.

RICARDO, Márcio Moura de Paula. **A securitização no agronegócio**: análise crítica da securitização de recebíveis agrícolas - CRA (certificado de recebíveis do agronegócio). 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. . Acesso em: 13 set. 2023.

RIVAS, Katherine. Do campo à B3: tudo o que você precisa saber sobre o título do MST na Bolsa. **Investnews**, 26 jul. 2021. Disponível em: https://investnews.com.br/financas/do-campo-a-b3-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-titulo-do-mst-na-bolsa/?gclid=Cj0KCQjwwvilBhCFARIsADvYi7KQVfDBNX6HnGmglkHUL4J57Q9t24bdNt0Tgl2sp7_rEk27pVJYnT4aAvkTEALw_wcB. Acesso em: 25 jul. 2023.

ROSA, M. C. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 197–227, 2009.

ROSA, M. C. Uma região em movimento: as lutas por terra e a transformação das estruturas de poder e significação social na Mata pernambucana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 8, pp. 41-58, 2006.

SALA, M.; PIOLLI, E. The new PNE and the fiscal framework: constitutional minimum and financing goal for education at risk. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.9030. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9030>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SALATI, Paula. MST inicia captação de R\$ 17,5 milhões no mercado financeiro para produção da agricultura familiar. **G1**, 27 jul. 2021, 06h00. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/07/27/mst-inicia-captacao-de-r-175-milhoes-no-mercado-financeiro-para-producao-da-agricultura-familiar.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SALATI, Paula. Trabalho escravo no campo: o que dizem trabalhadores, fiscais e pesquisadores sobre o recorde de resgates. **G1**, 26 mar. 2023. Disponível em: <

[>.](https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/03/26/trabalho-escravo-no-campo-o-que-dizem-trabalhadores-fiscais-e-pesquisadores-sobre-o-recorde-de-resgates.ghtml)
Acesso em: 14 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Producir para vivir**: los caminos de la producción no capitalista. Fondo de Cultura Económica, 2011.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman

SCOPINHO, R. A.. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicología & Sociedad**, v. 19, n. spe, p. 84–94, 2007.

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**, n. 58, pp. 73-92, 2000.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, M. E. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados (Rio de Janeiro)**, vol. 51, pp. 107-142, 2008.

SILVA, Adarlam Tadeu da; SOBREIRA, João Batista Santos. Artigo: Conheça o Finapop, financiamento voltado para áreas da reforma agrária. **Brasil de Fato**, João Pessoa (PB), 04 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/04/artigo-conheca-o-finapop-financiamento-voltado-para-areas-da-reforma-agraria>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVA, Fernanda Faria. **Distribuição de crédito para agricultura familiar**: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Orientadora: Vanessa Petrelli Correa.

SILVA, Maura; CONSOLE, Luciana. Fundo de investimento permite financiar cooperativas de pequenos agricultores. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Publicado em 22 de maio de 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/22/fundo-de-investimento-permite-financiar-cooperativas-de-pequenos-agricultores/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies**: research indigenous peoples. 20. Impressão. London; Dunedin, New Zealand: Zed Books; University of Otago Press, 2008, p.58-77.

SOUZA, Lucas Rocha. De estrela do mercado financeiro a amigo do MST: a jornada de Eduardo Moreira. **Brasil 247**, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/de-estrela-do-mercado-financeiro-a-amigo-do-mst-a-jornada-de-eduardo-moreira>. Acesso em: 10 mar. 2024

SOUZA, P. M. DE .; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J.. Análise da Distribuição dos Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, p. 251–270, abr. 2015.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. O Estado e a transição em Mészáros: rompendo a camisa de força da democracia burguesa. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 24-32, jan./jun. 2014.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 167 p.

SWINGEWOOD, Alan. **Marx and Modern Social Theory**. London: The Macmillan Press Ltd., 1975.

TERRA. MST recebe prêmio da ONU por campanha de doação de alimentos durante a pandemia. Terra, 31 out 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/mst-recebe-premio-da-onu-por-campanha-de-doacao-de-alimentos-durante-a-pandemia,8c8f243e4c81069c24588c9e361b3b25gzn97yvo.html>. Acesso em: 10 jan 2024.

TRAGTENBERG, Maurício. **A delinqüência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo, 1979.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 1^a ed. Marilia/SP: Lutas Anticapital, 2022.

VAZ, Vinicius Rezende Carretoni; BRAZ, Emerson Davi Pereira. CEPAL: Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Ostracismo Neoliberal. In: **48º Encontro Nacional de Economia-ANPEC**, 2020.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 1905 São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 1922 Volume 1. 4. ed.,. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

XAVIER, L. F.. Recursos do orçamento público federal destinados ao meio rural: dinâmica das contas brasileiras entre 2000 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, p. e217682, 2021.

ZANG, M.; MARTINS, A. F. G.; PORTELA, E.; DIEL, R.; ANGHINONI, I. Evolução, desafios e perspectivas da produção de arroz irrigado de base ecológica no Rio Grande do Sul. In: ANGHINONI, I.; PORTELA, E.; DIEL, R.; ZANG, M.; SILVA, C. A. da; et al. **Fundamentos, manejo e perspectivas da produção de arroz irrigado de base ecológica no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Cachoeirinha: IRGA/Estação Experimental do Arroz; Porto Alegre: Grupo Gestor do Arroz Agroecológico, 2020. p. 63-70.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTÕES NORTEADORAS: INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

✓ **Descreva sua trajetória até chegar no MST.**

- Nome.
- Ano de nascimento.
- Cidade de origem.
- Profissão dos pais
- Qual sua formação escolar/acadêmica? (público/privado)
- Como que você se aproximou do MST? Como que foi a sua vinculação? Qual era a sua profissão/atividade antes e depois do MST?
- Como você avalia a sua vida pessoal antes e depois do MST?
- Qual a sua opinião sobre o movimento? Você tinha uma percepção diferente dessa antes de entrar no movimento? Porque mudou?
- Qual é a sua atual função na Cooperativa?

1. Organização e Funcionamento da Cooperativa

a. **Gestor/Presidente/Administração**

- i. Como você descreveria a estrutura organizacional da Copacon?
 - 1. Funções, atribuições, responsabilidades;
- ii. Qual a sua percepção sobre a relação entre a cooperativa e a vida dos associados/as?
 - 1. Social, econômico, convívio, educacional; Como é feita a distribuição dos lucros; Retorno Social e Econômico.
- iii. Quais são os principais objetivos da cooperativa?
 - 1. Relacionar princípios do MST e a Cooperativa;
- iv. Como é o processo de tomada de decisão?
 - 1. Mecanismos de participação; Escolha do presidente;

- v. Como a cooperativa TRATA as questões relacionadas com a luta por justiça social, reforma agrária e direitos dos trabalhadores rurais?
1. Amplitude frente às pautas do Movimento;
2. Estratégia de Autofinanciamento e Fundo de Investimento:
- a. Gestor/Presidente/Administração
 - i. **Como você descreveria o FINAPOP (estratégia de autofinanciamento adotada pelo MST por meio do fundo de investimento no mercado de ações)?**
 1. Compreensão sobre o que é o fundo para ele. Uma ferramenta, um processo de financiamento comum; compreensão sobre a natureza da ferramenta
 - ii. **Na implementação do FINAPOP COMO FOI O PROCESSO DE DISCUSSÃO E DECISÃO?**
 - a. Participação ativa / Participação reativa/ ASSEMBLÉIA DELIBERATIVA / QUANTOS ASSOCIADOS/AS ESTAVAM NESTA ASSEMBLEIA?
 - b. “QUAL ERA O SENTIMENTO DAS PESSOAS COOPERADAS COM A APRESENTAÇÃO DO FINAPOP? – HIPÓTESE: DESCONFIANÇA NA TOMADA DE RECURSOS DO FINAPOP
 - c. Poder de decisão da Cooperativa frente ao movimento
 - d. Poder de decisão individual
 - e. Decisão democrática interna à cooperativa
 - iii. **Quais foram as considerações e motivos que levaram a cooperativa a optar por participar do FINAPOP em vez de outros métodos de captação de recursos disponíveis?**
 1. Empréstimo comum / Financiamento Público / Outras
 - iv. **Como o montante específico recebido pelo Copacon no FINAPOP, que foi de 1,5 milhão de reais, influenciou a dinâmica econômica da comunidade atendida? Existiu dialogo sobre como direcionar esses recursos para benefício local?**
 1. Aquisição de equipamentos / Acumulo de capital / Distribuição para a alta cúpula
 2. Os cooperados e associados tiveram maiores retornos financeiros? Visibilidade? Apoio externo?
 - v. **Na sua avaliação, qual a missão da cooperativa? Porque ela existe? Qual a importância dela?**

1. Social ou privado: ganhar dinheiro, ficar rico, ser a maior cooperativa de milho do Paraná, alimentar a população, uma nova sociedade, fim da exploração, superar o capitalismo
- vi. **Levando em consideração a missão da Cooperativa o que o FINAPOP significou para o alcance dessa missão?**
- vii. **Quais seriam os próximos passos para atingir o objetivo primeiro da organização?**
- viii. **Dado o histórico de participação no FINAPOP, como a cooperativa avalia atualmente a viabilidade de continuar com essa opção de financiamento? Há planos de continuar buscando esse tipo de iniciativa no futuro?**
 1. Outros caminhos? Empréstimo comum / Políticas Públicas /

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: COOPERATIVISMO, HEGEMONIA E CAPITALISMO: análise dialética sobre a relação do MST com o mercado financeiro

1. Apresentação da pesquisa

Convidamos você, membro ativo da Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon) e colaborador(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a participar de uma pesquisa de grande relevância acadêmica. Esta pesquisa faz parte dos requisitos necessários para a conclusão da dissertação de Mestrado em Administração na Universidade Estadual de Londrina. A pesquisa tem como objetivo analisar a estratégia adotada pelo MST, por meio da criação de um fundo de investimento no mercado de ações, com ênfase na gestão dos recursos pela Copacon.

2. Objetivos da pesquisa

A pesquisa abordará a análise das estratégias de autofinanciamento utilizadas pelo MST, especialmente no contexto da criação e gestão do fundo de investimento no mercado de ações. Buscamos compreender as contradições e desafios que emergem da interface entre a lógica do mercado financeiro e a busca pela justiça social. Seu conhecimento e experiência serão essenciais para a construção de um entendimento sólido e abrangente sobre esse tema relevante para o movimento.

3. Participação na pesquisa

Sua participação consistirá em uma entrevista presencial, gravada em áudio, com duração estimada de 50 minutos. A entrevista será conduzida pelo pesquisador principal, seguindo um roteiro preparado com base nos objetivos do estudo. Suas respostas e perspectivas serão valiosas para a análise e discussão dos resultados. Sua identidade será mantida em sigilo, e todas as informações coletadas serão tratadas de forma confidencial e anônima.

4. Confidencialidade

Todas as informações coletadas durante a pesquisa serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e serão tratadas com a máxima confidencialidade. Seu nome e identidade não serão divulgados em nenhuma publicação ou apresentação. Os dados serão armazenados de forma segura e acessados apenas pelo pesquisador principal da pesquisa. Os dados coletados, após a finalização da pesquisa, serão armazenados em dispositivo eletrônico próprio, garantindo o sigilo e a segurança dos dados conforme Carta Circular CONEP/2021.

5. Riscos e benefícios

5a) Riscos: Sua participação nesta pesquisa envolve discutir a estratégia de autofinanciamento do MST por meio de um fundo de investimento, com riscos mínimos associados. No entanto, é importante considerar algumas possibilidades de preocupações.

a.1. Confidencialidade e Privacidade: Durante a entrevista, você pode compartilhar informações da cooperativa ou do movimento MST que, apesar dos esforços para manter a confidencialidade, podem ser reconhecidas por outros. *Estratégia de Minimização:* Garantiremos o anonimato e a confidencialidade das informações compartilhadas, evitando dados pessoais identificáveis. Os resultados serão apresentados de forma agregada para proteger a identidade das fontes.

a.2. Uso de dados: A entrevista será gravada para análise. Existe um risco mínimo de que as gravações possam ser acessadas por terceiros não autorizados. *Estratégia de Minimização:* As gravações serão armazenadas de maneira segura e acessível apenas ao pesquisador principal da pesquisa. Medidas de segurança, como criptografia, serão adotadas para proteger a integridade dos dados, e as gravações serão destruídas após a pesquisa.

a.3. Interpretação dos resultados: Pode haver uma interpretação incorreta das informações fornecidas durante a análise dos resultados. *Estratégia de Minimização:* A análise será conduzida com rigor metodológico para garantir interpretações precisas.

a.4. Reações inesperadas: É possível que questões discutidas causem desconforto emocional. *Estratégia de Minimização:* A entrevista será realizada de maneira sensível e empática, permitindo que você compartilhe opiniões de forma livre e sem influência. Você pode optar por não responder a perguntas desconfortáveis.

a.5. Participação voluntária: Pode haver pressão social para participar, apesar da natureza voluntária. *Estratégia de Minimização:* Sua participação é voluntária, e você pode interromper a entrevista a qualquer momento sem consequências. A importância do consentimento informado e do respeito à sua autonomia será enfatizada.

5b) Benefícios: Destacamos como principal benefício desta pesquisa a análise aprofundada das estratégias de autofinanciamento adotadas pelo MST por meio da criação de um fundo de investimento no mercado de ações.

A compreensão das contradições e desafios que essa abordagem enfrenta em relação à lógica do mercado financeiro e à busca por justiça social oferece contribuições valiosas para o movimento, a academia e a sociedade em geral. Ao examinar o papel do MST na construção de uma contra-hegemonia no contexto da acumulação capitalista, a pesquisa pode fornecer informações cruciais para o debate em torno da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores rurais e das alternativas de financiamento que se alinham com princípios anti-hegemônicos. Dessa forma, a pesquisa tem o potencial de informar estratégias futuras e promover um diálogo enriquecedor sobre as possibilidades de transformação social.

6. Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão e exclusão

6a) Inclusão: Vínculo ativo com a Cooperativa; idade superior ou igual a 18 anos; disponibilidade para entrevista. consentimento informado.

6b) Exclusão: Ausência de vínculo com a Cooperativa; Idade inferior a 18 anos; falta de disponibilidade para entrevista; ausência de consentimento informado.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo

O(a) senhor(a) tem os direitos de a) não aceitar participar do estudo e de receber esclarecimentos em qualquer momento da pesquisa. Bem como, evidenciar a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização.

Ressalto que entende por processo de Consentimento Livre e Esclarecido todas as etapas a serem necessariamente observadas para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida (Item IV da Resolução CNS II" 466 de 2012).

8. Ressarcimento e indenização

A sua participação na pesquisa é isenta de qualquer custo, porém, estamos comprometidos em ressarcir possíveis despesas que você possa ter decorrentes da sua participação no estudo, como deslocamentos para as entrevistas, caso se aplique. Se você incorrer em tais despesas, informe-nos durante o processo de entrevista ou entre em contato posteriormente para que possamos providenciar o ressarcimento de maneira adequada.

9. Retorno dos Resultados da Pesquisa:

Ademais, os resultados serão compartilhados com os participantes da pesquisa, ou seja, com os membros da Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon). Buscar-se-á organizar um encontro de devolução dos resultados, onde serão apresentadas as principais conclusões da pesquisa de forma acessível e compreensível. Isso não apenas proporcionará aos participantes um entendimento claro de como suas contribuições informaram a pesquisa, mas também criará um espaço para o diálogo e discussão sobre os achados. O pesquisador valoriza a importância de compartilhar os resultados com os participantes e está comprometida em garantir que o processo de retorno seja informativo e enriquecedor para todos os envolvidos.

10. CONTATOS PESQUISADOR

Caso você tenha dúvidas, necessite de maiores esclarecimentos, ou mesmo para se retirar deste estudo, pode nos contactar: Tales Leon Biazão Sanches via email: taleslbs@gmail.com ou Telefone Celular (43) 99977-9180.

Ou ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP/UEL, LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - sala 14. Rodovia Celso Garcia Cid, km 380 - Campus Universitário. Londrina-PR. CEP: 86057-970. Tel: (+55) 43 3371-5455. Email: cep268@uel.br

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

concordo em participar com a gravação em áudio da entrevista

concordo em participar sem gravação em áudio da entrevista

Local e Data: _____

Nome Completo: _____ Assinatura: _____

Agradecemos sua disposição em contribuir para esta pesquisa.

Tales Leon Biazão Sanches - Pesquisador Principal

APÊNDICE C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, **Tales Leon Biazão Sanches**, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito(a) no CPF/ MF sob o nº 088.682.259-99, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado **“COOPERATIVISMO, HEGEMONIA E CAPITALISMO: análise dialética sobre a relação do MST com o mercado financeiro”**, a que tiver acesso nas dependências do **“setor administrativo”** da **“Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon)”**.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me a:

1. não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. não me apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível;
4. não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda informação revelada ou cedida pelo participante da pesquisa, a respeito da pesquisa, ou associada à Avaliação de seus dados, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios. Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com o desenvolvimento da pesquisa.

Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à dados pessoais, informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de que sanções judiciais poderão advir.

Londrina, 25/08/2023.

Documento assinado digitalmente
 TALES LEON BIAZAO SANCHES
 Data: 26/08/2023 14:21:01-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Ass. _____

Tales Leon Biazão Sanches

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista
COPACON
CNPJ: 73.368.086/0001-83

Declaração de Concordância de Instituição Co-Participante

Local, 25 de agosto de 2023

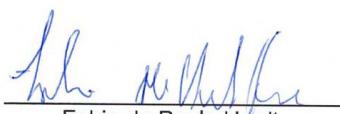
Ilma. Sra. Profa. Dra. Adriana Lourenço Soares Russo
Coordenadora do CEP/UEL

Senhora Coordenadora

Declaramos que nós da **Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon)**, estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa "COOPERATIVISMO, HEGEMONIA E CAPITALISMO: análise dialética sobre a relação do MST com o mercado financeiro" sob a responsabilidade de **Tales Leon Biazão Sanches**, nas nossas dependências, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, até o seu final em 30/03/2024.

Estamos cientes que as unidades de análise da pesquisa serão as declarações dos cooperados da Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (Copacon) bem como de que o presente trabalho deve seguir a Resolução 466/2012 do CNS e complementares.

Atenciosamente,



Fabio de Paula Herdt

Presidente

CPF: 048.433.069-16

COPACON - Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista